

REVISTA DE AERONÁUTICA



ANO 3 - N.º 13

1960

NOVEMBRO - DEZEMBRO

SUMÁRIO

Páginas

Editorial	2
Plano-Diretor da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA)	3
O Programa do "Skybolt" será, pelo menos, igual ao do "Thor" e ao do "Hercules" — Brig do Ar Eng Oswaldo Balloussier	8
Qual a Justa Medida em uma Fôrça Aérea? — Maj Brig Joelmir Campos de Araripe Macedo	9
Segurança e Desenvolvimento — Brig do Ar Eng Oswaldo Balloussier	11
Cartas a um Aspirante Meteorologista — Clodomir Padilha Alves da Silva - 1.º Ten Meteo	20
Organização de Entidades Aeromodelísticas — Haroldo Sauer Guimarães - Cap Int Aer	21
Asas ou Algemas — J. Menezes Moura	22
A Velha Guarda	23
Esportes — O Judô na Formação da Criança — Prof. Augusto Cordeiro	24
A Energia Atômica — Cassiano Pereira - Maj Av	25
Flagrante do CAN — Consulta — Aloísio Nóbrega - Maj Av	26
Aspectos Positivos de Administração Internacional — Corpo e Alma da ONU — Jorge Abiganem Elael - Cap Int Aer	28
O Satélite Artificial do Ponto-de-Vista Astronômico — Sylvio Silva - Ten Cel Esp	35
Xadrez — Brig do Ar Eng Oswaldo Balloussier	41
Bôdas de Prata da "Rota do Tocantins" — Aloísio Quadros	45
Palavras Cruzadas	46
Notícias da Aeronáutica	48

DIREÇÃO DA REVISTA

Diretor:

Brig do Ar Eng OSWALDO BALLOUSSIER

Redator-Chefe:

MÁRCIO CESAR LEAL COQUEIRO — Ten Cel Av

Redator de Esportes:

JERÔNIMO BAPTISTA BASTOS — Cel Av

Redator de Cultura Militar:

CARLOS AFONSO DELLAMORA — Ten Cel Av

Revisora:

GLASSY MATTOS DE CARVALHO

Encarregado da Impressão e Ilustração:

JOAQUIM DIAS CORRÊA

Secretário:

FRANCISCO AMÉRICO FONTENELLE — Ten Cel Av

Tesoureiro:

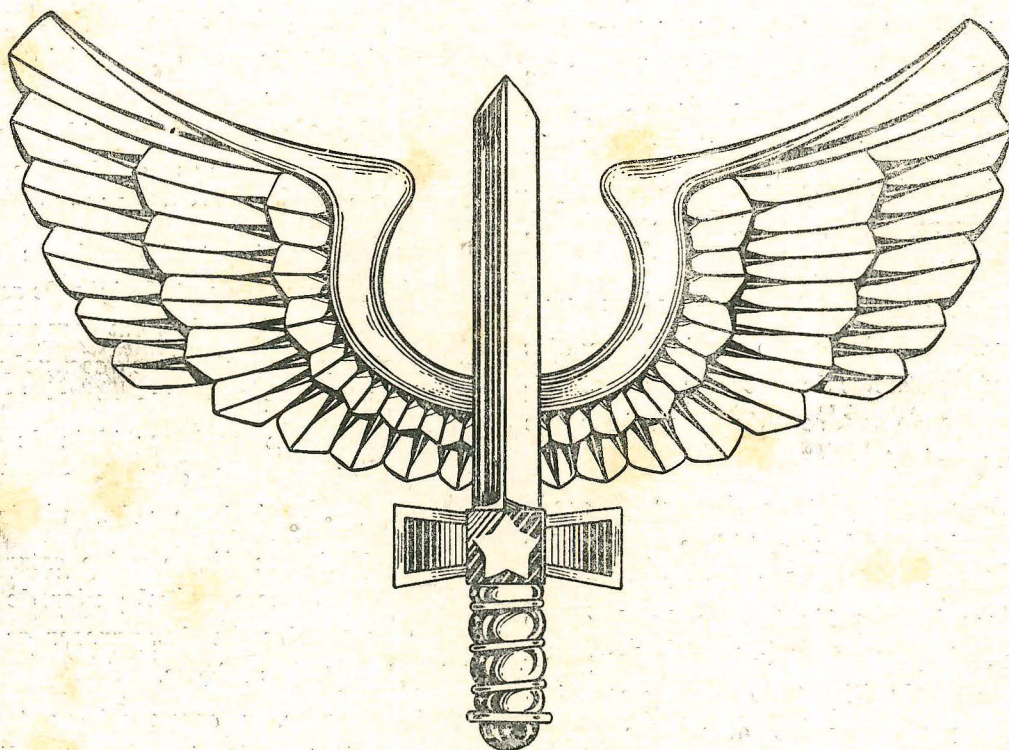
EVERARDO DIAS MARTINS — Ten I Aer

Impressor:

JOAQUIM MARQUES DE CARVALHO

Redação e Administração: Av. Graça Aranha, 174 - s/1116 — Rio de Janeiro — Brasil

A AERONÁUTICA é o nosso IDEAL



VIVEMOS PARA ELA,
POR ELA MORREREMOS !

Doutrina Estratégica

Talvez a mais importante tarefa da doutrina estratégica seja a de traduzir Poder em termos de Política. É como se fôra uma verdadeira transformação conforme, unívoca, numa adaptação do sentido matemático.

A doutrina estratégica deve definir que objetivos merecem ser considerados e determinar o nível de poder apropriado para sua consecução.

O impacto das armas novas na estratégia, na Política, na sobrevivência, mesmo, depende, em grande parte, de nossa interpretação de sua significação.

Um dos mais difíceis desafios que uma nação deve enfrentar é a interpretação correta das lições do passado. A simples experiência nada ensina. É a observação criteriosa, imparcial, honesta das lições da experiência que nos permitem tirar diretivas corretas, realistas, adequadas.

É preciso ter em mente que as lições da História, de toda e qualquer experiência, são contingentes: elas evidenciam as conseqüências de certas ações, mas deixam, para cada geração, a tarefa de determinar que situações são comparáveis.

Enquanto o desenvolvimento se processar de modo gradual e progressivo, nenhum problema particular ou difícil surgirá. Os novos problemas serão bastante semelhantes aos da experiência passada, de modo que mesmo analogias forçadas ou inacuradas poderão ter alguma validade. Mas tudo passa a ser diferente, contudo, quando surgem elementos novos, eventos cujo impacto transcende toda experiência passada.

Aí, então, é preciso que os sucessos do passado não inibam à compreensão do presente.

A adoção mesmo de boas soluções passadas para problemas do presente pode constituí-las somente em remédios parciais.

Infelizmente é isso o que ocorre, entre nós, em certos setores do pensamento militar.

É a superioridade da doutrina estratégica que fornece a fonte da vitória, aliada a uma superioridade de recursos, pois só esta não basta.

Em 1940, foi uma doutrina superior que habilitou os alemães a derrotar um exército aliado mais numeroso, mas que estava ligado a uma concepção antiquada da Guerra. E podemos recuar no tempo, até as vitórias de Napoleão, das legiões romanas contra as falanges macedônicas, dos arqueiros ingleses contra os cavaleiros medievais. Foram, todas, vitórias de uma doutrina estratégica.

Assim, a chave da formulação de uma doutrina adequada é a compreensão correta dos elementos da superioridade própria e a capacidade de aplicá-los mais rapidamente que o adversário, com a utilização mais eficiente dos sistemas de armamento disponíveis.

É isso que precisa ser considerado entre nós com o desenvolvimento de um verdadeiro, sincero e desejado espírito de forças combinadas.

A característica tradicional de nossa doutrina estratégica tem sido a atribuição de setores e missões entre as Forças Armadas, em compartimentos estanques, cada um formulando e desenvolvendo sua estratégia própria, sem considerar, devidamente, as das outras duas, sem qualquer idéia de espírito combinado que só em escala muito pequena era levado em conta entre o Exército e a Aeronáutica.

Mas, hoje em dia, o avião estratégico, o míssil balístico e o incomparável poder de destruição das armas novas fizeram desaparecer as fronteiras tradicionais entre as Forças.

Atualmente, a cooperação entre as Forças é essencial. Entre nós ela se mostra difícil, sobretudo por causa do apêgo a um conservantismo sem justificativas e impossível de ser compreendido num País que precisa dosar os seus recursos para atender a todos os setores que exigem assistência imediata.

Precisamos fugir à duplicação de sistemas de armas e à aplicação de doutrinas que se antagonizem, embora parcialmente.

Deixemos de lado vaidades e intransigências, e busquemos a solução patriótica que o bom-senso, a eficiência operacional, a economia de meios apontam com grande veemência: Poder Aéreo Unificado e Espírito Combinado.

Plano - Diretor da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA)

Serviços executados para o progresso da Amazônia

O Quartel-General da 1.^a Zona Aérea, através dos seus órgãos de execução, iniciou um vasto programa de construções e melhoramentos de aeroportos na Região Amazônica, tendo em vista a necessidade urgente de ser esta parte do Brasil integrada definitivamente na rede nacional de aerovias, com a segurança necessária para a utilização normal do transporte aéreo.

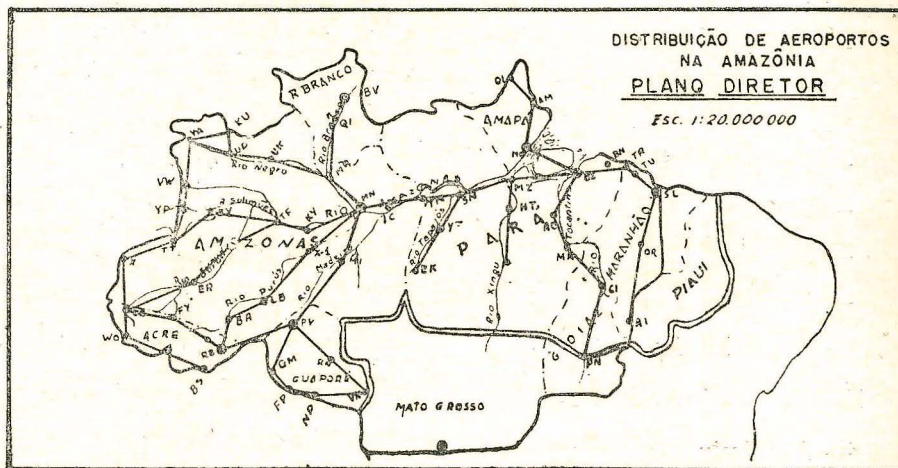
Grande parte dêste trabalho foi atribuída à Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), que foi criada especialmente para construir aeroportos, utilizando verbas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e do Ministério da Aeronáutica.

Após o estudo da região e dos fatores de ordem técnica, político-econômica e de natureza militar, foi elaborado um Plano-Diretor de Rotas Aéreas da Amazônia, que fixa os aeroportos a serem utilizados, inicialmente, em função das necessidades mais urgentes.

Este Plano inclui 53 aeroportos, com características mínimas que permitam o pouso normal de aeronaves com peso total até 60 000 libras e a operação de um Núcleo de Proteção ao Voo, para possibilitar a completa segurança das aeronaves em tráfego. Dêste Plano constam as seguintes localidades:

ROTA BELÉM — MANAUS

- 1 — Belém
- 2 — Pôrto de Moz
- 3 — Santarém
- 4 — Parintins
- 5 — Manaus



"Plano-Diretor da COMARA"

ROTA DO RIO NEGRO

- 5 — Manaus
- 6 — Moura
- 7 — Tapuruquara
- 8 — Uaupés
- 9 — Iauareté

ROTA DO RIO BRANCO

- 6 — Moura
- 10 — Caracará
- 11 — Boa Vista

ROTA DO RIO SOLIMÕES

- 5 — Manaus
- 12 — Coari
- 13 — Tefé
- 14 — Sto. Antônio de Içá
- 15 — Tabatinga

ROTA DO RIO JURUÁ

- 13 — Tefé
- 16 — Carauari
- 17 — Eirunepê
- 18 — Cruzeiro do Sul

ROTA DO RIO PURUS

- 5 — Manaus
- 19 — XI (escolher próximo a Itaboca ou Guajaratuba)
- 20 — Lábrea
- 21 — Bôca do Acre
- 22 — Rio Branco (Acre)

ROTA DO RIO MADEIRA — Acre

- 5 — Manaus
- 23 — Manicoré
- 24 — Pôrto Velho
- 22 — Rio Branco
- 25 — Feijó
- 18 — Cruzeiro do Sul

ROTA DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

- 24 — Pôrto Velho
- 26 — Guajará-Mirim
- 27 — Forte Príncipe da Beira
- 28 — Pedras Negras
- 29 — Vilhena
- 30 — Rondônia
- 24 — Pôrto Velho

ROTA DO RIO TAPAJÓS

- 3 — Santarém
- 31 — Itaituba
- 32 — Jacaracanga

ROTA DO RIO XINGU

- 2 — Pôrto de Moz
- 33 — Altamira
- 34 — São Félix

ROTA DO RIO TOCANTINS

- 1 — Belém
- 35 — Tucuruí
- 36 — Marabá
- 37 — Carolina
- 38 — Pôrto Nacional

ROTA DO MARANHÃO

- 39 — São Luiz
- 40 — Barra do Corda
- 41 — Alto Parnaíba

ROTA DO LITORAL

- 39 — São Luís
- 42 — Carutapera
- 1 — Belém

- 43 — Macapá
- 44 — Amapá
- 45 — Oiapoque

LINHA DE FRONTEIRA

- 46 — Cucuí
- 9 — Iauareté
- 47 — Vila Bittencourt
- 48 — Ipiranga
- 15 — Tabatinga
- 49 — X (escolher no rio Javari, a meio caminho entre Benjamin Constant e Cruzeiro do Sul)
- 18 — Cruzeiro do Sul
- 50 — Taumaturgo
- 51 — Brasiléia

ALTERNATIVAS NECESSÁRIAS

- 52 — Bragança, para Belém
- 2 — Pôrto de Moz, para Santarém
- 53 — Itacoatiara, para Manaus
- 10 — Caracaraí, para Boa Vista
- 20 — Lábrea, para Pôrto Velho
- 21 — Bôca do Acre, para Rio Branco

Na programação inicial dos trabalhos, verificou-se a necessidade

da construção de pelo menos 47 aeroportos, dentre os previstos no Plano-Diretor, o que bem demonstra a deficiência da região no setor da aviação.

As obras nos aeroportos são executadas de acôrdo com a disponibilidade das verbas colocadas à disposição da COMARA anualmente, seja pela SPVEA, seja pelo Ministério da Aeronáutica, dentro de uma prioridade estabelecida, sendo a intensidade dos trabalhos regulada pelas quantias dotadas e liberadas parceladamente.

Utilizando estas disponibilidades, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica tem sob sua responsabilidade os serviços que se seguem:

Aeroporto de SÃO LUIZ

a) Recuperados a base e o revestimento asfáltico da pista 09/27, as faixas de rolamento, os pátios de estacionamento e as estradas internas do Destacamento.

Aeroporto de ITACOATIARA

a) Construídos a pista de 1 500 m x 45 m e o pátio de estacionamento com 90 m x 110 m, com base de piçarra compactada.

b) Construídos o acostamento de 75 m de largura para cada lado e as valetas longitudinais para drenagem.

c) Construída a estação de passageiros.

d) Construídas as casas de Fôrça, de Transmissores e de Residência, para o Núcleo de Proteção ao Voo.

e) Construído o serviço de abastecimento d'água, com poço, caixa d'água elevada de 10 000 litros, tubulações e casa de bombas.

f) Construído o sistema de iluminação externa.

Aeroporto de BARRA DO CORDA

a) Construídos a pista de 1 500 m x 45 m e o pátio de estacionamento com 90 m x 100 m, com base de piçarra compactada.

b) Construídos o acostamento de 75 m para cada lado e as valetas longitudinais para drenagem.



Trabalho manual de homens, mulheres e crianças, nas cascalheiras de diamante de Gilbués, com transporte para a pista em latas, na cabeça ou em lombo de burro

c) Construída a estação de passageiros.

d) Construída uma caixa d'água subterrânea para 10 000 litros.

e) Construída com imprimação asfáltica uma estrada de acesso da estação de passageiros à rodovia principal.

f) Executada a imprimação asfáltica do pátio de estacionamento.

g) Construída a estrada de acesso ao aeroporto em terreno natural compactado, com um trecho empiçarrado.

Aeroporto de MOURA

a) Em construção, já em fase final, a pista de 1 100 m x 30 m e o pátio de 90 m x 100 m, em terreno natural compactado.

b) Construído o acostamento com 60 m para cada lado.

c) Construídas as casas de Fôrça e de Transmissores para o Núcleo de Proteção ao Voo.

d) Construídas a estação de passageiros e a sala de recepção.

e) Em construção a caixa d'água para 10 000 litros.

f) Construída a estrada para o pôrto em terreno natural compactado.

Aeroporto de MANICORÉ

a) Em construção uma pista pioneira de 1 500 m x 30 m e o pátio de 90 m x 110 m, com terreno natural compactado.

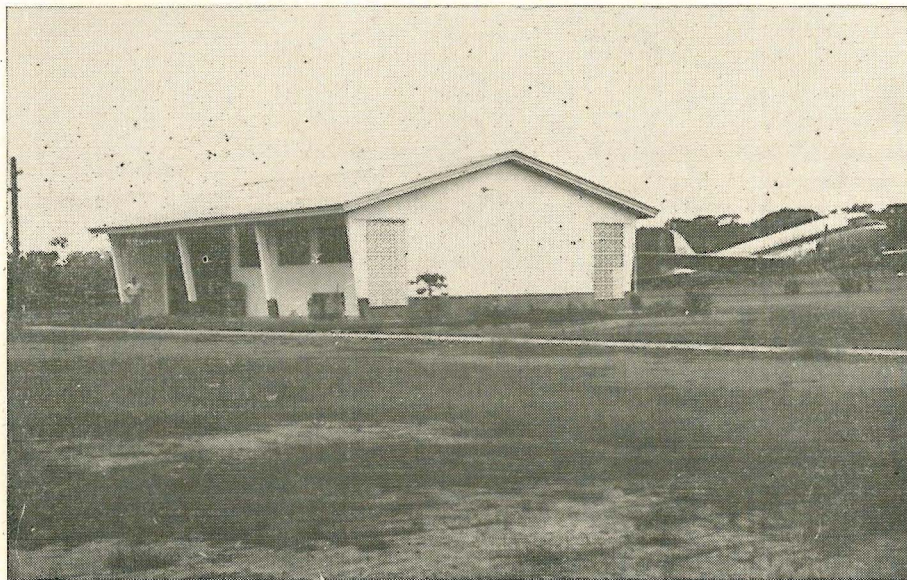
b) Em construção, já em fase de acabamento, as Casas de Fôrça, de Transmissores e de Residência, para o Núcleo de Proteção ao Voo.

c) Em construção a estação de passageiros e a sala de recepção.

d) Construída a estrada de acesso, em terreno natural compactado.

Aeroporto de TEFÉ

a) Construída uma pista pioneira de 1 200 m x 40 m, em terreno natural compactado.



Estação de Passageiros, padrão adotado no Plano-Diretor da COMARA, construída nos aeroportos de Itacoatiara, Barra do Corda, Manicoré e Pôrto Nacional

Aeroporto de BOA VISTA

a) Em construção, já em fase final, a pista de 1 500 m x 60 m e o pátio de estacionamento de 90 m x 150 m, com base de piçarra compactada.

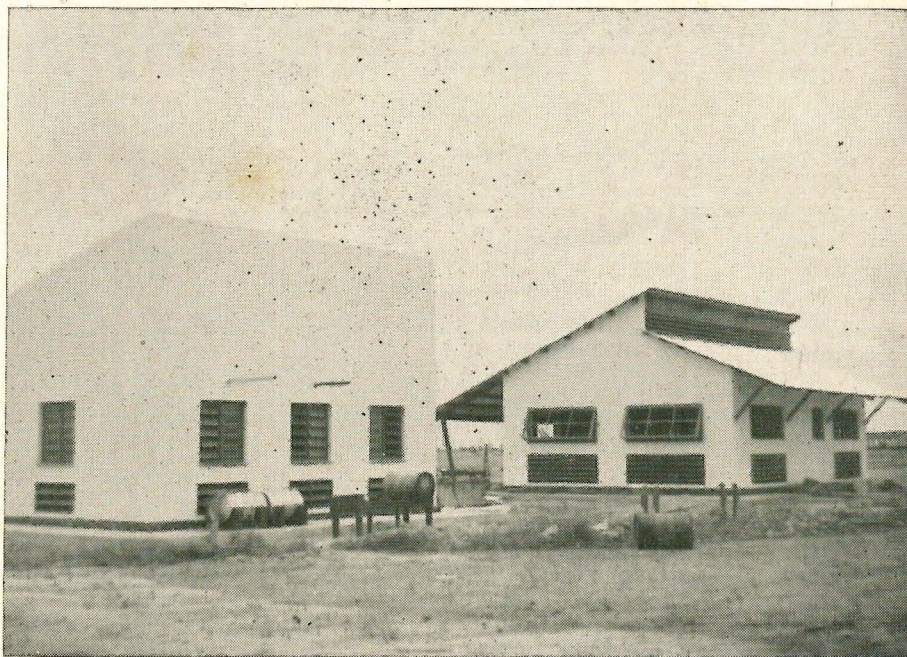
b) Construído o acostamento com 75 m para cada lado, com valetas longitudinais para drenagem da pista.

c) Construídos 11 km de valas para drenagem da área.

d) Construídas as casas para o Núcleo de Proteção ao Voo, como sejam: Casa de Fôrça, casa de Transmissores e Casa de Residência.

e) Construído o serviço de abastecimento d'água, com poço, caixa d'água de 10 000 litros, casa de bombas e tubulações.

f) Construída a rêde elétrica para iluminação externa e da estação de passageiros.



Casas de fôrça e transmissores, padrão adotado no Plano-Diretor da COMARA, construídas em Itacoatiara, Manicoré, Boa Vista e Moura

b) Construídas as valetas longitudinais para drenagem da pista.

c) Melhoramento da estrada de acesso.

Aeroporto de TABATINGA

a) Construídos uma pista pioneira de 1 200 m x 40 m e um pátio de 90 m x 110 m, em terreno natural compactado.

b) Construídas as valetas longitudinais para drenagem da pista.

c) Construído o acesso ao pôrto, em terreno natural compactado.

Aeroporto de PÓRTO NACIONAL

a) Em construção, já em fase de acabamento, uma pista pioneira de 1 400 x 30 m, em terreno natural.

b) Em construção uma estação de passageiros.

Aeroporto de PÓRTO VELHO

a) Executados o desmatamento, o destocamento e sendo preparado o leito para uma pista de 1 800 m x 45 m.

Aeroporto de TERESINA

a) Construído o acostamento de 75 m para cada lado do eixo da pista.

b) Em fase final a compactação da base da pista de 1 800 x 45 m, com preparação para a pavimentação.

Aeroporto de CAROLINA

a) Iniciada a locação de projeto para a construção de uma pista de 1 800 x 45 m.

Aeroporto de PÓRTO DE MOZ

a) Executados o desmatamento e o destocamento para construção de uma pista de 1 500 m x 45 m.

Aeroporto de GILBUÊS

a) Encascalhada a pista pioneira de 900 m x 20 m.

b) Construída uma vala para drenagem e barragem de proteção para a pista.

Aeroporto de CAXIAS

Melhorada a Estação de Passageiros.

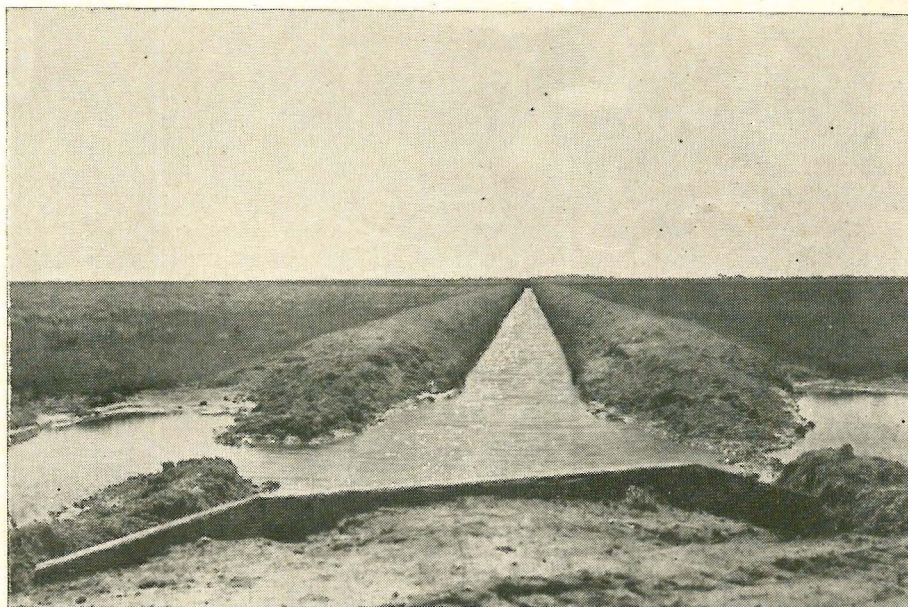
Aeroporto de RIO BRANCO (ACRE)

a) Executados a escolha do local e o levantamento topográfico pa-

para o projeto da construção da pista.

Aeroporto de BELÉM

a) Executados o desmatamento, o destocamento e a terraplenagem, para o aumento de 500 m da pista 06/24 do aeroporto.



BOA VISTA — Valetamento para drenagem da área do aeroporto

ra o projeto da construção de uma pista de 1 800 m x 45 m.

Aeroporto de CRUZEIRO DO SUL (ACRE)

a) Executado o levantamento topográfico, para o aumento da pista para 1 500 m.

Aeroporto de UAUPÊS

a) Feita a escolha do local e sendo executado o levantamento topográfico para construção da pista.

b) Iniciado o desmatamento da área para o aeroporto.

Aeroporto de IAUARETÊ

a) Iniciados os trabalhos de compactação e ampliação da pista existente.

Aeroporto de LABREA

a) Executados a escolha do local e o levantamento topográfico

b) Construída e em fase de conclusão e asfaltamento a estrada de ligação ao aeroporto, com a extensão de 6 km.

Aeroporto de BÔCA DO ACRE

a) Executados o desmatamento e o destocamento para uma pista de 1 500 m x 45 m.

b) Em construção uma pista pioneira de 1 200 m x 30 m.

—oOo—

Em face da exigüidade das verbas distribuídas, até o momento, não tem sido possível a manutenção do ritmo de trabalho desejado, para permitir um desenvolvimento que atenda realmente à necessidade da região. Apesar do esforço pessoal e da grande ajuda material e financeira dada pelo Ministério da Aeronáutica, o trabalho que foi possível executar, embora apreciável, ainda está muito longe

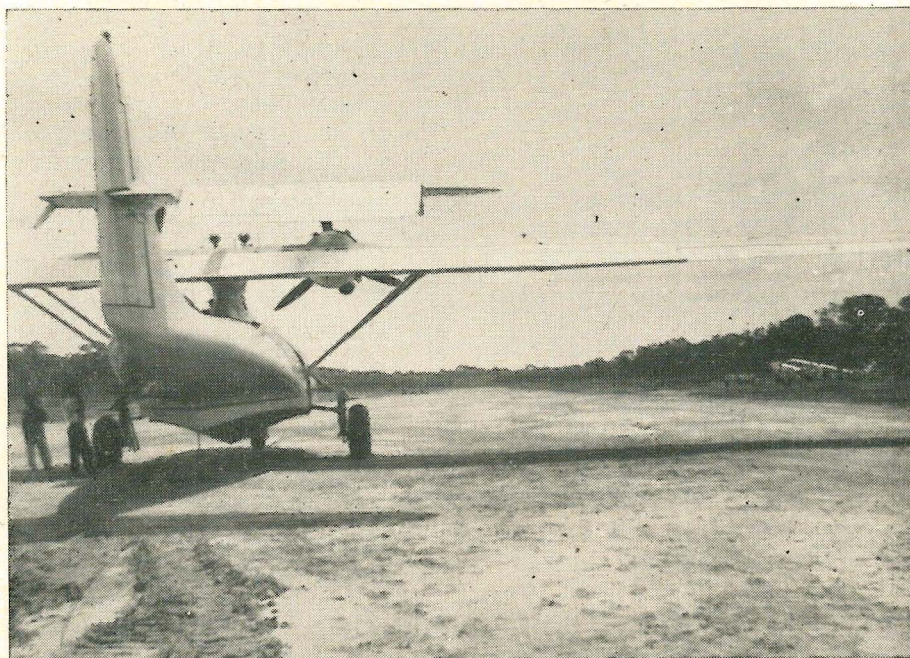
de realizar as previsões que motivaram a elaboração do Plano-Diretor.

Uma orientação dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da Amazônia, que visasse a um

Região Amazônica dispõe de um apoio tão intenso e desinteressado como este, dado pela Força Aérea Brasileira, sem nada receber em troca, além da satisfação de estar ajudando o progresso do Brasil.

As verbas destinadas à construção dos aeroportos na Amazônia, ao serem aplicadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, recebem impreterivelmente um acréscimo imensurável do Ministério da Aeronáutica, representado pelo pessoal que compõe o próprio órgão executor, pelas facilidades técnicas, econômicas e administrativas do Ministério, pelo material indiscriminado que lhe é posto à disposição, pelo apoio financeiro que é dado, pelos transportes executados, e, especialmente, pelo apoio moral, com a determinação de não medir esforços para atingir o fim a que se propôs.

Este patrimônio, tão importante em obras deste vulto e tão evidente nos trabalhos até então realizados, não deveria ser desprezado, mas, antes, incrementado, bem aproveitado e estimulado, para benefício exclusivo da própria Amazônia, que mais do que qualquer outra parte do Brasil exige determinação, desprendimento, espírito de luta e pioneirismo, interesse e dedicação pelo progresso da Pátria, qualidades estas perfeitamente integradas no acervo de virtudes que compõem a FORÇA AÉREA BRASILEIRA.



TABATINGA — Operação de CA-10 no aeroporto

O vulto do empreendimento, pela sua importância vital no desenvolvimento da Região Amazônica, por certo modificará inteiramente o panorama atual, influyendo decisivamente no aceleramento do progresso geral, através dos seus reflexos em todos os setores da atividade regional.

apoio substancial à execução desta rede de aeroportos, seria um dos maiores benefícios feitos à região e conseqüentemente ao Brasil, e uma base firme para o seu desenvolvimento futuro.

Cumprе acrescentar que em nenhum outro setor de trabalho a



ARSENAL VOLANTE — O novo adaptador do porta-bombas do avião de ataque "Skyhawk A4D" aumenta a capacidade de bombas para seis vezes a carga normal

O PROGRAMA DO "SKYBOLT" SERÁ, PELO MENOS, IGUAL AO DO "THOR" E AO DO "HERCULES"

O General Thomas D. White declarou que o "Skybolt" "dará ao país o maior poder de ataque já produzido, até hoje".

Para detalhes precisos sobre esse míssil balístico, lançado de avião, foram feitas ao engenheiro-chefe dos mísseis e sistemas espaciais, da Douglas, Robert L. Johnson, as perguntas que abaixo se seguem, com as respostas dadas:

P — Pode descrever, sucintamente, o "Skybolt"?

R — É um míssil balístico de propulente sólido, de dois estágios, orientado por sistema de inércia. Será o maior míssil americano de lançamento por avião (B-52 ou outro bombardeiro), a qualquer altitude, contra alvos num raio de 1 000 milhas. Pode carregar uma ogiva nuclear dentro de uma ampla gama de carga explosiva.

P — Que diferencia o "Skybolt" dos atuais mísseis de lançamento por avião?

R — O "Skybolt" tem um alcance e precisão de tiro bastante maiores do que os demais mísseis de lançamento do ar. Por ser um míssil balístico tem vantagens enormes como sua velocidade, consideravelmente aumentada, e menos vulnerabilidade, capacitando-o a atacar o complexo de objetivos inimigos sem deixar exposto de maneira sensível, à defesa contrária, o avião lançador.

P — Por que está sendo desenvolvida essa arma?

R — Ela aumenta a vida operacional dos bombardeiros pilotados e amplia o arsenal das armas ofensivas, ao mesmo tempo que permite a utilização de uma base móvel de onde podem ser lançadas as operações ofensivas. Nosso país poderá, com um investimento comparativamente pequeno, estender, até um fu-

Tradução de "Airview News" de 17-6-60,
pelo

**Brig do Ar Eng OSWALDO
BALLOUSSIER**

turo afastado, seus sistemas de lançamentos estratégicos, considerada a comparação de termos de pessoal, equipamento e bases. Mais ainda, ressaltando essa economia de pessoal, embora haja solicitações para ambos sistemas, pilotados e não-pilotados, algumas vantagens-chaves ficam do lado dos sistemas pilotados.

P — Que é abrangido, exatamente, pelo contrato atual com a Força Aérea?

R — Na situação atual, nossa tarefa compreende o projeto e o desenvolvimento de todo o sistema de armamento, incluída sua integração no avião transportador tanto o americano quanto o inglês. O trabalho está sendo conduzido de modo que seja permitido o início da produção a qualquer momento desejado pela Força Aérea. O presente contrato inclui certo número de mísseis e outros elementos do sistema para fins experimentais.

P — O presente contrato será, obrigatoriamente, seguido de um contrato de produção?

R — Essa é a intenção da Força Aérea: uma arma operacional.

P — Onde se coloca o programa do "Skybolt" no conjunto de

grandes projetos da Douglas, com o "Thor" ou com o "Hercules"?

R — Evidentemente, tudo leva a crer seja ele tão grande quanto esses programas e exigirá o mesmo nível de esforço. É grandemente importante, não só do ponto-de-vista da companhia, mas, também, da Força Aérea.

P — Pode ser dito onde a maior parte do trabalho do "Skybolt" será realizada?

R — Na Douglas; o maior esforço será desenvolvido em Santa Mônica e compreenderá: desenhos, desenvolvimento, direção do programa e produção de uma grande parte da estrutura do míssil e dos elementos de terra do sistema de armamento. As carcassas do propulsor estão com produção prevista em El Segundo. Em Tulsa, ficaremos responsáveis pelo projeto, desenhos e desenvolvimento do pilone de fixação do míssil ao avião. A montagem final está prevista para a Douglas de Sacramento. As outras firmas associadas conosco neste programa são: Northrop (Nortronics Division) para a orientação; General Electric para o veículo de reentrada e a Aerojet para a propulsão.

P — Por que foi a Douglas escolhida para desenvolver o "Skybolt"?

R — O "Skybolt" era uma competição grandemente contestada um ano atrás. Estou certo de que nossa capacidade comprovada no desenvolvimento e na fabricação de sistemas de mísseis, dentro dos prazos, foi um fator capital.

P — Que importância deverá ser dada à declaração feita sobre a utilização do "Skybolt" pelo Governo Inglês?

R — Grande, certamente, já que mostra o interesse de um governo aliado numa arma nova altamente importante. Além disso, permitirá, com uma produção em maior escala, a obtenção de armamento mais econômico para ambos governos.

Qual a justa medida em uma Força Aérea?

Maj Brig JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO

Um dos aspectos mais impressionantes da Aviação moderna é o custo astronômico do material aéreo e da complexa infra-estrutura de apoio (suprimento, manutenção, proteção ao voo, etc.); a afirmativa é válida tanto para a Aviação Comercial quanto para a Militar, porém neste último caso as cifras assumem proporções ainda muito maiores. Poucos são os países que podem manter hoje, desde o tempo de paz, uma Força Aérea realmente de primeira linha, o que explica o fato de grandes Nações tradicionalmente na vanguarda, do ponto-de-vista do Poder Aéreo, terem decaído dessa importante posição, face à insuficiência de recursos financeiros para manter em dia com o progresso tecnológico os padrões de suas Forças Aéreas. A corrida armamentista polarizou-se hoje em torno dos Estados Unidos e da União Soviética, estando as demais Nações do Bloco Democrático e do Bloco Comunista relegadas a uma posição secundária de satélites.

Para melhor aquilatar-mos o considerável esforço que os Estados Unidos vêm empreendendo na defesa das liberdades democráticas do Mundo Ocidental, vamos recorrer às cifras consignadas na proposta orçamentária apresentada pelo Presidente Eisenhower ao Congresso, para o Exercício de 1961. Os gastos com a Defesa Nacional (Força Aérea, Marinha, Exército, ajuda militar aos aliados e programa de energia atômica) foram orçados em US\$ 45.600.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões e seissentos milhões de dólares), representando 57 % da

receita prevista para o próximo Exercício Fiscal. Consideradas apenas as três Forças principais, verifica-se que o esforço principal é feito no setor da Força Aérea, com 45 % da despesa, seguindo-se a Marinha com 30 % e finalmente o Exército com 25 %.

Outro aspecto, quase dramático, dos gastos com a Força Aérea é o relacionado com a pesquisa e o desenvolvimento. A evolução da técnica é hoje tão rápida que muitos protótipos se tornam obsoletos em meio à sua fabricação, quando despesas de vulto já foram consumadas com as pesquisas, os projetos e o ferramental. Neste particular ocorreu recentemente um fato bem ilustrativo, com a decisão do Governo dos Estados Unidos de não mais fabricar os aviões de bombardeio estratégico North American B-70 ("Valkyrie"), cujos protótipos ainda se encontram em meio à fabricação; a entrada em serviço dos B-70 estava prevista para 1965, porém alguns assessôres do Presidente Eisenhower alegaram que estes aviões podem ser substituídos por um conjunto de armas que estarão disponíveis em prazo muito mais curto, tais como os mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) Atlas (já operacional), Titan (operacional em 1961) e Minuteman (operacional em 1963), além do Polaris, de lançamento submarino. A decisão, contudo, não foi das mais pacíficas e a respeito é interessante conhecer o ponto-de-vista do General Carl Spaatz, ex-Chefe do Estado-Maior da USAF: "o B-70 não é apenas um bombardeador mais rápido, mas representa um sistema de armas inteiramente no-

vo, destinado a operar à velocidade tripla à do som, a 21 000 metros de altura, cobrindo distâncias de 12 000 km, e que se presta tanto à ofensiva como à defensiva; armado com projetis ar-terra e ar-ar, pode atravessar qualquer sistema de defesa inimigo e transportar não apenas uma bomba atômica, porém várias a qualquer ponto da Terra. Ou os Estados Unidos se dedicam ao rápido aperfeiçoamento do B-70, ou cairão ao nível de uma potência aérea de segunda ordem..." E o programa do B-70 foi mantido, com um orçamento de US\$ 265 milhões para o ano fiscal de 1961.

O custo dos modernos aviões de combate atinge proporções inusitadas, principalmente as primeiras unidades das novas séries de fabricação, que normalmente são gravadas com as maiores taxas de depreciação relativas às pesquisas, ao desenvolvimento dos protótipos e ao ferramental. Como exemplo, citaremos o bombardeador B-58-A que figura nas listas de preço com valor superior a 53 milhões de dólares! Como se vê, não é qualquer país que poderá manter atualmente uma Força Aérea de primeira linha; terão eles que reformular as respectivas doutrinas militares e estabelecer uma prévia e clara concepção do tipo de guerra para o qual a doutrina é válida. Mas de qualquer modo, não se deve exigir da Nação sacrifícios maiores que o estritamente necessário à salvaguarda da sua soberania e das suas instituições, o que exige dos Chefes militares uma alta compreensão da necessidade da conjugação de esforços das três Forças Armadas, eliminando-se ao máximo a dispersão de meios.

*

Feitas as considerações acima, que nos dão uma pálida idéia dos problemas de ordem financeira relacionados com as Forças Aéreas, desçamos à realidade da nossa conjuntura com vistas à Força Aérea Brasileira. Obviamente, todos os aviadores almejam uma Força Aérea modelar, eficiente e, se possível, de primeira linha no concôrto internacional; são as con-

tingências financeiras que impõem limitações a estas justas aspirações que não são apenas de ordem pessoal, pois decorrem sobretudo de uma imposição da Defesa Nacional. O problema que se apresenta, então, é **dosar judiciosamente** os recursos disponíveis, de sorte que não seja comprometida a harmonia funcional do conjunto; igual critério deve ser adotado com as duas outras Forças que compõem o Poder Militar da Nação, pois a sua atuação conjunta exige coordenação harmônica e equilibrada. Infelizmente, todos nós somos levados, por uma tendência natural, a dar maior ênfase aos engenhos bélicos, subestimando a respectiva infra-estrutura de apoio logístico; acontece, assim, existirem no Exército, na Marinha e na Força Aérea geralmente mais canhões, mais navios e mais aviões do que recursos técnicos e financeiros necessários à manutenção e à utilização eficiente da máquina de guerra, o que se traduz, em última análise, pelo alto índice de indisponibilidade do material. O mais grave é que a instrução dos quadros resulta também prejudicada, o que possivelmente não ocorreria se os meios e os encargos guardassem entre si o indispensável equilíbrio.

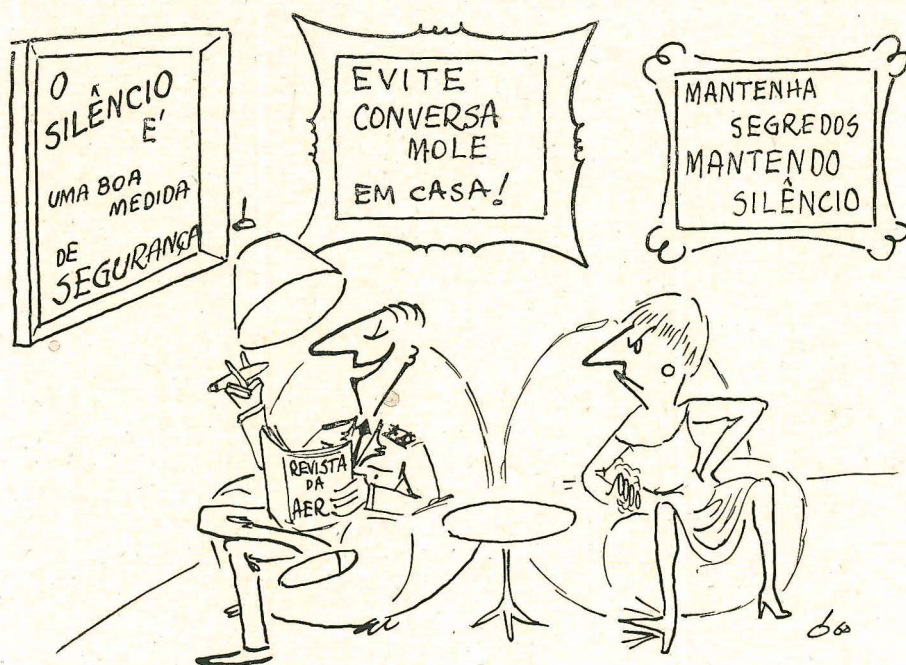
Dispõe a FAB, presentemente, de cerca de 800 aeronaves de diferentes tipos e procedências, repre-

sentando um valor de inventário da ordem de 100 milhões de dólares; daquele total, mais ou menos uma centena de aviões vem sendo apoiada pelo Plano de Assistência Militar Norte-Americano. As 700 unidades restantes, cujo valor de inventário é da ordem de 60 milhões de dólares, exigem aproximadamente 6 milhões de dólares por ano, a fim de assegurar um perfeito suprimento de peças e acessórios. Acontece, entretanto, que a FAB é apenas uma fração do Ministério da Aeronáutica, sem dúvida a mais importante; outros setores vitais do Ministério, como por exemplo o da infra-estrutura aeroportuária e o da proteção ao vôo, também dependem de copiosas importações para a manutenção dos complexos equipamentos em uso. Assim, as necessidades mínimas do Ministério da Aeronáutica, expressas em dólares, somente para a manutenção dos aviões e dos equipamentos em serviço, situam-se muito acima de 6 milhões de dólares. Ora, as dificuldades cambiais com que luta o País, já de longa data, vêm limitando os recursos para a importação de peças e acessórios a cifras quase irrisórias, face às necessidades reais do Ministério da Aeronáutica, cujas responsabilidades no setor da segurança do vôo são facilmente percebidas pelo grande público que se utiliza dos transportes aéreos e para o qual aque-

las dificuldades não devem servir de justificativa às deficiências eventualmente constatadas.

Como se vê, os problemas, não somente da FAB, mas de todo o Ministério da Aeronáutica, são de solução bastante delicada, pois envolvem normalmente recursos financeiros muito superiores às disponibilidades correntes. É preciso que façamos, urgentemente, um balanço da situação, ponderando recursos e encargos; de posse deste levantamento, impõe-se um reexame da conjuntura, a fim de se verificar qual a linha de ação possível, isto é, se reajustar os meios à altura dos encargos, ou se reduzir os encargos até o limite máximo das disponibilidades financeiras atribuídas ao Ministério da Aeronáutica. A primeira linha de ação, sem dúvida, é a desejável; a segunda, é aceitável, como alternativa conscientemente prevista. O que não é admissível é adotar soluções intermediárias, com evidente desajustamento entre os meios e encargos, caminho mais rápido para a desorganização dos serviços e irresponsabilidade em todos os escalões da administração.

Posta a questão nestes termos, alguma coisa mais precisa ser dita e nós o faremos de bom grado, chamando a atenção dos setores responsáveis para que seja alcançado um melhor rendimento de produção das atividades militares e civis do Ministério da Aeronáutica, sobretudo as relacionadas com a sua complexa infra-estrutura de apoio da FAB e da Aviação Comercial. Em particular, desejamos alertar as autoridades responsáveis para a alarmante falta de engenheiros em todos os setores especializados do Ministério da Aeronáutica, principalmente nos Parques de Aeronáutica e nas Diretorias Técnicas; o déficit é de tal ordem que já não é possível, sequer, equacionar os problemas mais urgentes e, por conseguinte, encaminhá-los a uma solução. Sem técnica de alto nível não é possível, na era da energia nuclear e da Astronáutica, fazer Aviação e manter uma Força Aérea digna deste nome; ter-se-ia, no máximo, um conglomerado informe, desordenado, caro e inútil! Livremos a nossa Aeronáutica deste tenebroso futuro, antes que seja demasiado tarde.



Sem legenda...

Segurança e Desenvolvimento

Brig Ar Eng OSWALDO BALLOUSSIER

INTRODUÇÃO

O tema "Segurança e Desenvolvimento" exige, preliminarmente, uma exposição sucinta sobre Segurança Nacional e quais as suas interrelações com o desenvolvimento, dentro do quadro nacional, levadas em conta, evidentemente, as injunções impostas pelas relações e condições internacionais.

A expressão Segurança Nacional é um novo símbolo verbal de uma velha realidade. Foi criada, para uso popular, em vista da necessidade compreensível de um termo de referência que significasse, pelo menos, o objetivo final que, admitia-se, coubesse às Forças Armadas manter. A realidade da Segurança Nacional é uma abstração infinitamente complexa e, como tal, não comporta qualquer definição convencional de dicionário. Ela mal pode ser descrita, salvo subjetivamente, senão em termos do que sua existência permanente significa para a Nação. É algo que se percebe, intuitivamente, sem a necessidade de um raciocínio lógico sobre a sua natureza. O que será feito aqui importará numa descrição da Segurança Nacional através de algumas de suas características mais importantes e mais facilmente discerníveis e dos fatores específicos que mais bem a distinguem de outros objetivos mais limitados da atividade nacional.

Antes de tudo, a Segurança Nacional é uma condição social. Não é um estado de prontidão militar, uma série de alinhamentos políticos ou uma acomodação econômica. É algo que uma Nação acredita acêrca de si mesma, algo que seus Chefes estão convencidos ser necessário para o bem-estar contínuo da Nação e que dê, realmente, ao povo, uma sensação positiva de

O presente trabalho é o resultado de pesquisa e composição do que sobre o assunto tratam conferências e relatórios da Escola Superior de Guerra e livros especializados no assunto.

Foi organizado em face de um pedido da ADESG, a fim de ser incluído em um ciclo de estudos realizados, sob seus auspícios, no Ministério da Educação e Cultura.

Em face de ser assunto que deve interessar a todo oficial, achamos oportuno publicá-lo na "Revista".

confôrto e prosperidade. É, para as democracias com a nossa orientação ideológica peculiar, um estado de coisas no qual os cidadãos integrantes da sociedade possuem a máxima liberdade para explorar, ao seu talento, suas vidas e oportunidades. Significa, em certos casos específicos, coisas tais como a continuação de nossa independência soberana; de nosso sistema de governo representativo; de uma economia, que é basicamente livre mas regulada até onde consideremos necessário ao interesse público; e, acima de tudo, a continuidade das garantias históricas de liberdade pessoal e de independência para cada cidadão. Quando houvermos conduzido nossos negócios, tanto interna quanto externamente, de sorte que essas coisas, em sua essência, tenham sido razoavelmente bem asseguradas, então, podemos dizer, estaremos mantendo um grau tolerável de Segurança Nacional.

Reciprocamente, quando a manutenção de qualquer um desses valores se vir ameaçada seriamente, não estaremos mantendo um grau satisfatório de Segurança Nacional. Uma ameaça reconhecível de ataque aberto à nossa so-

berania é uma ameaça óbvia à Segurança Nacional e, nos últimos duzentos anos, esse ataque foi a maneira clássica segundo a qual estados soberanos perderam sua Segurança Nacional. Existem outras maneiras. Um colapso econômico, certamente, arrastando à miséria e ao desassossêgo, constituiria séria ameaça à Segurança Nacional. A penetração nas nossas escolas, universidades, igrejas, sindicatos de trabalhadores, minorias raciais e grupos nacionais, de uma ideologia que nos fizesse renunciar, voluntariamente, à nossa soberania, a nossos direitos e a nosso sistema de governo, em favor de um poder estranho, insidiosamente nocivo, seria uma ameaça duradoura, crescente e extremamente séria à Segurança Nacional. Cumpre relembrar que a continuidade da Segurança Nacional significa não só uma constelação satisfatória de certos fatores militares, mas também de elementos políticos, econômicos e psico-sociais. Uma ameaça à Segurança Nacional pode provir de uma dentre muitas direções e envolver estes ou aqueles de seus elementos essenciais; mas a perda ou subversão de qualquer um deles assinalará a perda final dos outros.

Em segundo lugar, a manutenção da Segurança Nacional é um processo contínuo e incessante. Não é algo a ser, apenas, conseguido ou atingido, mas algo a ser mantido. O problema é permanente e o processo contínuo, na paz e na guerra, em tempos de dificuldades ou de tranquilidade. Esse processo pode ser fácil ou difícil, coroadado de muito ou pouco êxito, mas que continua — deve continuar — enquanto continuarmos a existir como grupo cultural. Enquanto andarmos pela terra como homens livres, haverá inimigos a ameaçar nossa soberania e nossa

liberdade, circunstâncias a desafiar nossa economia e heresias que colocarão à prova nossa fé em nossas próprias instituições. As guerras vêm, são travadas, cessam e sobreveem a paz, mas o processo continua tão difícil e sutil, na paz como na guerra que a precedeu. Em verdade, o que realmente surpreende, apesar de nossa experiência das duas últimas guerras, talvez porque pensássemos mais na paz do que na liberdade, é, não tanto o reconhecimento tardio de que a vitória apenas deixou de proporcionar uma solução duradoura para o problema da Segurança Nacional, mas, sim, a constatação meridiana de haver-mos sido tão ingênuos a ponto de acreditar que isso pudesse acontecer.

Em terceiro lugar, a Segurança Nacional é o produto resultante de uma Política Nacional vitoriosa. A política nacional, por sua vez, deve ser encarada como um complexo de diretrizes políticas, militares e econômicas, tanto no campo externo como no interno, as quais, reunidas, constituem a orientação geral da conduta de uma Nação no mundo e das atitudes específicas que ela assume na manutenção de sua Segurança Nacional.

Podemos, pois, agora, enunciar o conceito de Segurança Nacional já consagrado pela ESG: "Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, a despeito da ação adversa de fatores internos e externos".

CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

Posta a questão nos termos da exposição anterior, não seria lícito confundir-se Desenvolvimento com Segurança Nacional? Em outras palavras, quando estivéssemos processando o desenvolvimento não estaríamos dando condições de existência real, em toda sua amplitude, à Segurança Nacional?

A resposta simples é: não. Na realidade, estaríamos, apenas, pro-

porcionando condições favoráveis à execução de uma política de Segurança Nacional.

Pela definição, Segurança Nacional trás, sempre implícita, a idéia de antagonismo. Esta, pois, no domínio da estratégia, decorre de um Conceito Estratégico Nacional.

Convém, então, mostrarmos como é formulado um Conceito Estratégico Nacional.

À base de todo o estudo encontram-se os Objetivos Nacionais Permanentes que são a tradução das aspirações iminentes da consciência nacional, visando à unidade, à independência e à soberania política da Nação, ao progresso econômico e à evolução moral, cultural e social do povo, tudo dentro do espaço geográfico que lhes é impôsto, quer pela tradição histórica, quer pelas condições mínimas de sobrevivência.

Assim, os ONP traduzem, real e fielmente, as aspirações e os interesses vitais da Nação, visando à sua continuidade no tempo e no espaço, já que são o resultado de um longo processo histórico através do qual foi adquirida e plasmada uma consciência nacional.

Tais Objetivos têm um caráter de permanência relativa, pois admitem modificações mais ou menos acentuadas dentro de longos períodos de tempo, condicionadas à evolução política, econômica, social e cultural do grupo nacional.

O instrumento que o Estado emprega para a consecução e a salvaguarda de seus ONP é o Poder Nacional. Este é eminentemente relativo, já que as condições de sua aplicação variam no tempo e no espaço. Assim, o valor absoluto do Poder Nacional não tem, verdadeiramente, qualquer expressão prática. Há necessidade de compará-lo com outros, no momento e na área de sua aplicação.

Impõe-se, portanto, o exame da realidade, dentro da qual, uma vez estabelecidos os ONP, será buscada sua efetivação, para a seguir, face a essa mesma realidade, ser avaliado, no instante considerado, o grau de capacidade do instrumento decisivo de ação que dê viabilidade a essa mesma ação.

Esse exame é uma verdadeira apreciação estratégica da conjuntura tanto no panorama nacional quanto internacional, e com ele se visa a definir os aspectos positivos e negativos da própria conjuntura.

Os aspectos positivos são definidos, em suas componentes nacionais e internacionais, por sua natureza e suas tendências de evolução em futuro previsível.

Os aspectos negativos representam os antagonismos e obstáculos de toda natureza que integram as pressões contrárias, também internas e externas, que se antepõem à conquista daqueles objetivos.

A avaliação do Poder Nacional é feita, igualmente, mediante uma judiciosa e minuciosa apreciação de seus fatores integrantes, visando à determinação de seu grau de capacidade para se contrapor às pressões contrárias que tendem a limitar, cercear e, por vezes, impedir a consecução dos objetivos vitais. Essa avaliação deve dar lugar ao estabelecimento de verdadeiros juízos de valor que, explicitamente, exprimam os graus de superioridade e inferioridade do Poder, face ao quadro geral de contrastes internos e externos. Em outras palavras, tais índices são os parâmetros de aptidão do Poder Nacional no tocante à vida e ao futuro da Nação.

Vemos, agora, ressaltadas suas características de relatividade e dinamismo, que não devem nem podem ser negligenciadas, da mesma forma que não deve ser menosprezada a atitude de rigorosa imparcialidade que precisa presidir sua avaliação, para, como adverte H. Morgenthau, não serem tolerados:

— um Poder absoluto que se mantenha indefinidamente;

— a constância de seus fatores integrantes;

— a predominância exagerada de um fator sobre outro, com menosprezo da interdependência entre todos.

As conclusões qualitativas e quantitativas evidenciadas na comparação dos ONP com a análise da conjuntura e a avaliação do Poder Nacional constituem o que se convencionou chamar de: "Premissas

Básicas". Elas representam, em sua forma integrada, sintéticas mas exatas apreciações de valor, já que exprimem as relações entre as realidades e os interesses do grupo nacional com sua provável evolução no tempo e no espaço, quer no campo interno, quer no âmbito internacional. As Premissas Básicas são verdadeiras conclusões quanto à realidade política do momento e sobre o sentido e o ritmo de sua evolução. Assim, devem elas indicar:

— as pressões dominantes, externas e internas, reais ou potenciais, que colidam com a consecução dos ONP;

— o valor do Poder Nacional atual e o potencial mobilizável em futuro próximo, relacionados aos aspectos positivos e negativos considerados;

— as áreas estratégicas de provável aplicação do Poder Nacional, seja para seu fortalecimento planejado, seja por sua provável incidência em oposição às pressões contrárias.

A formulação adequada do CEN depende, fundamentalmente, da caracterização clara, precisa e objetiva das pressões dominantes. Segundo decorram elas de origens internas ou externas, diversos serão os caminhos para serem enfrentadas com sucesso.

Assim, uma pressão de âmbito nacional — como, por exemplo, as de fundo ideológico — repercute, de pronto, na estrutura do País; já uma outra, de caráter internacional, opondo-se, frontalmente, à consecução e salvaguarda dos ONP, poderá dar origem a uma definida hipótese de guerra.

A seleção de áreas estratégicas é, por assim dizer, o denominador comum das operações precedentes, identificando, geograficamente, os antagonismos e, dessa forma, determinando os sítios prováveis de aplicação do Poder Nacional.

Chegamos, assim, a dois grupos distintos de conhecimentos:

— de um lado, aquilo que queremos atingir, os ONP, base da ação a ser desenvolvida pelo Estado;

— de outro, os meios de que dispomos e o modo por que podemos

dêles dispor em determinado instante da vida nacional.

A comparação de ambos e um estudo judicioso vão permitir-nos chegar ao enunciado daquilo que a Nação poderá realizar.

Êsses novos objetivos, etapas intermediárias para serem atingidos os ONP, são chamados Objetivos Nacionais Atuais (ONA).

Eles expressam, sem dúvida, a "cristalização dos interesses nacionais considerados à luz das limitações impostas pelas circunstâncias e possibilidades do momento", ao mesmo tempo que traduzem, em termos de equilíbrio racional, a adaptação dos fins aos meios.

Os ONA diferem dos ONP tanto, necessariamente, em qualidade como, freqüentemente, em amplitude.

De fato, os ONP, pedra fundamental de toda a construção, repousam, apenas, em uma análise interpretativa dos interesses e aspirações nacionais, mais ou menos conscientes, mais ou menos articulados e, por vezes, ainda informes, que motivam, em cada época histórica, toda manifestação de um povo como Nação. Tais objetivos se radicam no amplo campo da Política, arte do estadista; são, pois, objetivos políticos no amplo sentido.

Em contraposição, os ONA referem-se, exclusivamente, aos antagonismos que se identificam, seja no campo interno, seja no campo internacional, contrário à desejada consecução daqueles Objetivos Nacionais Permanentes. Fundamentam-se numa avaliação estratégica da conjuntura que, à luz dos próprios ONP, ponha em foco tais antagonismos, a natureza e o valor das pressões dominantes, através das quais êles já se manifestem (pressões atuais) ou possam vir a manifestar-se em futuro não muito remoto (pressões potenciais). Os ONA pertencem, assim, ao campo mais restrito da Política de Segurança Nacional, caracterizado este pela existência de antagonismos e de pressões adversas. São objetivos estratégicos.

Se nos fôr permitido, ousaremos empregar uma comparação matemática para sua definição: "Os ONA são a derivada parcial

dos ONP em relação ao Poder Nacional".

Formuladas as políticas de consecução, teremos completado o Conceito Estratégico Nacional que pode, assim, ser definido: "CEN é a enunciação ordenada e hierarquizada daquilo que precisa ser feito (ONA) e como, quando (Políticas de Consecução) e onde (Áreas Estratégicas) fazer".

DIFERENÇA ENTRE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA

Pode acontecer que alguns dos ONP não encontrem antagonismos em sua consecução — que pode ser lenta e demorada — ou que, além da consecução dos ONA, o Estado possa atender a outras necessidades. Nesse caso, então, tudo que se fizer nesse sentido será desenvolvimento, pois será exclusivamente orientado para o bem-estar, elevação de padrão de vida seja econômico, seja cultural. Mas tudo que fôr feito para o atendimento dos ONA, onde a Estratégia, e só ela, determina as linhas de ação, será Segurança, muito embora concorra, também, para a elevação dos mesmos padrões, conseguida com o desenvolvimento.

E pouco importa no fundo que, em dado período histórico, face aos antagonismos despertados e à variedade e importância das pressões correspondentes, o campo menor da Estratégia quase totalmente recubra o mais amplo da Política. Isso apenas traduz um maior dinamismo das relações internacionais e, sobretudo, uma periculosidade muito acrescida das condições existenciais, seja porque a Nação considerada sofra de graves e numerosas vulnerabilidades face às pressões externas ou mesmo internas, de importância incontestável, seja porque as aspirações e os interesses nacionais, em outros termos, os ONP, agressivos, ambiciosos, extrovertidos, provoquem a reação decidida de contendores também poderosos. De um lado, os potencialmente agredidos; de outro, os potencialmente agressores, sempre que se vejam constrangidos a atuar num campo de potenciais estratégicos mais ou menos equivalentes.

Já se foram os tempos remansosos em que nações fracas e pobres

de recursos podiam viver e prosperar, até certo ponto livres, à margem dos antagonismos importantes, mas especialmente circunscritos, dos poderosos da época, sem que a fraqueza e o relativo pauperismo se convertessem em danosas e ameaçadoras vulnerabilidades ante agressores sempre dispostos a explorá-las em benefício próprio.

Já pertence, também, à História a era do expansionismo europeu, tanto ocidental como eslavo, otimista e descuidado, que canalizava para plagas longínquas as ambições e a agressividade das grandes potências imperialistas que buscavam repartir o mundo entre si, mediante obscuras guerras coloniais de custo reduzido e cujo noticiário não chegava a perturbar a tranquilidade das consciências nas metrópoles enriquecidas.

Hoje, já não há mais confins, desvãos ou terras-de-ninguém neste mundo que dia a dia se encolhe.

Novos imperialismos surgiriam, novas forças em decidida expansão passariam a contender pelo domínio mundial e a arregimentar forças para o embate tremendo que se mantém, como ameaça permanente, alargando, quando possível, seu domínio territorial, ampliando suas esferas de influência e angariando aliados mediante acordos, pressões de toda ordem, a ajuda econômica, técnica e militar, recorrendo às guerras por procuração e à subversão financiada e, sobretudo, pela propaganda mascarada e até mesmo ostensiva, levando a todas as regiões do Globo a intranquilidade incessante e as dissensões irreconciliáveis de uma guerra ideológica despudorada e sem quartel. Todos os povos, mesmo os mais afastados das áreas estratégicas de primeira grandeza, onde contendem diretamente os dois grandes centros-motores do antagonismo atual, sentem-se e devem sentir-se cada vez mais ameaçados e comprimidos, com sua prosperidade, seu bem-estar, o prestígio nacional a que aspiram, a própria unidade e até mesmo sua soberania e sobrevivência, sob o impacto avassalador de pressões externas muitas vezes humilhantes, de uma agressividade nunca vista.

Daí achar-se, hoje, na quase totalidade dos Estados do atual panorama mundial, cada vez mais permeado o campo da Política pelo influxo de tais pressões adversas, que, determinando uma espécie de universalização do fator de segurança, ampliam a área da Estratégia a ponto de quase absorver, em si mesma, todas as atividades nacionais.

De qualquer forma, porém, nem por isso deixam, efetivamente, de subsistir os dois campos distintos da Política e da Estratégia, por mais que um ao outro se apresente superposto.

E é, na verdade, a Segurança Nacional o operador qualitativo que transforma as expressões de natureza política em expressões estratégicas correspondentes.

A SEGURANÇA NACIONAL E O SISTEMA ECONÔMICO

As questões fundamentais no campo econômico giram em torno dos seguintes problemas que exigem soluções:

— que bens devem ser produzidos e em que quantidades?

— como esses bens devem ser produzidos?

— por que esses bens devem ser produzidos?

Na primeira hipótese, as opções são condicionadas pelas expressões quantitativas e qualitativas dos recursos disponíveis: os fatores de produção, na linguagem econômica.

Na segunda, as opções dependem da técnica e das condições institucionais.

Na terceira, um sentido político determinará a predominância na escolha: se para o bem-estar ou para a segurança.

Essas respostas são limitadas pelos tipos de estrutura dos países:

- economia primária;
- economia industrial;
- economia composta ou mista.

E, ainda, de suas condições institucionais:

— países de economia dirigida do centro;

— países de economia descentralizada.

O essencial é a verificação de como determinado país, em função do sistema que adota e de sua estrutura econômica, pode realizar suas escolhas.

É nesse aspecto que se configura o papel dos sistemas econômicos como responsáveis pelas maiores ou menores oportunidades de criação de poder, necessário como imperativo de segurança e salvaguarda da soberania.

A diferenciação estrutural não oferece grandes disparidades de modelo, a não ser em suas proporções; a diversificação institucional permite, entretanto, modificações mais profundas.

Não é demais lembrar que a economia capitalista só ocasionalmente pode propiciar a aquisição de poder. O capitalismo é, antes de tudo, um sistema econômico de maiores oportunidades de bem-estar, onde os anseios de liberdade nem sempre coincidem com os propósitos de eficácia do poder. Enquanto isso, a economia coletivista — à qual não importam as condições de bem-estar nem mesmo repugna a adoção de fórmulas de servidão e escravidão, para seu desenvolvimento — é, exclusivamente, orientada no sentido de aquisição de poder.

Para suprir essas deficiências de ordem material face à maior mobilidade dos países totalitários, têm as democracias recorrido à intervenção indireta no campo econômico. O Estado fixa as regras do jogo e estabelece uma disciplina à ação dos grupos econômicos, através do imposto, do controle da emissão e da distribuição do crédito, ao lado do controle direto dos preços e da taxa de câmbio.

Transforma-se, assim, o Estado, em agente econômico que, pelo menos, trabalha em associação com os elementos individuais ou de grupos. Visam essas medidas a atenuar as condições desfavoráveis que o sistema capitalista, dado o fito de lucro e do predomínio do livre empreendimento, pode representar para a criação do poder.

Incontestavelmente, já passamos, mesmo, o limiar do advento de um novo padrão: a economia de segurança nacional. Ela é orientada no sentido de facultar a aquisição de poder para resguardo de soberania e é responsável, inclusive, pela tendência de nacionalização dos empreendimentos de base, considerada essa iniciativa como um dos meios de fortalecimento de sua ação.

As aspirações de independência e as afirmações de sentido nacional, no campo econômico, fluem da compreensão de que a base da segurança é o coeficiente de autonomia de um país. A estes ideais incorpora-se a certeza de que sem segurança não há bem-estar e de que sem poder econômico utilizável, de imediato, pelo Estado, não há segurança. Esse espírito, se de um lado tem permitido exageros, de outro tem incentivado o desenvolvimento de uma política de sobrevivência com dignidade, no afã de preservar, por seus próprios meios, uma soberania, mesmo quando a Nação está situada em área onde interesses comuns de ordem política ou ideológica venham a criar compromissos de participação de outros países, através de alianças, em sua defesa.

A atuação do Estado no campo econômico toma aspectos diferentes em função daquilo que representa a probabilidade de preservação de sua soberania; as implicações de uma política social nas democracias, por exemplo, não devem ter em mira corrigir excessos do capitalismo, mas, sim, garantir determinado grau de segurança, mesmo com esses excessos.

É necessário haver um propósito honesto e patriótico na condução de tais problemas e não ser aplicado o conceito antigo atribuído aos jesuítas "que os fins justificam os meios". Em nosso entender, os meios é que dão legitimidade aos fins.

O Estado, inegavelmente, precisa e deve intervir nesse campo, mas com propósitos elevados, visando aos interesses nacionais. A ação do Governo deve ser, não a de detentor de um recinto fechado cujas portas, conduzindo ao enriquecimento rápido, sejam abertas para alguns bafejados por sua proteção, mas, ao contrário, a de

responsável por um amplo parque aberto ao público, onde, em alguns lugares, coloque o aviso: "Por favor, não pise a grama".

As limitações de desenvolvimento dos grupos detentores de poder econômico, as restrições às formas de coalisão e aglutinação e as posições de defesa a seus processos de internacionalização devem ser enxergadas no mesmo sentido.

A preocupação na obtenção de um melhor processo de distribuição de renda e os anseios por um desenvolvimento mais acelerado não deverão visar senão aos propósitos de Segurança Nacional.

Essa economia de segurança nacional nasce, portanto, de circunstâncias de predomínio, na área econômica, da ação estratégica sobre a ação política e é uma reação natural tendente a evitar que uma pressão maior de interesses e vontades possa, eventualmente, superar os próprios compromissos das alianças existentes, em prejuízo dos princípios de soberania que os mesmos porfiam por manter intatos.

A RESPONSABILIDADE PARA TOMAR DECISÕES ECONÔMICAS

A mais importante característica da economia mista de hoje é que tanto o Governo como os indivíduos dividem entre si a responsabilidade em tomar as decisões econômicas que determinam o funcionamento do sistema econômico. Tanto o Governo como os indivíduos tomam decisões econômicas estratégicas.

Hoje, o Governo tem muito mais a dizer a respeito do modo pelo qual a economia funciona. Cabe-lhe tomar decisões em outros campos, por exemplo no político e no psico-social, que facilitarão a tarefa a ser executada no campo econômico. Em algumas decisões, o Governo é supremo; em outras, as decisões individuais são finais. Algumas decisões governamentais são estratégicas para a vida econômica (exemplo: a política fiscal). Algumas decisões dos indivíduos são estratégicas para a vida econômica (exemplo: as decisões relativas ao volume e à direção do investimento de capitais). A natureza das responsabilidades priva-

das e do Governo mudam à proporção que o fazem as condições econômicas. Assim, se um equilíbrio relativo não fôr mantido na vida econômica, pelos indivíduos, o Governo nela intervém e toma decisões estratégicas para alcançar condições mais estáveis (exemplo: as políticas fiscal e monetária para impedir a inflação ou a deflação). O Governo é sócio dos indivíduos para tomar muitas daquelas decisões econômicas que determinam a maneira pela qual a economia funciona.

Hoje, como sempre, aliás, a mistura das decisões econômicas governamentais e privadas apresenta grandes perigos e grandes esperanças. A história dos últimos século e meio ilustra o fato de haver, em suma, a interferência do Governo na vida econômica preservando as instituições básicas do sistema econômico e, de fato, incentivado mais do que restringido o progresso econômico. Tem apresentado, também, pequenos recuos.

Mas, o maior perigo de tal ação, nos países subdesenvolvidos, é que nesses não é incomum a corrupção nos meios governamentais e esta tende a desvirtuar aquela ação, orientando-a para os interesses particulares de grupos ou de indivíduos, ao invés de deixá-la orientar-se para o bem comum.

Hoje, como no passado, o controle econômico governamental constitui u'a mescla. Assim, por exemplo, a regulamentação governamental tem criado muitos rigores na atividade econômica, através dos controles de preços, produção, taxas de juros, comércio internacional e seu incentivo ao monopólio. Em alguns setores, as regulamentações governamentais, ao invés de restringir, serviram para facilitar o racionamento dos recursos. Mas, por outro lado, também, algumas regulamentações foram de real vantagem. Ajudaram a preservar os valores humanos, a conservar os recursos naturais, impediram a exploração de um grande por um pequeno número de pessoas, patrocinaram e incentivaram o progresso econômico de vários e múltiplos modos diferentes.

Há uma grande esperança na mistura das relações econômicas público-privadas. É a esperança de que essa mistura se faça no sen-

tido de servir ao bem comum, alcançando os objetivos fixados pela sociedade para seu sistema social e econômico.

Há, também, um grande perigo. Pode o insucesso na solução dos problemas acarretar tal domínio da vida econômica, pelo Governo, que tanto a liberdade econômica como a política sejam seriamente restringidas.

A mistura das decisões públicas e privadas na economia de hoje move-se para alcançar certos objetivos. Não é u'a massa amorfa e entrelaçada de forças movendo-se sem finalidade. Quais são esses objetivos que a sociedade fixa, hoje, para seu sistema social e econômico?

Não é fácil responder a tal pergunta e, sem dúvida, cada povo respondê-la-á de maneira diferente. O desejo do povo reflete-se, na política econômica do Governo, de diversas maneiras fundamentais. As vezes, expressa-se de modo positivo por alguma coisa ou contra alguma coisa. Outras vezes, aceita, passivamente, uma ação ditada pelo curso dos acontecimentos. E, no funcionamento do sistema econômico, a sociedade aceita ou rejeita os meios pelos quais certos fins devem ser alcançados.

Como devem ser chamados os objetivos que a sociedade parece fixar para seu sistema social e econômico? Podem ser usados os termos conservadores "fins" e "objetivos" ou o mais sofisticado "metas". Uma palavra mais adequada para as coisas que o povo parece desejar, sobretudo nos países subdesenvolvidos, pode ser "cometimentos". Uma vez que tôdas envolvem a ação ou a inação econômica do Governo, seria mais apropriado chamá-las de "cometimentos de política econômica do Governo". Isso implica uma relação de causa e efeito entre a vontade pública e a ação governamental, o que não é demasiado realístico. A política econômica do Governo é determinada por uma congêrie de interesses, centralizados nos processos políticos. Mas a política importante é formulada dentro dos limites estabelecidos por esses amplos objetivos citados. Deveriam, talvez, por essa razão, ser denominados "fatores condicionais" ou "objetivos condicionais".

Por motivos óbvios, é um tanto perigoso tentar estabelecer, hoje, os cometimentos de política econômica do Governo. Na ausência de um método convincente para descobrir o que o povo deseja, os cometimentos de política econômica do Governo, abaixo relacionados, parecem ser os principais e não causariam surpresa nem seriam passíveis de controvérsia:

1 — Alcançar e manter o pleno emprêgo de recursos.

2 — Progresso econômico, no sentido de grande e crescente produção, renda nacional e padrões de vida.

3 — Mais segurança para os indivíduos contra os riscos econômicos.

4 — Menos desigualdade na distribuição da renda.

5 — Conservação dos recursos naturais e humanos.

6 — Preservação das instituições básicas e do caráter do "sistema de livre empreendimento".

7 — Preservação da liberdade pessoal, política e econômica.

8 — Estabilidade política para assegurar a modificação metódica e não revolucionária.

9 — Mais eficiência no Governo.

10 — Responsabilidade do Governo para agir no bem comum num grau comensurável com sua importância e autoridade.

11 — Uma política externa que assegure, primeiro, a liberdade, depois a paz e, enquanto isso não acontece, o estabelecimento de uma defesa nacional adequada.

O homem do povo não colocará, certamente, nesses termos, os objetivos que deseja para seu sistema social e econômico. Ao contrário, é mais provável que ele diga desejar mais empregos, melhor salário, mais coisas materiais, melhor Governo, paz e assim por diante. O fato de haverem esses objetivos sido apresentados em termos talvez mais sofisticados não modifica, para eles, a intenção ou o consumo geral.

Há muitos outros objetivos a acrescentar. Mas os que forem

apresentados servem aos propósitos de uma análise bem sucedida.

UNIÃO ECONÔMICA

A união econômica entre países adjacentes é, hoje, largamente solicitada. Uma das razões alegadas a seu favor é que ela pode facilitar a discriminação contra determinado país e seu deflacionário excedente de exportação. Embora tal discriminação seja desejável, parece que a união econômica é um projeto grande demais para ser usado com esse objetivo, existindo, como existem, outros métodos mais simples.

O argumento mais importante e permanente a favor da união econômica é que, ao reduzir os obstáculos ao comércio, ela amplia o mercado e promove a especialização internacional.

Mas, a união econômica, para funcionar em toda sua plenitude, facultando o aumento do bem-estar dos povos das nações interessadas, exige, de algumas, um espírito de renúncia que nem sempre é aceito.

Por exemplo, antes da união, os países A e B compram certa mercadoria de C. Após a união entre A e B, essa mesma indústria é estabelecida, com êxito, em A, às expensas de C. Se as vantagens econômicas naturais são muito favoráveis a C, tanto A como B terão sua situação agravada por haverem estimulado a implantação da indústria em A. Isto é indubitavelmente verdadeiro, mas, talvez, não muito importante, pois é provável que, na ausência da união, a indústria não fique limitada a C, mas que tanto A como B tentem instalá-la em seu território sob o amparo do protecionismo, e, em comparação com esta situação, a união econômica, que limita seu protecionismo a uma grande indústria em A, torna-se superior à perspectiva de duas indústrias menores em A e B.

O principal benefício da união econômica é a maior especialização. Aqui novamente, é ressaltado aquele espírito de renúncia que só pode ser aceito quando o povo tem confiança em seus governos, confiança decorrente dos propósitos honestos que orientam a formulação dos programas e a dedicação

à causa comum. Algumas pessoas pregam a união econômica sob o fundamento de que ela permitirá maior coordenação das indústrias, o que quer dizer maior cartelização. A indústria de automóveis, por exemplo, só pode fornecer o produto bom e barato quando opera em grande escala. Se a coordenação significa a divisão do mercado entre várias indústrias nacionais, por meio de alguma forma de cartel internacional, o efeito será pernicioso. É necessário, realmente, que muitas indústrias nacionais sejam eliminadas, obrigando todo o mercado aos produtos de um número muito reduzido de centros manufatureiros. Aí está o nó da questão. A união econômica é muito difícil de ser conseguida, porque está fadada a eliminar um grande número de práticas nacionais a que as pessoas estão apegadas.

Os governos, portanto, devem estar preparados, com os planos necessários, para transferir recursos das indústrias em crise para as que, agora, podem expandir-se (inclusive planos para deslocar trabalhadores qualificados, de um país para outro, se isto for conveniente e eles quiserem ir). Mas devem ser infensos às sugestões de protecionismo, pois, caso contrário, a união não poderá existir. Por outro lado, devem estar preparados para eliminar as restrições artificiais ou subvenções que eles próprios criaram. Isto significa que todos os países, dentro da união, devam ter a mesma estrutura de impostos indiretos e de subvenções às indústrias. A união não é, apenas, uma questão de moedas e tarifas.

O fato de a união destruir algumas indústrias pode ser tolerável porquanto ela também facultará a expansão de outras. Mas só o fará se estimular a exportação, tanto quanto a importação. O passo seguinte para a união econômica, portanto, é a equiparação dos níveis de preços dos países interessados. Isto não é muito difícil; basta, apenas, ser estabelecida a taxa certa de câmbio entre as moedas e, isso, antes do início da união.

O grande problema, conseqüentemente, é a manutenção dos níveis de preços em equilíbrio, no futuro. Uma união não pode durar

muito tempo se um país está procurando estabilizar os preços e os salários, enquanto outro está em regime inflacionário e um terceiro segue uma política de deflação. Portanto, a união econômica envolve, pelo menos, um acordo entre todos os países interessados no sentido de seguirem a mesma política em relação a moeda, preços, salários, investimentos e empregos; e como é difícil cumprir tais acordos, o fim lógico da união econômica é ter um só Governo responsável por essas questões.

Seria virtualmente impossível a realização de uma união econômica sem haver uma união política com um governo central responsável pela política econômica. É condição prévia, para essa nova fase, concordarem os países, de modo geral, em seguir políticas econômicas similares. Uma união entre povos que adotam o "laissez-faire" é fácil de ser conseguida, pois cada um deles sabe que a autoridade federal adotará a mesma espécie de política econômica. Mas um povo que adote o planejamento não pode viver na mesma federação com outro que aceite o "laissez-faire". E mesmo os povos favoráveis ao planejamento não podem aceitar uma federação, a menos que os tipos de planejamento adotados sejam similares em suas linhas gerais.

Em última análise, o êxito da união econômica depende da vontade com que a união política é desejada.

PROGRESSO E CONHECIMENTOS TÉCNICOS — PRODUTIVIDADE

Ninguém poderá falar em desenvolvimento sem considerar o elemento homem. Quando se fala, então, em desenvolvimento econômico, a parte da força de trabalho representada pela mão-de-obra assume importância sob seus dois aspectos principais: quantidade e qualidade. A quantidade depende da imigração (em pequena parcela) e do aumento da população. A qualidade depende do aproveitamento dos elementos novos que a ciência e a tecnologia, aplicadas em todos os setores, colocam à disposição do homem.

Os economistas do princípio do século XIX acreditavam que a renda média não seria, nunca, superior ao nível da mera subsistência do trabalhador.

É provável que essa infeliz situação existisse, por exemplo, na Índia e na China, durante períodos consideráveis. Mas é evidente porque não ocorreu nos Estados Unidos ou na Austrália. Os recursos não eram limitados. A terra em uso aumentava quase tão rapidamente como a população agrícola. As jazidas minerais foram exploradas à medida que isso se tornava necessário, sem necessidade do recurso a jazidas novas onde os elementos fossem menos abundantes e o trabalho mais difícil. Além disso, o capital e a mão-de-obra também aumentaram, mas seus efeitos mais bem se observam nos países velhos, onde as reservas de recursos naturais eram muito menos extensas.

Por que então o aumento da população não reduziu a renda "per capita" nesses velhos países, como a Grã-Bretanha, onde era menos rápido do que nos países novos, mas, ainda assim, espetacular?

O principal motivo que possibilitou, à produção, um aumento mais rápido do que o da população na Inglaterra e em países semelhantes (Alemanha, Holanda e Suíça) foi o aumento dos conhecimentos técnicos e do capital, em proporção maior que o crescimento da população.

A aquisição de técnicas novas facultará a fácil absorção dos desempregados em novas indústrias. No passado, julgava-se necessária uma longa aprendizagem e hoje isso ainda é verdadeiro em alguns ramos de atividades; mas, em muitos outros, um homem pode, agora, aprender num centro de instrução bem organizado, em seis semanas, três meses ou seis meses, tanto quanto aprendia antes em quatro anos de aprendizagem não-metodizada.

Quer esteja crescendo a população, quer não, o conhecimento técnico e o capital são os dois grandes agentes do aumento da produção média "per capita". As relações entre ambos são íntimas e freqüentemente difíceis de ser isoladas. Qualquer nova contribuição

de novo acréscimo líquido de bens de capital exige maiores conhecimentos; maior número de pessoas sabendo como trabalhar e cuidar dos novos meios de produção produzidos, sejam eles fábricas, estradas-de-ferro ou gado.

A produtividade pode ser aumentada com as instalações e a mão-de-obra existentes, simplesmente através do aperfeiçoamento da organização do trabalho na fábrica. Trata-se, em parte, de uma questão de melhorar a administração, por intermédio de planos de treinamento e dos serviços consultivos. É igualmente verdade que o novo conhecimento de como satisfazer necessidades quase sempre requer equipamento novo, seja complementando o antigo, seja substituindo-o. Normalmente, o aumento do conhecimento técnico provoca uma nova geração de equipamentos para a indústria, mais eficiente do que sua predecessora, por tornar possível um menor custo de produção.

A substituição da mão-de-obra pela usina e pela máquina é, em verdade, uma das formas de evolução mais comuns, e sucessivas gerações de produtos são cada vez mais aperfeiçoadas por ela.

Mas é comum, na invenção ou no aperfeiçoamento do equipamento, serem economizados mão-de-obra e capital. Finalmente, não devem ser esquecidos os melhoramentos nos produtos, como automóveis, geladeiras, artigos de uso doméstico, nem os melhoramentos nos métodos de fabricação que o maior conhecimento técnico proporciona.

Há, porém, uma distinção bastante clara a ser feita entre duas tarefas que a economia enfrenta ao melhorar sua produção "per capita", através do conhecimento e do capital. A primeira é a tarefa da economia que já está na primeira linha do progresso técnico e a segunda é a da economia realmente subdesenvolvida, que, tecnicamente, se situa em posição inferior. Esta última pode, em "circunstâncias favoráveis", aumentar sua produção "per capita" mais rapidamente do que a primeira, simplesmente em virtude da crescente eficiência dos bens de capital e seu funcionamento. É conseguido um progresso muito maior com a

substituição, por máquinas novas, de máquinas fabricadas em 1900 do que com a substituição de máquinas fabricadas em 1935.

Em princípio, a economia muito adiantada deveria ser capaz de elevar seu padrão de vida, somente na medida em que pudesse fazer avançar as fronteiras do conhecimento técnico, de seu suprimento de capital, e que sua capacidade de preparar técnicos fôsse suficiente para manter-se em dia com os melhores métodos conhecidos em cada ramo de produção.

É claro que a mais atrasada economia não pode limitar seu progresso pela necessidade de esperar a pesquisa e o desenvolvimento. Já existem, prontas, muitas informações técnicas sobre como melhorar seus métodos produtivos.

Nenhum país que deseje, realmente, desenvolver-se pode ficar à espera que seus técnicos e cientistas reinventem tudo o que já foi inventado ou refaçam, passo a passo, o caminho já percorrido por outros. Deve tomar os problemas no ponto mais avançado e compatível com uma solução realística. O Japão e a União Soviética conseguiram suas taxas de rápido progresso, principalmente, procurando chegar, de uma situação de atraso, às fronteiras tecnológicas que haviam sido dilatadas por outros pioneiros.

Nenhuma economia pode pretender ocupar toda a fronteira do progresso técnico, mas os Estados Unidos têm estado bem perto dela há mais de duas gerações, levando a taxa de avanço do conhecimento pela pesquisa (americana ou não) a ocupar posição muito importante, talvez predominante, na taxa de aumento de sua produtividade.

Como é determinada a taxa de aumento do conhecimento técnico? Evidentemente, representa ele o resultado de uma complexa atividade de pesquisa iniciada com a ciência pura e terminada, muitas vezes, com o aperfeiçoamento de processos comerciais em escala bastante ampla, em fábricas-pilotos. A pesquisa depende de grande número de fatores, dos quais o mais importante talvez seja a compreensão, pelas autoridades governamentais, diretores de indústrias

e autoridades educacionais, de que se trata de assunto de grande importância, na maioria dos países, e daí o caráter cumulativo que o progresso técnico e econômico demonstra.

Essa, a grande tarefa dos governos no processamento do desenvolvimento do País.

PLANEJAMENTO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

O planejamento é, ao mesmo tempo, muito mais necessário e muito mais difícil de ser executados nos países subdesenvolvidos do que nos países adiantados.

Em primeiro lugar, o planejamento exige uma administração forte, competente e incorrupta. Deve ser bastante forte para poder pôr em vigor suas medidas. Deve ter um serviço administrativo competente, com pessoal habilitado, capaz de compreender as grandes questões em jogo e de agir com rapidez e inteligência. Deve estar livre de todas as acusações de corrupção, pois, embora os homens suportem muitas restrições de um governo que acreditam estar agindo com justiça e apenas no interesse do povo (por maiores que sejam os seus erros) sem distinção de pessoas, mais cedo ou mais tarde oferecerão resistência violenta às medidas administrativas de maneira corrupta, por mais aceitáveis que tais medidas possam ser.

Acontece, porém, que uma administração competente e incorrupta é o que nenhum país subdesenvolvido possui, a menos que o desespero, a angústia, as apreensões quanto ao futuro e até mesmo quanto ao presente, às vezes, leve seu povo a unir-se e varrer a corrupção e os corruptos para libertar-se da "indústria do subdesenvolvimento".

Nos países subdesenvolvidos, os governos têm, geralmente ainda, muito o que fazer para cumprir as funções de governo normalmente aceitas, antes de poderem passar a problemas mais controvertidos. As obras públicas comuns, em geral, estão em estado deplorável. As estradas e os meios de comunicações ainda têm de ser melhorados e aperfeiçoados, planejados por tanto; os rios precisam ser postos

sob contróle para, uma vez regularizados, poderem ser utilizados para navegação, irrigação e produção de energia elétrica; há necessidade das mais elementares medidas de saúde pública, drenagem dos pântanos, contróle das moléstias infecciosas, obras de saneamento; pôr, verdadeiramente, em funcionamento, um serviço de saúde pública; florestas, escolas, pesquisas geográficas nos países de grande extensão territorial, hospitais, tribunais, polícia e a lista poderia continuar ainda muito mais.

Mas a dificuldade com que se defrontam êsses governos é que não podem ampliar seus próprios serviços sem conseguir levantar o dinheiro para financiá-los. Em consequência, são levados a preocupar-se com medidas para aumentar a receita nacional. É nesse sentido que o planejamento é mais necessário nos países atrasados. Nos países adiantados, a receita nacional aumenta, firmemente, de decênio para decênio, mesmo que o Governo não interfira na vida econômica. Mas em muitos países há estagnação ou retrocesso, e um Governo honesto e patriota se vê, naturalmente, forçado a pesquisar os planos que poderão ser adotados para produzir o progresso econômico.

O planejamento deve constituir um todo harmônico e não uma simples composição de planos. Precisam ser fixados os objetivos ou cometimentos. A palavra meta que poderia ser empregada com alguma propriedade anda, ultimamente, em descrédito, em virtude de seu mau uso. O objetivo nesse tipo de atividades é a cifra que deve ser alcançada como resultado da ação prevista. É muito importante que essa cifra seja estimada sem ilusões a respeito das possibilidades. Se forem fantasiosas, todo o plano será, também, fantasioso. Isso acontece, quer sejam os objetivos muito grandes, quer muito pequenos. Os planejadores que prometem mais do que podem realizar provocam um desequilíbrio geral, de modo que seria preferível e melhor não haver planejamento algum. Por outro lado, há os planejadores que se orgulham de poder anunciar a superação de seus objetivos e que, portanto, deliberadamente, estabelecem objetivos que sabem ser pequenos ou en-

tão os superam em detrimento de outros setores ou atividades também essenciais. Êste é um erro grave, não passando tudo de um simulacro de planejamento. Superar os objetivos é um sinal tão grande de mau planejamento como ficar aquém deles.

Elaborar e divulgar uma lista de objetivos não é planejar. Tentar planejar por meio de exortação, fazendo discursos para que o povo produza mais, não é planejar. O verdadeiro planejamento surge quando o Governo adota medidas para alcançar aqueles objetivos. A negligência nesta fase significa transformar numa farsa tudo o que ficou para trás.

Contudo, é evidente que, por melhores que sejam as estimativas (em particular nos países vivendo uma fase de inflação violenta e ascensional) e por mais bem planejadas que sejam as medidas para a execução dos planos, é impossível um êxito cem por cento. O planejamento deve, então, ser flexível. O ideal seria uma revisão contínua dos planos, mas isto é difícil de ser conseguido.

Um plano de cinco anos, por exemplo, não pode ser mais do que uma vaga indicação de aspirações. A receita nacional no prazo de cinco anos depende, em primeiro lugar, do que acontecer à produtividade. Dependerá dos termos do comércio e da procura das exportações, o que poderá afetar a balança de pagamentos em 20 por cento, em qualquer sentido. Podem ser traçados planos de cinco anos para todos os setores de economia que comportem planos de cinco anos: reflorestamento, usinas elétricas, estradas-de-rodagem, etc. Podem ser planejados, com vantagens, projetos específicos de investimentos, mas um plano geral de cinco anos, para toda a economia, não é mais que um jôgo. O planejamento deve ser feito para o período mais longo ao alcance da visão do planejador e isto não exclui, nem mesmo um plano anual de uma possível e necessária revisão.

Uma coisa não pode ser negligenciada no planejamento: o equilíbrio adequado que precisa ser mantido entre o crescimento da indústria e o da agricultura. Se qualquer desses setores expandir a

produção, o efeito será o aumento da procura dos produtos do outro setor, e qualquer deficiência repercutirá no balanço de pagamentos. O rápido crescimento da indústria exige a rápida expansão da agricultura. Os operários industriais precisarão de mais alimentos; as fábricas precisarão de mão-de-obra proveniente do campo; o mercado dos agricultores, em expansão, deverá absorver a produção de bens de consumo. Igualmente, se a agricultura se acha em expansão, necessita de uma indústria crescente para absorver-lhe os produtos e a mão-de-obra, e capaz de prover os agricultores de mais bens de consumo e de capital. A estagnação da produtividade agrícola prejudica a expansão da indústria e pressiona o balanço de pagamentos, já que a indústria exigirá maior volume de importações e talvez tenha de exportar seus excedentes. Se a produtividade agrícola estiver em ascensão, a produção industrial deverá crescer até mais rapidamente, pois a procura de gêneros alimentícios se eleva mais lentamente que a renda "per capita", enquanto a procura de artigos manufaturados aumenta mais rapidamente. Crescimento equilibrado não significa crescimento igual, mas, sim, crescimento, nas proporções ditadas pelas diferentes taxas de crescimento da procura. Se não for atendido o equilíbrio entre a indústria e a agricultura, o progresso e a melhoria dos padrões de vida serão freados e perde o planejamento toda sua finalidade social.

O planejamento econômico é, pois, tarefa difícil e exige do Governo honestidade de propósitos, honestidade de execução e honestidade de utilização dos resultados.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Os problemas envolvidos no desenvolvimento são complexos e exigem extremo cuidado em seu trato, sobretudo quando não pode ser esquecido que os problemas específicos da Segurança Nacional têm prioridade indiscutível. Entendemos que a melhor maneira de conduzi-los, em seu conjunto, é por meio da Mobilização Nacional que, computando continua-

(Conclui na pág. 25)

Cartas a um Aspirante

2.^a CARTA

Curitiba, julho de 1960.

Caro colega

Quando você ler esta carta, certamente já será um Segundo-Tenente, embora novinho em fôlha...

Como Segundo-Tenente, você deve estar aguardando sua classificação em algum lugar do Brasil.

Recife, Brasília, São Paulo devem estar passando a cada momento em sua imaginação, ora como uma recordação do passado, ora como uma expectativa do futuro...

Entretanto, em qualquer lugar em que você fôr classificado, haverá sempre os mesmos problemas e a mesma oportunidade de cumprir o dever.

Vamos fazer uma "previsão" de suas obrigações, como eu previa trovoadas, nas minhas horas vagas, sentado no terraço do T-1 de Belém.

Em um "Centro Meteorológico", você trabalhará inicialmente sob a orientação de um previsor mais experiente que procurará dar-lhe conhecimento de todo o serviço de rotina da estação e de todas as técnicas operacionais em uso no local. Aí, você se encontrará face a face com o pessoal que voa em todas as direções, usando as suas previsões, bem como o pessoal que planeja, que estuda e aprova missões, baseado em suas informações e sugestões.

Muitas matérias que você aprendeu na Escola agora se tornarão tão úteis que você mesmo procurará revisioná-las.

Inicialmente, você fará uma revisão nos métodos de observação de superfície, métodos de comunicações, como a radiotelegrafia, a radiotelefonia, o teletipo e o fac-símile.

Necessariamente, você procurará inteirar-se dos tipos e métodos de previsão local, da Climatologia

da cidade e das rotas, para as quais você vai preparar previsões e cortes-verticais para vôo.

Procedimentos de "briefing" para pilotos, tripulações, chefes de operações, comandantes de unidades e oficiais de Estado-Maior são conhecimentos indispensáveis e que exigem grande treinamento.

Para que as suas previsões tenham um alto grau de confiança, é necessário que você esteja apto para utilizar todas as informações do ar superior, que chegarão em suas mãos nas mais variadas formas, e obtidas por sondagem com balão-piloto, com radiossonda, com radar, por observações de bordo de aviões comerciais em rota ou por observações realizadas com aviões de reconhecimento para tal especialmente equipados. Com a mesma finalidade, você deverá interpretar, decodificar, verificar e selecionar todas as seqüências e boletins meteorológicos recebidos das estações de observação e até mesmo as previsões recebidas dos outros centros meteorológicos de previsão.

Há muitos segredos em nossa profissão que são melhor aprendidos e compreendidos no rascar constante de mapas, exigido pelas variadas situações operacionais.

Muitos destes segredos são muito importantes...

Você pouco a pouco se familiarizará com todos os serviços auxiliares e, através deles, com o pessoal que trabalha com você, como observadores, plotadores, teletipistas, telegrafistas, técnicos de equipamentos e de radar.

Depois de uns dois meses, você estará apto a realizar todo o serviço previsto, sob sua exclusiva

responsabilidade, sem necessitar de supervisão. Você se sentirá como o dono da bola, mas tenha muito cuidado, pois bola de meteorologista é de cristal e quebra facilmente.

Como um previsor, você será responsável por todos os serviços do Centro Meteorológico, durante o seu turno diário. Por esta razão, você deve estar familiarizado com os métodos de observação, registro, codificação, difusão e plotagem das observações. Você deve também estar apto para usar equipamentos como barômetros, altímetros, tetômetros, psicrômetros, radar, radiossonda, teletipo e fac-símile. Aptidão completa para a análise de mapas de superfície, mapas de altitude, cortes-transversais da atmosfera e diagramas termodinâmicos, para o preparo de mapas de prognóstico e previsões em qualquer forma, e ainda apresentar "briefing" para pilotos.

Num Centro Meteorológico Principal, que atende aviões comerciais e militares, a jato e convencionais, em vôo de longa e curta distâncias, os serviços de um turno são geralmente divididos entre vários previsores. Nestes Centros (CMP), no mínimo três previsores são escalados em cada turno. Um previsor emprega seu tempo analisando mapas de altitude, preparando mapas de prognóstico de altitude e usa-os na previsão de ventos e temperaturas para todos os vôos. Outro previsor dedica-se à análise e ao preparo de mapas de superfície. O terceiro homem age com um coordenador, prepara as previsões e cortes-verticais, solicitados para cada tipo de avião, para cada vôo, e apresenta "briefings" para os pilotos e tripulantes.

(Conclui na pág. 34)

Meteorologista

CLDOMIR PADILHA ALVES DA SILVA - 1.º Ten Meteo

Organização de Entidades Aeromodelísticas

HAROLDO SAUER GUIMARÃES - Cap Int Aer

A única forma eficiente de difusão do aeromodelismo é a organização de entidades. Essas, por sua vez, se encarregarão da prática e da propaganda.

A seqüência de subordinação será:

CLUBES LOCAIS

FEDERAÇÕES ESTADUAIS

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AEROMODELISMO

Os clubes locais são os que fazem a prática diária do aeromodelismo, que congregam os interessados, mantêm as pistas, as escolas de aeromodelismo, que fazem o trabalho de propaganda e obtenção de maior número de adeptos, e, finalmente, organizam também seus concursos dentro da extensão facultada pelos regulamentos estaduais. Por sua vez, os clubes são filiados ao órgão estadual.

Os órgãos logo acima são as Federações Estaduais. Essas têm por função orientar, coordenar e padronizar o aeromodelismo no âmbito estadual dentro da orientação emanada da Confederação Brasileira de Aeromodelismo. A Federação Estadual organiza os concursos dentro do estado e defende os interesses do mesmo estado, dentro da Confederação.

A Confederação Brasileira de Aeromodelismo é o órgão máximo do aeromodelismo no Brasil. A ele cabe a orientação geral e a representação nos órgãos internacionais. É também quem organiza o Concurso Brasileiro de Aeromodelismo e as equipes para os concursos internacionais.

O ponto de partida é, pois, o clube de aeromodelismo. A melhor maneira de iniciar é por meio de um membro importante do aeroclube local, ou militar, por designação do comandante local e que tenha sido, ou ainda seja, aeromodelista.

Vamos primeiro reunir os aeromodelistas esparsos pela cidade. Para isso, organizamos um concurso com bastante propaganda jornalística, que deverá ser iniciada pelo menos um mês antes e recrudescida nas vésperas. Para provas, sugiro elástico, qualquer tipo (regulamento ACA), planadores qualquer tipo (regulamento ACA) e prova PROTOVELOCIDADE. Nessas provas é permitido usar-se qualquer aeromodelo disponível, por mais fora de padronização que esteja. Ao mesmo tempo, faz-se "vista grossa" aos regulamentos e procura-se ajudar ao máximo o candidato. A antecedência da propaganda visa a dar tempo a algum candidato latente para preparar seu aeromodelo. No dia do concurso, aparecerá a mais variada "fauna" aeromodelística. Devemos, todavia, aceitar todos, sem exceção. O uso da balança regulamentar impõe-se como uma demonstração de importância da verificação do peso, muito embora não eliminemos ninguém por isso. Se possível, deverão voar extraconcurso aeromodelos bons, pertencentes a outras entidades e que queiram cooperar com a demonstração.

Durante o concurso, deverão os candidatos ser reunidos e ser feita então uma exposição da necessidade de organização do clube.

O passo seguinte será conseguir, por intermédio de autoridade competente, normalmente o comandante da Unidade de Aeronáutica local, a construção de uma pista para voo circular controlado. Para evitar despesas grandes, bastará um círculo liso, com 50 metros de diâmetro, com piso de terra, circundado por grama aparada, comportando, se possível, um círculo central com 3 metros de diâmetro em cimento.

Temos, pois, que começar a incentivar os poucos concorrentes dos primeiros concursos a treinar e fazer aeromodelos padronizados.

Por intermédio da Confederação Brasileira de Aeromodelismo, po-

demos conseguir cópias de regulamentos de concursos e estatutos de Clubes e Federações. Os regulamentos deverão ser mimeografados em quantidade razoável para distribuição. Os estatutos servirão para fazermos um rascunho do que será o do nosso clube. Não espere que uma assembléia local faça os estatutos, pois que normalmente é tempo perdido em inércias e discussões. O mais prático é fazermos nós mesmos os estatutos e regulamentos, para depois o apresentarmos aos futuros membros da assembléia, embora isoladamente, pois, em pelo menos 90% dos casos, o que fizermos será integralmente aceito. Como um regimento ou estatuto é coisa por demais aborrecida de se fazer, a tendência natural de todos é aceitá-lo quando apresentado, para evitar o risco de o discordante ter que escrever a retificação. Assim, economizamos tempo precioso e conseguimos progredir antes que haja o perigo de o pessoal arrefecer.

Agora, vem um passo importante em matéria de propaganda. Se tivermos no local aviões e pessoal capaz, fazemo-la com os nossos próprios recursos. Caso contrário, teremos que pedir ajuda, em ambas etapas, a um outro órgão de outra cidade ou estado. Será a exposição e demonstração pública. Tudo acompanhado de propaganda jornalística (todas as seções esportivas aceitam essas notícias com facilidade), passamos a agir. Escolhemos alguma loja importante da cidade, em local bem central, para fazer, numa das vitrinas, uma exposição de aeromodelismo. As lojas não costumam recusar-se a ceder a vitrina, diante da lembrança de que o ineditismo da exposição servirá para acumular grande número de curiosos, que normalmente depois acabarão olhando para as outras vitrinas da loja. Para uma duração média de cinco dias, nunca teremos menos de seis pessoas paradas diante dos aparelhos, mormente se forem bastantes e em cores vistosas. Enquanto isso, procuramos um local da cidade (praça ou campo de futebol aberto) onde tenhamos 50 metros de diâmetro, sem nada para embarçar os cabos. Cêrca de 9:00 horas do primeiro domingo após a expo-

(Conclui na pág. 45)

Quando o regime do povo funciona bem, triunfam sempre os melhores.

É sentença que se não restringe à política, porque se estende, naturalmente, a todos os ramos da atividade social, pois a democracia fundada na liberdade é um permanente processo de seleção universal, isto é, de seleção de individualidades, de organizações, de métodos, de idéias, de postulados, de diretrizes, de publicações, de inventos, de descobertas, de mercâncias, abrindo perspectivas de vitória à indomável ansiedade de progresso e perfeição, que é o martírio e a glória do espírito humano.

—oOo—

O mais intolerável abuso da liberdade de pensamento é, incontestavelmente, a propaganda ideológica que se subordina a governo estrangeiro, qualquer que ele seja, notadamente se revela a índole tenebrosa do velho absolutismo.

Longe de cometer tal ultraje ao seu povo e à sua pátria, o democrata autêntico compreende que as suas próprias convicções lhe impõem o dever de censurar com mais severidade, sempre que a razão o exigir, os estadistas das nações tipicamente democráticas, não poupando, sequer, aqueles que mais fielmente encarnam o espírito do regime.

Muito outra é a mentalidade dos que, à sombra de uma bandeira de unilateral e extremada significação ideológica, não se permitem uma só palavra de crítica ao governo soviético, cujo ateísmo fundamental não é, de certo, o melhor caminho para se alcançar o divino privilégio da infalibilidade.

—oOo—

Berlim não pertence à Alemanha Oriental, desgraçadamente ainda incorporada aos domínios da onipotência soviética, mas, sim, à Alemanha unida — aquela que está na mente e no coração do verdadeiro povo alemão, já virtualmente reconciliado com a democracia, cujo espírito de justiça e humanidade aponta-lhe a solução

plebiscitária para o problema da reunificação nacional, em tôdas as suas faces, sob a vigilância neutral e democrática da ONU, na base do princípio da autodeterminação dos povos.

Por que o “populismo” de Kruchev não aceita êsse meio popular de se resolver uma das mais graves questões da atualidade?

A marca inconfundível da sinceridade é a coerência.

—oOo—

Combater o comunismo — meio de expansão do imperialismo russo — não é só defender os postulados da democracia, não é só preservar os direitos da pessoa humana, não é só cooperar com o poder público na manutenção das instituições — porque é, acima de tudo, um imperativo da Pátria Brasileira, solapada no seu labor, ferida na sua dignidade, afrontada na sua fé, ameaçada na sua soberania, por uma horda de reacionários a serviço de uma bandeira de sangue e traição, cujo emblema ardiloso outra coisa não exprime senão a foice da morte de tôdas as liberdades que dignificam o homem e o martelo da demolição de tôdas as obras que o aproximam de Deus.

Apenas um caminho se abre verdadeiramente às reivindicações e às esperanças do povo brasileiro: é o caminho da liberdade democrática — o único que conduz à justiça social, o único compatível com a dignidade humana, o único pelo qual o homem pode seguir sem o temor de ser atropelado ou esmagado pelo carro triunfal do Estado Onipotente, que é, no seu incontrolável realismo humano, a consagração da irresponsabilidade daqueles que o encarnam, a cujos ouvidos, sempre aturdidos pelas vozes da lisonja sistemática, dificilmente chegam as advertências da sabedoria política.

—oOo—

Êste vasto e opulento País, onde se encontram abundantemente todos os fatores de progresso e riqueza que as maravilhas da Criação oferecem ao homem; esta magnífica comunhão de raças, em cujo

seio generoso já se desenrolaram alguns dos mais belos episódios de heroísmo e civilização; esta democracia genérica que ressumbra da alma popular como a vegetação brota da terra seivosa; enfim, tôda essa soma providencial de valores construtivos aumenta dia a dia a nossa vergonha aos olhos do mundo livre, porque nos adverte de que, para ser exemplo de desenvolvimento com humanidade, só falta ao Brasil governo — governo na pureza democrática da expressão.

—oOo—

Inegavelmente, a pior demagogia é a das realizações grandiosas, espetaculares, suntuárias, mas sem conteúdo humano — sem aquele conteúdo que as nossas tradições cristãs sugerem, para que desapareçam da vida nacional infortúnios como o daqueles patrícios nossos que, fugindo à aridez da terra crestada, percorrem, maltrapilhos, esfaimados e sem destino, estradas que se abriram para o progresso — mas para o progresso precedido da ordem, como está na Bandeira.

—oOo—

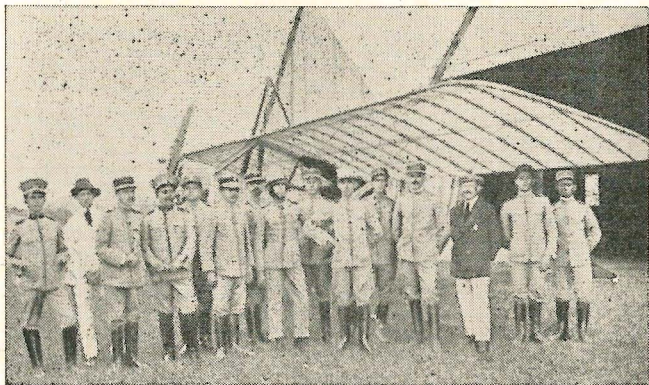
Em homenagem às Fôrças Armadas do Brasil, sob cuja vigília cívica transcorreram os pleitos de 3 de Outubro, é-me grato transcrever o seguinte trecho do artigo “Ressurreição Democrática”, que publiquei no “Correio da Noite”, ao ser comemorado o 3.º aniversário da Revolução de 29 de Outubro de 1945:

Fúlgido emblema de bravura e retidão, a espada de Caxias cruzou fraternalmente com a espada da Justiça, formando providencial símbolo de fé e redenção que, sempre presente nos momentos decisivos da nacionalidade, não podia estar ausente quando emergiam dos acontecimentos, na plenitude do seu determinismo histórico, duas das mais belas tradições da vida brasileira, que um colapso de fidelidade havia empanado: o sentido democrático das interferências militares na política nacional e o vigor cívico dos cidadãos na defesa das suas prerrogativas.

(Conclui na pág. 40)

1915

PRIMEIRO EMPRÊGO DA AVIAÇÃO
EM OPERAÇÕES MILITARES NO BRASIL



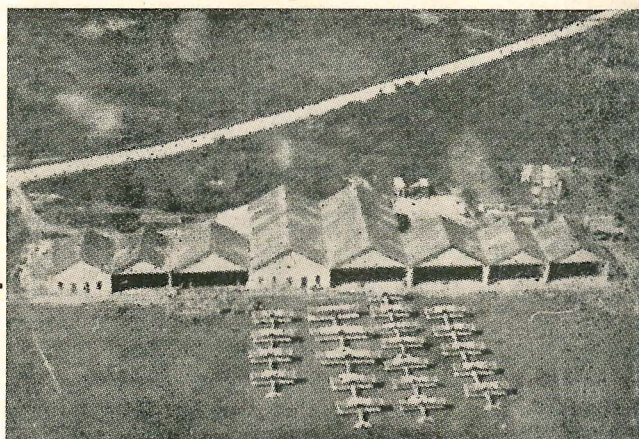
28 de fevereiro — General-de-Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, Comandante das forças em operações

A

VELHA

GUARDA

1919



Escola de Aviação Militar

O Judô na Formação da Criança

Prof. AUGUSTO CORDEIRO

(Presidente da Confederação Pan-Americana de Judô e Professor da Escola Naval)

Possibilitando o desenvolvimento ordenado e harmônico dos atributos físicos e espirituais dos jovens, a prática do Judô para a criança e o adolescente resulta das mais benéficas terapêuticas, hoje, universalmente reconhecida por expoentes da Medicina em todo o mundo. O Judô proporciona condições excepcionais que nenhuma outra atividade desportiva consegue igualar nesse particular. Constitui-se em método seguro e eficiente de orientação e correção psicológica e de influência decisiva na formação da personalidade do homem de amanhã.

É notável — conforme atestam psicólogos de renome internacional — a sua contribuição na solução de alguns dos problemas emocionais mais comuns da infância e adolescência de nossos dias, pela singular condição que possibilita de aliar a disciplina do espírito ao desenvolvimento físico.

A autoconfiança — decorrência natural da continuada prática do Judô — inspira nos jovens um diverso sentimento de superioridade, compreensivo, respeitoso, incutindo na alma infantil o verdadeiro sentimento de ideal olímpico: respeito pelo adversário.

Por isso, é comum hoje em dia o encaminhamento às Academias, onde o Judô é praticado dentro de suas formas puras e sadias, de crianças e adolescentes, por médicos, psicólogos e psiquiatras.

Prevalecendo — e com excelentes resultados quase imediatos — tanto como terapia educacional, para corrigir a timidez, como para cercear as diferentes formas de excessiva agressividade, o Judô possibilita um bom trabalho na re-

cuperação da personalidade infantil, sendo, ainda, corrigidos os casos de desequilíbrio emocional resultantes do complexo de inferioridade física, um dos mais comuns, aliás, em todas as idades.

A idade recomendável para a iniciação parece ser entre os 6 e 7 anos, quando na criança, em geral, já se começam a definir o senso de responsabilidade, a compreensão e a razão.

Durante os meus longos anos de experiência no ensino do Judô, tenho tido oportunidade de constatar os surpreendentes efeitos que a sua prática propicia na formação do espírito da criança. E, hoje, são inúmeros os testemunhos de pais de alunos — quando não raro dos próprios alunos (já homens feitos) — acentuando a notável influência que o Judô exerceu em suas formações.

Mas — e a bem da verdade — é preciso que se esclareça que não basta que determinada escola ostente em seu letreiro a palavra JUDÔ para se constituir em “pátio de milagres”... Na verdade, em bem poucas academias aqui no Rio de Janeiro (já em São Paulo em maior número, graças ao magnífico esforço do notável mestre Riuzo Ogawa) — o Judô é praticado na sua forma ideal.

Como o Judô, nessa última década, vem alcançando enorme popularidade em todo o País, existem hoje numerosas academias que levam o seu nome sem que os seus princípios básicos sejam sequer ministrados. Esse fato, como se pode facilmente entender, é capaz de induzir em erro o pai ou responsável ainda não-esclarecido.

NOTICIÁRIO

- Na sede do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, foi levada a efeito, recentemente, uma renhida competição de Judô entre as equipes daquele Instituto e os alunos da Escola Naval do Rio de Janeiro.

Constituíam a equipe do ITA os seguintes “judokas”: Mac Dowell, Walter, Sakanaka, André Vassarelli e Sambiase. Muito bom foi o resultado da competição individual, quando os três primeiros lugares foram alcançados pelo ITA, com a vitória de Mac Dowell, Sambiase e Sakanaka.

Na competição por equipe, no entanto, não lograram os rapazes do Tecnológico êxito frente aos “marujos”.

- Pela primeira vez foi o Judô incluído como desporto na tradicional competição entre as escolas militares aqui no Brasil. Reunindo equipes da AMAM e da Escola Naval, sagrou-se vencedora a representação da Marinha pelo escore de 4 a 1, numa excelente exibição em que serviram como árbitros: M. Kawakami, hexacampeão brasileiro de Judô, Luiz Alberto de Mendonça, atual campeão brasileiro, e o Prof. Antônio Afonso Alves.

Lamentavelmente, a Aeronáutica deixou de participar das disputas, uma vez que a sua representação contribuiria para tornar ainda mais interessante a série de encontros programados pela direção dos jogos.

A ENERGIA ATÔMICA

CASSIANO PEREIRA - Maj Av

Quando entrou o átomo no conhecimento da humanidade? É difícil de se precisar. Sabe-se, entretanto, que no século V A. C. já os gregos Leucipo e Demócrito conjecturavam sobre a composição da matéria, sem saírem, porém, do campo filosófico. E como se processou a evolução? Desenvolvida no campo científico, ela permitiu gravar na História todos os acontecimentos relativos ao átomo. Por isto, pode-se afirmar que a primeira Teoria Atômica foi proposta pelo químico inglês John Dalton, em 1808, ao pronunciar-se sobre identidade, peso e combinação de átomos. Aparecem, depois, Antoine Henrique Becquerel em 1896, Pierre e Marie Curie em 1898, Rutherford e Soddy em 1902, Albert Einstein em 1905 e outra vez Rutherford, com a cisão do átomo, em 1919. Em 1932 há grande impulso quando Cockroft e Walton, ingleses, produzem uma reação nuclear no lítio e quando Sir James Chadwick descobre os nêutrons e estabelece-lhes a natureza neutra e a massa. Estava formada a base da Física Nuclear. Em 1939, a Teoria Atômica começa a ser orientada para fins belicosos, e, em

virtude da necessidade, recebe tremendo impulso, culminando com a detonação experimental de uma Bomba Atômica no dia 16 de julho de 1945, em Alamogordo, e as explosões atômicas de Hiroxima e Nagasáqui, respectivamente a 6 e a 9 de agosto desse mesmo ano. Após a guerra, surgiu a Bomba de Hidrogênio, com poder destruidor maior do que o da Bomba Atômica. Diferença entre uma e outra? Esta aproveita a energia proveniente da fissão do átomo, enquanto aquela, a energia resultante da integração de um átomo novo, isto é, da fusão. De 1946 para cá, é história dos nossos dias, na qual verificamos que as propriedades malélicas da energia atômica não foram esquecidas, como bem atestam as inovações diárias no setor bélico — ontem foram o canhão e o submarino atômicos, hoje são os mísseis com ogiva atômica, amanhã serão novos engenhos atômicos, tudo visando ao poderio político-militar.

Felizmente são pouquíssimos os homens que vêm na conquista violenta o meio de obter o bem-estar; a maioria procura criar ou

aperfeiçoar meios pacíficos, capazes de proporcionar mais saúde e mais conforto. Daí a aplicação, em larga escala, da Teoria Atômica nos setores da Medicina, da Indústria, da Agropecuária, da Mecânica, etc.: é o emprêgo de substâncias radioativas como traçadoras, como elementos ampliadores da técnica de diagnosticar e como terapêutica; são as investigações sobre o aproveitamento econômico das usinas atômicas como fontes de energia e as experiências com a energia atômica como fonte de "calefação de beneficiamento"; é o uso de radioisótopos no desenvolvimento dos animais e vegetais e na imunidade a pragas; são os navios atômicos já em operação; são os estudos provenientes da idéia, embora combatida por alguns, do vôo interplanetário movido a energia atômica.

De nossa parte, no momento, só podemos tentar incrementar o interesse dos militares, mormente os da Força Aérea, pela Energia Atômica e formular votos para que a inteligência humana se oriente no sentido de que o Átomo seja sempre nosso amigo.

SEGURANÇA...

(Conclusão da pág. 19)

damente as necessidades e as possibilidades, poderá harmonizar os três planejamentos: das hipóteses de guerra, do fortalecimento do potencial nacional e do desenvolvimento puro e simples.

Os problemas que exigem solução nos países subdesenvolvidos não podem depender de planeja-

mentos isolados, e a Mobilização Nacional, em seu conceito moderno e atual, parece-nos, é o meio mais seguro para ser conseguida a coordenação, a hierarquização e a adequação daqueles planejamentos.

BIBLIOGRAFIA

Conferência da ESG

"The Government's Role in Economic Life" — G. A. Steiner

A Teoria do Desenvolvimento Econômico — W. Arthur Lewis

A Economia Política do Desenvolvimento Econômico — Paul A. Baran

Os Princípios do Planejamento Econômico — W. Arthur Lewis

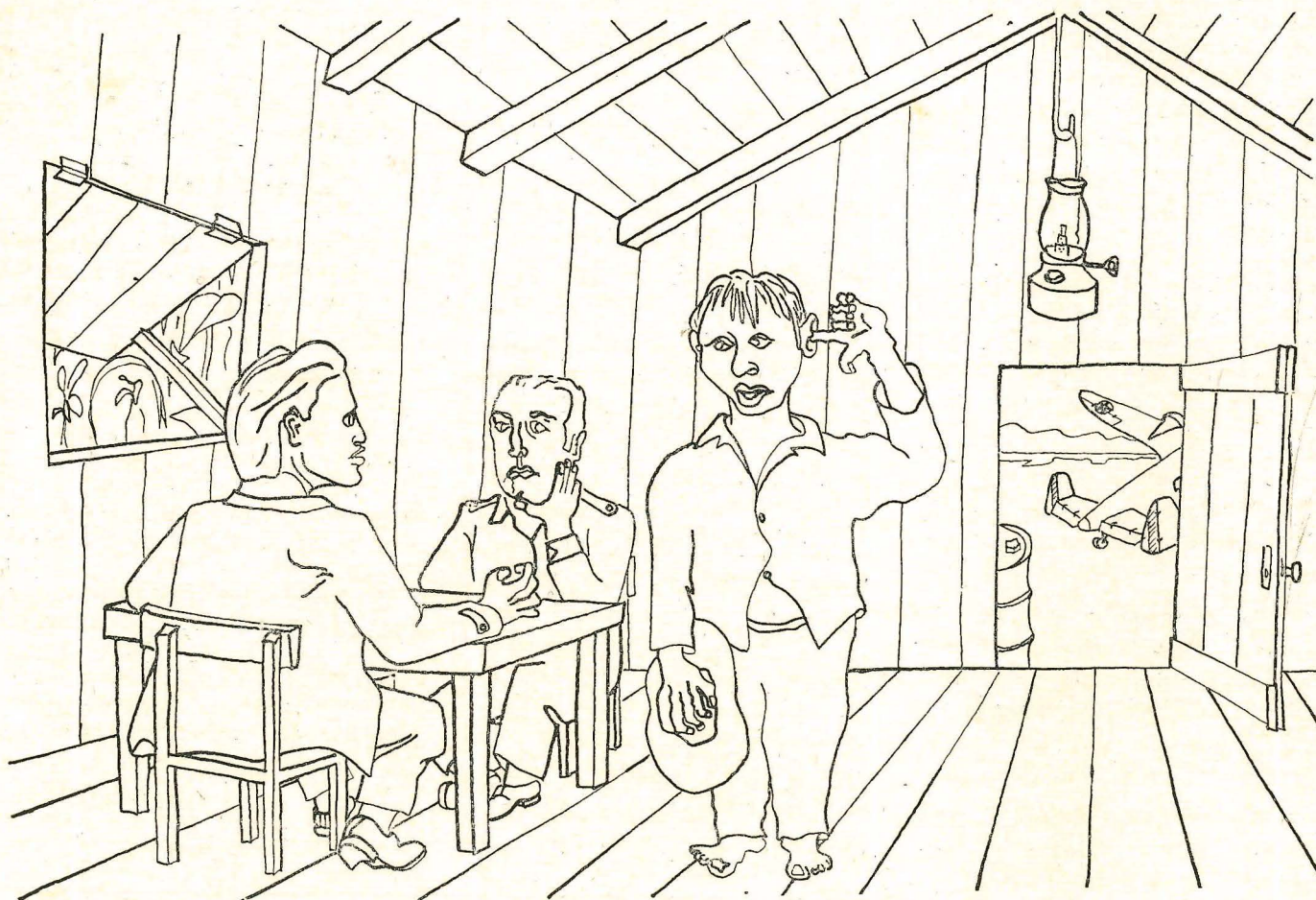
"Economic Growth and planning" — Dobb

"Le Pouvoir" — Presses Universitaires de France

A economia no mundo — A. J. Brown.

CONSULTA

Texto — ALOÍSIO NÓBREGA
Ilustração — ANTÔNIO LAGARDE



Cachimbo e o Cap Médico da FAB se dispõem a ouvir Mimi. Seria, num dia, a quadragésima consulta entre Jacaréacanga e Cachimbo. Restava-lhe atender a mais dez, para, depois, tomarmos banho na cachoeira do rio Cap Décio, perto da hidrelétrica instalada por Veloso.

— “Estava caçando no mato quando peguei uma librina(1) de

chuva. P’ra voltar, já foi uma dificuldade. Peraí(2) que nem nunca vi pegou a me botar p’ra traz que quase não alcanço a casa. Cheguei que era só molambo. De anta só trouxe um tracajá que quis me dar o almoço...”

— “Mimi de que é que você se queixa?” — interrompeu o “do-tô”.

— “Lhe conto... É uma zoeira

nos ouvidos... que só faltava me tirar o rumo. Não tenho medo de bicho, seu dotô. Nem de onça. Já até acuei uma gata no pau desarmado. Sem cachorro...”

— “Mas...”

1) Neblina.

2) Espinho de cerrado, corruptela de “espera aí”.

— “Lhe conto. Foi perto do Jamachim. Saí, mais o Degardo, de junto dos homens de Pachiúba, atrás do cachorro dêle. Corremos p'ros latidos e ainda vimos a bicha trepar num pau. Ficou lá mostrando a dentadura. E nós sem armas...”

— “Hum...”

— “Lhe conto. Degardo foi buscar a 22 e o cachorro foi com êle. Eu fiquei sòzinho olhando p'ra bicha no pau...”

— “Mimi...”

— “Lhe conto. Foi a reza forte de Pachiúba. Só sei um pedaço... Cearense danado... Não há índio que não tenha mêdo dêle... já acabou com uns quarenta...”

— “!...”

— “Ficamos nos espiando. Ela no pau. Eu no chão. Pronto p'ra me pegar com ela na faca. Nisso... a pintada deu um salto e correu p'ro mato... Quando Degardo chegou... voltamos p'ra junto de Pachiúba. Cabra bom aquêle. Não tem mêdo de nada. Andava com a gente por todos os cantos e índio não aparecia. Por aí é só seringueiro flexado...”

“Dotô” resolveu mexer nas orelhas de Mimi.

— “Dói não dotô. É só quando eu vou p'ro mato e pego uma librinha de chuva. A zoeira chega e não me larga mais... uma abrideira de bôca...”

— “E não passa?”

— “Quando eu “dormo” passa.”

— “Você nunca teve mêdo no mato, Mimi?” — perguntou o “dotô”.

— “Só foi uma vez, antes de eu ir p'ro Cachimbo. Não sei que bicho era aquêle não.”

“Eram dez homens troçando e Pachiúba dormindo na rêde. Noite alta, chuva fina... Defumada a seringa do dia... Beira de rio sossegado... Quando... Até a viola de Vitorino quebrou a corda ao soar da mata aquêle berro

medonho. Não era gente. Não era bicho. Não era ave.”

— “Que era, então, Mimi?”

— “Nem ninguém nunca soube...”

Pasmos se entreolharam os homens. Jamais tinham ouvido coisa semelhante no Tapajós. Tiveram mêdo. Pachiúba acordou com o silêncio da viola. O desconhecido amedrontara homens que acuciavam onças. Um disse-que-disse nervoso se seguiu furando a tensão que, lenta, se ia esvaziando. Até chegar-se Pachiúba ao grupo tranquilizando a todos com um — “Besteira!”

Mimi não vivera mais tranqüilo na faina da seringa.

— “Mapinguari(3)... quem sabe?”

Por essas e por outras, largou o sernambi, vindo empregar-se na FAB — Cachimbo, enquanto sua família permanecia em Jacarêacanga.

O “dotô” cismava. Sua policlínica volante prescreveria p'ro caso tratamento novo.

— “Me dê um remédio dotô!”

Sete horas da noite regressaram Mimi e o “dotô”. Vimo-los crescer do fundo da pista 31, deixando o mato chuvoso. Sussuarana vergava um pau dos ombros dos dois. Nenhum rasgo de “perai” nas roupas de Mimi que foi o primeiro a contar.

— “O dotô furou bem no ouvido dela... Já estava chegando do outro lado do rio, quando nos viu e quis nadar de volta... Só a cabeça de fora d'água...”

Nosso médico matara uma onça. Façanha que lhe valeu a legenda de “caçador”. “Dotô caçador” da RORIMAN (4).

— “Quero licença p'ra trazer minha mulher e meus filhos p'ra cá. Vou melhorar o barraco do Zé Baiano que foi embora. Fiquei bom!”

E olhando p'ro lado do médico: — “Foi reza dotô?”

Aqui termina uma história. Colhida durante viagem à rota Rio-Manaus — supervisão de serviços e pagamentos de trabalhadores da FAB — cujo regresso dedicamo-lo à assistência médica de Jacarêacanga, Cachimbo, Xingu e Xavantina.

Agora começa outra história.

Encontramos nessa última localidade penoso retrato de abandono. Agravado, no setor “saúde”, por epidemia — gripe e desinteria — grassando em tôda a área. Nessa emergência, atendeu a FAB 400 (quatrocenos) doentes em três dias.

Não dispõe o “Centro de Atividades João Alberto” (Xavantina) — Fundação Brasil Central — de médico residente que assegure tranqüilidade às famílias da região — 2 000 pessoas em área do Estado da Guanabara. Diga-se que a orientação da FBC está, atualmente, desvinculada de sua real missão. Vultosos recursos do País — aproximadamente 500 milhões de cruzeiros — sendo gastos, em seis meses, em empreendimento de pouca significação. No Bananal. Em detrimento — quase aniquilamento — de reais emprêsas, já frutificantes, que a abnegação da real FBC construiu, desde 1944.

A missão de catequese que a FAB, através do CAN, vem propugnando, não poderia faltar observação crítica de tão acentuada deformação num oeste tão próximo dos aviadores que, como Décio, Paulo Ribeiro, Pereira Nunes, tudo deram, como dariam, com o entusiasmo desinteressado dos bem-formados.

3) Macaco de dois metros com um olho na testa.

(4) Rota Rio-Manaus.

ASPECTOS POSITIVOS DE ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

CORPO E ALMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

JORGE ABIGANEM ELAEL — Cap Int Aer



EMBLEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

“... a ONU é, afinal de contas, não apenas o melhor que temos, é tudo quanto temos.”

Dr. Ralph J. Bunche, prêmio
Nóbel de Paz, subsecretário
da ONU.

“... Os historiadores do futuro não lembrarão o século XX por seus conflitos políticos, nem seus inventos técnicos e sim por ter sido a primeira vez que a sociedade humana se atreveu a pensar no bem-estar da totalidade da raça humana como um objetivo prático.”

Arnold Toynbee

IX — Declaração Universal dos Direitos Humanos.

X — Força de Emergência das Nações Unidas.

XI — Bibliografia.

PRIMEIRA PARTE

— I —

INTRODUÇÃO

Conceito e definição de Administração Internacional. Importância da administração na solução dos problemas políticos, econômicos e sociais de âmbito internacional

De quando em quando, o cheiro de pólvora paira no ar em algum ponto da Ásia, da África ou da Europa — Coreia, Oriente Médio, Laos, Sudeste da Ásia, Paquistão, Índia, Jordânia, Líbano, Síria, Suez e Berlim Ocidental, para não alongar mais — e propaga-se célere envolvendo todos os continentes e pondo, assim, em sobresalto e apreensão a humanidade. Outras vezes, a tensão internacional deriva-se da superioridade técnica momentânea de uma das potências mundiais no campo das armas nucleares, dos foguetes ou dos satélites. Outras, ainda, quando fracassam as chamadas Conferências “dos grandes” ou de “alto nível” ou de “cúpula”, permanecendo a guerra fria. Os povos já teriam, há alguns anos, mergulhado no terceiro conflito mundial, com todo o rosário catastrófico, com todas as consequências, para toda a humanidade, não fôsse a pronta intervenção da Organização das Nações Unidas que, como sentinela avançada, mantém um policiamento constante nas áreas mais perigosas. Os recentes episódios dos aviões americanos U-2 e RB47, em outras épocas, teriam

SUMÁRIO

1.^a PARTE

- I — Introdução. Conceito e Definição da Administração Internacional.
- II — Histórico.
- III — Primeira Grande Guerra Mundial e Estrutura Geral da Liga das Nações.
- IV — Segunda Grande Guerra Mundial.
- V — Conferências Internacionais.
- VI — Criação da Organização das Nações Unidas: Sede, Estrutura Geral, Comparação com a Liga das Nações, Países-Membros, etc.

Órgãos Principais:

- A) Assembléia Geral
- B) Secretariado
- C) Conselho de Segurança
- D) Corte Internacional de Justiça
- E) Conselho de Tutela
- F) Conselho Econômico e Social.

- VII — Programa de Assistência Técnica e Programa Ampliado de Assistência Técnica.

2.^a PARTE

- VIII — Entidades ou Agências Especializadas ou Intergovernamentais:

- A) Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- B) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)
- C) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- D) Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
- E) Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD)
- F) Fundo Monetário Internacional (FMI)
- G) Corporação Financeira Internacional (CFI)
- H) Organização Mundial de Saúde (OMS)
- I) União Postal Universal (UPU)
- J) União Internacional de Telecomunicação (UIT)
- L) Organização Meteorológica Mundial (OMM)
- M) Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (OCMI)
- N) Organização Internacional do Comércio (OIC) (Em formação) — Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT)
- O) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

sido a causa fatal e imediata de uma declaração de guerra. A criação pacífica do Estado da Indonésia, quando tudo prenunciava sangue, é outro tanto positivo da ONU.

Inquestionavelmente a ONU, que completou 15 anos em 24 de outubro de 1960, representa, no mundo atual, o passo mais avançado, a tentativa mais ampla e audaciosa para uma coexistência pacífica entre as Nações, ou, pelo menos, para a manutenção do "statu quo" do após guerra. Estas verdades, que se estão tornando sedições, têm sido sempre afirmadas e esposadas por políticos, estadistas e comentaristas internacionais, mas, infelizmente, ignoradas pela maioria do nosso povo. Nem é do conhecimento geral sua complexa organização estrutural e dos órgãos aos quais está estritamente ligada por coordenação. Não raro, muitos a confundem com a UNESCO ou com uma Secretaria de Estado do Governo da América do Norte ou, ainda, como se fôsse uma Organização subordinada ao Departamento de Estado dos Estados Unidos. Isto talvez em virtude de sua sede estar situada nesse país. Há quem pense ser a Corte Internacional de Justiça a mesma coisa que a Suprema Corte Ianque. Tive ocasião de constatar que pessoas há que julgam o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento e o Eximbank serem a mesma coisa, ou órgãos com a mesma finalidade, quando na realidade o são completamente distintos, com objetivos totalmente diferentes.

Muitos ainda são os que não têm a menor idéia do que seja o FISI, a FAO ou a OMS, nem distinguem a OEA da CEPAL. Clarear estes pontos, dissipar dúvidas, faz parte de nossos objetivos. Conseguimos colher nas fontes mais dignas de crédito o material para modestamente divulgar no seio da Aeronáutica, pondo em relevo, quando necessário, o esforço hercúleo dos homens de boa-vontade para um mundo melhor de hoje e de amanhã. Convém esclarecer, de início, que temos em mente apenas, neste trabalho, fazer a divulgação de alguns aspectos positivos da ONU, especialmente o histórico, o administrativo e o social,

para uma visão, ainda que panorâmica, da estrutura e do funcionamento da maior e mais expressiva organização internacional de todos os tempos. Cumpre notar que não sendo a ONU uma organização perfeita, ela tem procurado por todos os meios se aperfeiçoar qualitativa e quantitativamente, quer aumentando o número de órgãos auxiliares, quer admitindo novos membros, quer estendendo seus benefícios e das entidades especializadas filiadas às regiões mais longínquas e mais atrasadas do globo, quer, enfim, tornando-se o maior e melhor mecanismo até hoje idealizado pelos homens para dirimir suas questões. Infelizmente, a verdade manda dizer que ela ainda não cumpriu amplamente, a nosso ver, sua finalidade precípua, muito embora já tenha pôsto fim a várias hostilidades entre países e evitado tantas outras. "É, afinal de contas, não apenas o melhor que temos, é tudo quanto temos", palavras proferidas pelo Dr. Ralph J. Bunche, Prêmio Nóbel de Paz e Subsecretário da ONU. Não temos em mira, nem competência para apreciar detalhes de natureza essencialmente política, nem julgamos oportuno emitir conceitos críticos sobre os seus aspectos negativos, seus pontos fracos, sua falibilidade ou vulnerabilidade pelo fato de, por exemplo, ainda não ter integrado em seus quadros um país soberano como a China Continental ou Comunista, com aproximadamente 650 000 000 de habitantes e 9 900 000 km², a qual tem mantido proveitosas relações comerciais e culturais com mais de 70 outros países. Também não pretendemos dizer do nosso desapontamento, da nossa decepção, quando nos foi negado por uma das suas entidades especializadas filiadas — O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL — o empréstimo pleiteado em dólares, no ano findo, que nos seria de grande valia para a realização do Plano de Estabilização Monetária do Governo, a fim de que pudéssemos manter o ritmo de investimentos do plano das metas e conseqüente aceleração do desenvolvimento econômico do País, embora essa mesma rejeição não fôsse aplicada a outros países em situação pior que a nossa para sofrer compromissos. Nem mesmo

desejamos comentar nossa repulsa pelo critério odioso do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, embora contra os votos de 2 membros da Junta de Diretores, representantes de 14 países latino-americanos, em conceder recentemente empréstimo de financiamento ao território Africano do Kenya, da ordem de US\$ 6 000 000,00, com o endosso da Inglaterra, para plantio de café. Registremos apenas que tal operação poderá futuramente redundar em desleal concorrência, sem dúvida, para a queda da quota do nosso principal produto de exportação, ferindo, assim, frontalmente nossa economia, e tanto isso é verdade que, de imediato, causou o protesto do nosso embaixador em Washington, amplamente divulgado pela imprensa.

Evidentemente a ONU não é a vara mágica capaz de solucionar todos os problemas das nações-membros ou entre essas nações-membros. A guerra fria, o desarmamento geral, embora com altos e baixos, estão sempre em pauta desafiando a capacidade, a inteligência, a argúcia e o bom-senso da humanidade. Não é menos verdade, porém, que, servindo de mediadora, proporcione aos interessados oportunidade para que discutam, sem interrupção, e solucionem as questões surgidas, com a vantagem de participar nos debates representantes de tôdas as tendências. Verdades insofismáveis são os trabalhos de grande monta realizados pela orientação e colaboração das Nações Unidas, no campo da assistência à infância, aos refugiados e nas questões de saúde, alimentação, energia, técnica, desenvolvimento econômico, paz política, etc. Com a sua intervenção, choques entre facções já foram evitados, hostilidades debeladas que pareciam prestes a alastrar-se e envolver grande número de países. Crises diversas, que puseram em perigo iminente a paz mundial, foram solucionadas. A sanção pela força material é hoje uma realidade palpável, quando outrora representou o maior empecilho, a maior dificuldade para se fazerem prevalecer, na prática, as regras do Direito Internacional, outrora instituídas por Hugo Grotius, nos casos de violação dos tratados e acordos entre duas ou mais nações. Mais adiante,

transcreveremos o que vem a ser a Fôrça de Emergência das Nações Unidas, organizada para reprimir violências em pontos onde mais a paz periclitava. Embora existam as grandes potências, as pequenas nações continuam usufruindo dos mesmos direitos e não foram poucas as que conseguiram sua tão ambicionada soberania nesse espaço de 15 anos. Um simples relance, no mapa político da África e da Ásia de 1960, comparado com o de apenas 10 ou 15 anos passados, confirma-nos este fato incontestável. O colonialismo está nos seus últimos estertores. Animados, sobretudo, evidenciar a importância fundamental do fator administrativo na consecução dos fins colimados pela ONU. Sem a ampla aplicação dos postulados da Administração Pública, da racionalização do trabalho, da rigorosa técnica de planejamento regional, da aplicação sistemática de Organização e Métodos, Seleção e Classificação de pessoal, dificilmente se chegaria ao resultado com a rapidez desejada. Impõe-se necessariamente um funcionamento perfeito da máquina administrativa.

Ora, se a administração privada é vital para o aumento dos negócios e o progresso da empresa, traduzido nos lucros; se a moderna administração pública, com ampla aplicação dos princípios correlatos, é fundamental à realização da obra administrativa, social, política, econômica e de segurança de um Estado, traduzidos nos benefícios de diferentes ordens para o povo; não menos o é, e em sentido mais vasto, a administração internacional que, visando à paz, à segurança e ao bem-estar das nações, lança mão dos postulados administrativos entrosados com os indispensáveis elementos do Direito Internacional.

Embora sejam muitas as definições de Administração Internacional e, sem que nos prendamos a nenhuma, vamos transcrever a de Leonard, visto ser a mais geral e a mais didática: "A Administração Internacional abrange a organização, os regulamentos de pessoal e os processos adotados no desempenho das funções atribuídas ao pessoal permanente (secretariado) das organizações internacionais pelas suas constituições ou pelos seus órgãos deliberativos".

— II —

HISTÓRICO

Quando se apreciam as páginas da História, vamos encontrar o embrião das organizações internacionais no tempo da Grécia antiga, onde os Estados-Membros (cidades) acordavam ligas momentâneas, com o objetivo comum de defesa contra os inimigos. A transitoriedade dessas ligas, porém, com objetivos muito limitados, não lhes davam, a rigor, o caráter de organismos internacionais estáveis.

Ainda recuando no tempo, deparamos com um esquema de paz internacional, abrangendo apenas a Europa, proposto por Pierre Dubois (1306), no seu livro "De Recuperatione Terrae Sanctae", para pôr tregua à luta entre o poder nascente dos reis (Felipe de França) e o poder decadente dos papas (Bonifácio VIII). Sua fórmula previa a formação de um Conselho Europeu, composto de representantes de todos os Estados, presidido pelo Papa, com o objetivo de manter a paz na Europa, mediante sanção militar e econômica para os que violassem o acordo. Serviu de paliativo, porquanto os resultados esperados não se concretizaram.

Adiante, em 1609, apareceu o Duque de Sully, apresentando, em nome de Henrique IV e Elizabeth I, um esquema essencialmente político com o fito de consolidar a França e a Inglaterra. O referido quadro previa a formação de um Colégio ou Conselho Central, formado de 66 membros representantes dos 15 Estados, Repúblicas, Reinos, Principados e Ducados da Europa de então, além de 6 (seis) Conselhos Regionais. Recomendava aquele esquema a organização de uma Fôrça Armada Internacional composta de 200 000 Infantes, 50 000 homens de Cavalaria, 200 canhões, 120 navios de guerra, ficando estabelecida "a priori" a contribuição de cada país, sendo que a nomeação do Comandante seria da alçada do Conselho das Nações. Também esta organização teve duração efêmera. A diferença de poucos anos entre o assassinato de Henrique IV e a morte da rainha frustrou completamente este esquema.

Posteriormente, em 1623, nova tentativa surge com a formação de novo plano de autoria de Emeric Crucé, onde propunha o estabelecimento de uma conferência permanente de embaixadores, em Veneza, representando todos os Estados Europeus. Ainda neste plano os resultados práticos não foram satisfatórios.

Em 1712, o Abade de Saint Pierre lançou "Memoires pour rendre la paix perpetuelle", cujo objetivo principal era a manutenção do "statu quo" das fronteiras e conseqüente paz perpétua na Europa. Preconizava um Senado Permanente, o de Utrecht, com elementos próprios — exército internacional — para assegurar o cumprimento de suas decisões, e também orçamento próprio, para atender às despesas, decorrentes da manutenção da organização proposta.

Em todos esses esquemas e fórmulas de tentativa de organização internacional, se assim o pudermos chamar, nota-se que houve a preocupação de elemento material coercitivo para o pronto cumprimento das decisões do Órgão.

A sanção deveria estar sempre presente aos faltosos, as dificuldades e as falhas na aplicação, por outro lado, e as injunções políticas desviavam completamente a eficácia da organização.

Da Revolução Francesa, passando pela Tomada da Bastilha e as guerras de conquistas napoleônicas, chegaremos ao Tratado de Paris (1814) e ao Congresso de Viena (1815), ambos visando a um período de calmaria para a Europa. Deste último, resultou o denominado Concôrto Europeu, estabelecendo entre as potências europeias de então — Rússia, Prússia, Áustria, Inglaterra e mais tarde França, Portugal, Espanha, Suécia e Piemonte — as condições gerais de paz, em mais uma tentativa da manutenção do "statu quo" europeu. Infelizmente, dado o tipo informal, não institucional, não permanente do órgão em questão, e o constante interesse em jogo dos países-membros, não foi possível a paz desejada. Não havia periodicidade nas reuniões do Concôrto e as mesmas se realizavam em países diferentes, tendo em vista as necessidades ou as solicitações dos países-mem-

bro. Nem havia propriamente uma administração internacional, pois não tratava de questões fiscais, financeiras, cambiais, comerciais, higiene, saúde, agricultura, trabalho, comunicações, ou qualquer assunto de interesse internacional que não o político e o militar. Sua eficiência, embora parcial, seus efeitos, embora duvidosos, serviam, entretanto, ao Concôrto de orientação ou esboço para a constituição da futura Liga das Nações, principalmente no que dizia respeito ao sistema de sanções: diplomáticas, morais, econômicas e militares.

“Por cerca de quarenta anos, a idéia da Santa Aliança (Rússia, Áustria e Prússia), o Concôrto da Europa que daí se originou e a série de congressos e conferências que se sucederam ao Congresso mantiveram uma paz instável, numa Europa exaurida pelas guerras. Duas coisas principais impediram esse período de ser de completa paz social e internacional e prepararam o caminho para o ciclo de guerras entre 1854 e 1871. A primeira delas foi a tendência das côrtes reais para a restauração dos privilégios injustos e das restrições à liberdade de pensamento, de palavra e de cátedra. A segunda foi o impossível sistema de limites traçados pelos diplomatas de Viena” (H. G. Wells — pág. 181, História Universal, 3.º tomo).

Nota-se que o Concôrto Europeu, na defesa de seus membros, chegava até a exorbitar de suas funções, como no caso em que foi estudada a possibilidade de intervenção no Brasil, durante o fervilhar dos fatos políticos que culminaram com a nossa independência. Tentativas também foram feitas de intervenção da Espanha, através do Concôrto, no Uruguai e na Argentina. A esse estado de cousas a América respondeu com a Doutrina de Monroe em 1823: “A América para os americanos”.

O sentimento continental americano foi-se acentuando e, na defesa de seus interesses, três conferências Pan-americanas foram realizadas em 1889, 1901 e 1906.

Em 1898, o czar da Rússia, Nicolau II, convidou as grandes potências européias de então para uma conferência de Estado “que buscasse fazer a grande idéia da

paz universal triunfar sobre os elementos de perturbação e discórdia”. Assim foram realizadas em Haia (Holanda) duas conferências, uma em 1899 e outra em 1907, com representantes de quase todos os estados soberanos do mundo, cujos resultados redundaram infrutíferos, face à má-vontade dos Grandes, cada qual tentando tirar maiores vantagens para si, no decorrer das reuniões. Continuava assim vigorando a chamada “paz armada”.

— III —

PRIMEIRA GRANDE GUERRA MUNDIAL E ESTRUTURA GERAL NA LIGA DAS NAÇÕES

Da “paz armada”, passemos à Primeira Guerra Mundial, em cujo término o quadro europeu era verdadeiramente desolador, com um sem número de problemas de toda ordem: fome, epidemias, desorganização da agricultura, do comércio exterior, da indústria de paz, de tudo, enfim. Entrou numa verdadeira fase de “exaustão moral” como diz Wells. Debaixo desse panorama, surge então o famigerado Pacto de Versalhes, em 28 de abril de 1919, num ambiente de grande esperança e entusiasmo, jamais se pensando em fracasso ou que estivesse fadado a tantos e inesperados insucessos. A recusa do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte em ratificar o referido Tratado constituiu a primeira surpresa, gerando, assim, o germen de destruição da própria Liga.

Espírito culto e otimista, o Presidente Wilson, dos Estados Unidos, teve a inspiração e a concretização da Liga das Nações. Foi melhor compreendido pela Europa que pelas Américas. O egoísmo e o isolacionismo americano teimavam em não querer compreender a evolução a que tinha chegado a humanidade com o desenvolvimento da ciência, da técnica, do encurtamento das distâncias e da arte de guerra. Por outro lado, a França fazia excessivas reivindicações. Os Quatorze Princípios de Wilson — 8 de janeiro de 1918 — timbravam na abolição das guerras, na manutenção de uma paz universal com a colaboração

de todos os povos, supressão da diplomacia secreta, desarmamento e mais uma série de liberdades, ajustes e acordos de natureza comercial, econômica, política e social. Tornou-se um ídolo mundial de uma hora para outra.

Mr. Georges Benjamin Clemenceau dirigiu os trabalhos da Conferência, da qual resultou o Pacto de Versalhes, corporificando uma série de tratados.

“Foram excluídas da liga, na sua constituição original, as seguintes potências: a Alemanha, a Áustria, a Rússia, e quaisquer remanescentes ainda existentes do Império Turco. Mas qualquer delas poderia, subsequentemente, ser incluída com o assentimento de dois terços da Assembléia. Os membros originais da Liga, de acordo com a especificação do projeto do Pacto, foram: os Estados Unidos da América do Norte, a Bélgica, a Bolívia, o Brasil, o Império Britânico (Canadá, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia e Índia), a China, Cuba, Equador, a França, a Grécia, Guatemala, Haiti, o Hedjaz, Honduras, a Itália, o Japão, a Libéria, Nicarágua, Panamá, Peru, a Polônia, Portugal, a Rumânia, o Estado Servo-croata-eslaveno, o Sião, a Tchecoslováquia e o Uruguai. A estes se deveriam juntar, por convite, as seguintes potências neutras durante a guerra: a República Argentina, o Chile, a Colômbia, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega, Paraguai, a Pérsia, Salvador, a Espanha, a Suécia, a Suíça e a Venezuela.

Sendo tal a constituição da liga, não se pode estranhar que seus poderes tenham sido especiais e limitados. Deu-se-lhe uma sede em Genebra e uma secretaria. Não lhe foram atribuídos poderes sequer para fiscalizar e inspecionar os preparativos militares dos próprios estados constituintes, ou para dar instruções a um quadro de técnicos navais ou militares, a fim de planejar a cooperação armada necessária à conservação da paz do mundo.

Esse pobre Pacto, conseguido por tal modo, retornou com o Presidente Wilson para a América, onde foi submetido a tamanha oposição, crítica e revisão, que por elas se revelou, entre outras coisas, quando, relativamente, se

achava vigorosa e intacta a energia mental dos Estados Unidos. O Senado recusou-se a ratificar o Pacto, e a primeira reunião do Conselho da Liga efetuou-se sem representantes americanos.

Deu-se, no fim de 1919 e primeiros meses de 1920, uma curiosa transformação do sentimento americano, passados os entusiasmos pró-franceses e pró-britânicos do período da guerra. As negociações da paz lembraram aos americanos, de um modo confuso e irritante, as suas profundas diferenças de visão internacional, em relação a qualquer potência européia, diferenças que a guerra havia, por algum tempo, feito esquecer. Sentiam que haviam sido "arrastados" a muitas coisas sem a devida consideração. E experimentaram uma violenta mudança sentimental no sentido daquela política de isolamento que se rompera em 1917. No fim de 1919, viram-se os Estados Unidos mergulhados numa fase, aliás bem compreensível, de "americanismo" apaixonado e mesmo violento, anatematizando por igual o imperialismo e o socialismo europeus. Pode ser que tenha havido algum motivo menos nobre entre os muitos que contribuíram para a disposição dos americanos de "romper" com as responsabilidades morais, que os Estados Unidos haviam contraído com os negócios do Velho Mundo, e reduzir à realidade as enormes vantagens financeiras e políticas que a guerra dera ao Novo Mundo; mas o largo instinto do povo americano parece ter sido são e nobre

em sua desconfiança, em sua repulsa ao arranjo proposto e estabelecido pela "Paz de Versalhes" (H. G. Wells — História Universal, págs. 385, 386 e 387, 3.º Tomo).

Vimos assim, acima, que, infelizmente, a Liga nasceu sob o signo do insucesso, foi talvez mal-interpretada, inclusive por seus países-membros, porquanto os próprios Estados Unidos da América do Norte deixaram de ratificá-la. A possibilidade de se envolverem em futuros conflitos europeus ou terem que participar de decisões que nada diziam do continente americano deixava-os apreensivos e receosos de pôr em jogo sua soberania. Esta atitude representou, para a Liga, tento negativo já no seu nascedouro, e assim seu fracasso político e administrativo, a partir de 1920, se foi acentuando, cada vez mais, pois, enquanto alguns queriam manobrá-la em proveito próprio, outros tinham que colocar em jogo os seus interesses políticos, econômicos e estratégicos. E assim, de mal a pior, fértil de decepções, atravessou a década 20-30 o primeiro organismo verdadeiramente internacional, que tão solenemente se propôs a acabar com os conflitos entre as nações e os desentendimentos entre os homens. Os 14 Princípios de Wilson foram deturpados e mal-interpretados, e até destruídos. Os povos não estavam suficientemente preparados para u'a mentalidade mundial.

Facultava a Liga das Nações aos países-membros a celebração de

pactos regionais com outros países não-membros e daí resultando, dentre outros, o Pacto de Locarno, entre a França, a Inglaterra e a Alemanha, o que mais tarde abriu o caminho para a entrada da última na Liga, em 1926, embora sob o protesto e o veto do Brasil e de outros países. Foi talvez o tiro de morte da Liga. A Rússia entrou em 1934.

Por outro lado, apesar do grande número de erros e desacertos e da incapacidade da Liga para finalizar a solução ideal dos problemas de após guerra, motivados principalmente pelo despreparo dos líderes, pela falta de u'a mentalidade internacional, em anular contendas entre países, objetivando a paz e a segurança dos povos, sentem-se alguns resultados positivos e concluímos que nem tudo foi em vão. O fato é que, mesmo nas suas falhas e omissões, ela nos legou um grande acervo de experiência administrativa e política internacionais, fundaram-se órgãos de saúde e justiça, hoje muito desenvolvidos, e isto propiciou aos homens refletirem e pensarem melhor em termos altos e mundiais, para o que teriam e têm muitas vezes de abrir mão de interesses particulares, em favor de soluções coexistenciais.

Por falta de outros elementos de consulta, não podemos afirmar que o quadro abaixo seja completo e rigorosamente certo; porém, êle dá uma idéia geral dos órgãos que compunham a antiga Liga das Nações:

LIGA DAS NAÇÕES

A — ASSEMBLÉIA

B — CONSELHO

C — ENTIDADES AUTÔNOMAS

{ Corte Internacional de Justiça
Organização Internacional do Trabalho

D — ENTIDADES SEMI-AUTÔNOMAS

{ ORGANIZAÇÕES
TÉCNICAS

{ Organização Econômica e Financeira
"Bureau" de Higiene
Instituto de Cooperação Intelectual
Organização e Comunicações e Trânsito

**E — ÓRGÃOS INTERNOS
DA LIGA**

{ COMITÊS
CONSULTIVOS

{ Questões Militares
Mandatos
Questões Sociais
Ópio (Junta Central Permanente)
Administrações Financeiras
Comitê de Cooperação Intelectual

F — SECRETARIADO GERAL

{ Dois Secretários Adjuntos
Três Subsecretários Gerais

{ Seção Central

{ 1 — Jurídica
2 — Política
3 — Informações
4 — Tesouraria
5 — Biblioteca

A — Divisão de Administrações Internas — 7 Seções

B — Divisões de Administrações Especiais — 11 Seções

A — ASSEMBLÉIA

Órgão com amplos poderes, por excelência, reunir-se-ia a intervalos determinados para discutir os temas e decidir sobre os assuntos já anteriormente estudados por uma das seis comissões ou órgãos subsidiários abaixo:

- 1.º) Questões constitucionais e legais
- 2.º) Organização técnica e intelectual (questões de higiene, de economia e finanças, Instituto Internacional de Coordenação Intelectual)
- 3.º) Desarmamento
- 4.º) Assuntos orçamentários e financeiros
- 5.º) Problemas humanitários e sociais
- 6.º) Questões políticas, mandatos e escravidão.

Em cada reunião da Assembléia, eram eleitos um presidente e 12 vice-presidentes. As decisões só poderiam ser tomadas por unanimidade ou em casos específicos, por maioria de 2/3, ficando cada Estado-Membro com o direito igual de 1 voto.

B — CONSELHO

Órgão menor, porém mais atuante que a Assembléia, cujo número de membros permanentes e temporários variava de acordo

com o número de países; também seu funcionamento se baseava no trabalho das seis comissões acima e as decisões só se legitimavam por unanimidade.

Inicialmente, foi constituído por representantes dos EE.UU., da Grã-Bretanha, da França, da Itália e do Japão e de mais quatro membros eleitos pela Assembléia.

É de se notar que, na Liga das Nações, todos os membros do Conselho tinham o poder ou o direito de veto, o mesmo não ocorrendo hoje no Conselho de Segurança da ONU, onde somente aos 5 Grandes é reservado este poder, o que, aliás, causou no princípio protestos e sérios embaraços por parte de outras nações, entre as quais estava incluído o Brasil. Reunir-se-ia uma vez por ano.

NOTA: — Sem fugir ao escopo principal, deixaremos de tecer comentários sobre os itens C, D, E e F, para não alongar o trabalho e mesmo porque eles têm certa correspondência ou semelhança em sentido mais amplo com muitos órgãos e departamentos atuais da ONU, que mais adiante serão devidamente estudados ou comentados.

— IV —

SEGUNDA GRANDE GUERRA MUNDIAL

A ascensão de Hitler (1933) e logo após a remilitarização da Re-

nânia, a influência estrangeira nos assuntos da Espanha e na própria revolução espanhola (1933/1935), a expansão imperialista da Itália na África (1936/1937) constituíram, por outro lado, fatos inconteste da incapacidade e do fracasso da Liga para manter a paz tão desejada, e, mais adiante, a incorporação da Austria pela Alemanha e o desmembramento da Tchecoslováquia deram-lhe o tiro de morte, porquanto, nessa altura dos acontecimentos, ninguém mais poderia conter a tensão político-militar, pois o movimento de tropas era grande, as posições estavam sendo tomadas, aguardando apenas a ordem de avançar. Sem surpresa, em 1 de setembro de 1939, troaram os canhões dando início à II Guerra Mundial com a invasão da Polônia pela Alemanha, e o mundo envolveu-se em nova desgraça.

Os fatos estão bem vivos em nossas memórias.

— V —

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Deflagrada então a guerra, enquanto as batalhas se sucediam, movimentavam-se as chancelarias, e os países ditos antinazistas e antifascistas realizaram uma série de conferências, das quais resultaram acordos, pactos, declara-

ções, cartas, etc. Dentre as principais citemos:

Declaração de Londres — 12 de junho de 1941 — onde ficou assentado que continuariam em luta contra os países do Eixo os Governos derrotados e exilados em Londres: França, Bélgica, Polônia, Holanda, etc.

Carta do Atlântico — 14 de agosto de 1941 — embora os EE.UU. não estivessem em guerra declarada, firmaram com a Inglaterra o Pacto do Atlântico, no qual reafirmavam sua vocação democrática e o desejo de colaborar com o Império Britânico, fornecendo-lhe meios para prosseguimento da luta. Quantidades fabulosas de materiais foram fornecidas à Inglaterra, constituindo o passo decisivo para o rompimento do isolacionismo americano.

Declaração de Washington ou das Nações Unidas — 1.º de janeiro de 1942, isto é, realizada e firmada logo após o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Nesta declaração, em que tomaram parte 26 nações, ficou estabelecido que: todos os esforços seriam conjugados para dar combate sem trégua às potências do Eixo, não seriam feitos tratados

de paz em separado e, após a vitória, reunir-se-iam para fundar uma organização estável de caráter mundial. Foi a primeira vez que se empregou o termo NAÇÕES UNIDAS, sendo este, portanto, o seu embrião.

Declaração de Moscou — 1 de novembro de 1943 — Os ministros das relações exteriores dos EE.UU., URSS, Inglaterra e China firmaram esta declaração, reafirmando os princípios democráticos, confirmando a declaração de Washington. Serviu também de reunião preparatória para a Declaração de Teerã, firmada por Churchill, Roosevelt e Stalin, na qual se comprometiam a envidar todos os esforços, mediante mobilização total de seus recursos para alcançar a vitória e assim pôr fim às hostilidades.

Propostas de Dumbarton Oaks — 7 de outubro de 1944 — Fizeram-se presentes os EE.UU., URSS, Inglaterra e China e elaboraram um anteprojeto da atual Carta das Nações Unidas, enviando-o a todos os países para o estudarem, opinarem, emendarem e sugerirem as modificações julgadas necessárias. Em consequência, os países latino-americanos reuniram-se no México — Chapultepec — em fevereiro de 1945,

para ajustar determinados pontos de interesse comum das propostas de Dumbarton Oaks. Ainda em 4 de fevereiro de 1945, em Yalta, reuniram-se os Cinco Grandes: China, Rússia, Estados Unidos, Reino Unido e França, para discutirem a questão do "poder de veto" prevista para o Conselho de Segurança nas propostas de Dumbarton Oaks.

Conferência de São Francisco — 25 de abril de 1945 — Reuniram-se, assim, 50 Nações, para os debates e os retoques definitivos no anteprojeto que finalmente se transformou na Carta das Nações Unidas, reguladora da Organização das Nações Unidas, e no dia 26 de junho de 1945 foi encerrada a Conferência. Ficou também assentado que a Carta só entraria em vigor depois de ratificada pelos Cinco Grandes e mais certo número mínimo de países, número esse atingido em 24 de outubro de 1945. Este dia foi batizado como o "Dia das Nações Unidas", cuja comemoração anualmente se reveste de entusiasmo e novas esperanças pelos países que a integram.

Hoje conta a ONU com 82 países-membros.

(Continua no próximo número)



CARTAS A UM ASPIRANTE...

(Conclusão da pág. 20)

Você, provavelmente, já concluiu que cada uma destas posições exige previsores altamente especializados e experientes. Isto é verdade; entretanto, para que todos os previsores se mantenham atualizados, eles são escalados em rodízio, a fim de atenderem qualquer uma destas posições.

Além destas obrigações técnicas, você terá também obrigações militares, obrigações administrativas, responsabilidade de supervisão e, ainda, instrução do pessoal auxiliar.

É evidente que, para supervisionar o pessoal subalterno, você de-

verá conhecer completamente as obrigações, responsabilidades e serviços a ele distribuídos. Por exemplo, você deve conhecer profundamente os serviços de um observador, embora não seja necessário que realize estes serviços tão bem como ele, mas deverá saber como os mesmos são executados.

Se você deseja ser um bom supervisor, deve capacitar-se para aplicar os princípios básicos de Relações Humanas. Sobre Relações Humanas e Administração de Pessoal, há uma variedade imensa de livros, muitos dos quais na biblioteca da Unidade. Leia os que você julgar interessantes, mas aplique os princípios que aprender à sua situação de militar e de previsor

meteorológico. Boa supervisão alegria o ambiente e torna os afazeres mais agradáveis, mesmo quando realizados na Noite de Natal ou no dia do aniversário do filho mais velho.

Todos estes serviços devem ser considerados como uma feliz oportunidade de aumentar seus conhecimentos e sua habilidade como militar, proporcionada pela nossa Força Aérea Brasileira.

Esta noite estou esperando a chegada de uma frente fria. O último boletim meteorológico de Foz do Iguaçu estava cheio de ventos, nuvens e trovoadas.

Boa noite.

O SATÉLITE ARTIFICIAL DO PONTO-DE-VISTA

ASTRONÔMICO

SYLVIO SILVA — Ten Cel Esp

No estudo que faremos, vamos supor válidas as Leis de Kepler e, conseqüentemente, a de Newton, bem como o isolamento do sistema de dois corpos.

Para melhor compreensão, relembremos alguns conceitos básicos.

Um corpo secundário gravitando em torno de outro, chamado primário, descreve uma órbita plana, cuja forma pertencerá a algum membro da família das cônicas, ocupando o corpo primário um dos focos — 1.^a Lei de Kepler.

Assim, a forma da órbita pode ser: círculo, elipse, parábola e hipérbole.

A forma da cônica é geomêtricamente definida pela excentricidade e , que é a relação entre a semidistância focal e o semi-eixo maior:

- no círculo, a excentricidade é nula $e = 0$
- na elipse, a excentricidade é menor que 1 $e < 1$
- na parábola, a excentricidade é igual a 1 $e = 1$
- na hipérbole, a excentricidade é maior que 1 $e > 1$

A grandeza da órbita é definida:

- no círculo, pelo raio r
- na elipse, pelo semi-eixo maior a
- na parábola, pela semidistância do foco à diretriz, q .
- na hipérbole, pela diferença entre o semi-eixo real ou transversal e a semidistância focal.

Para sabermos, em um momento dado, em que ponto da órbita está o corpo móvel, valemo-nos da 2.^a Lei de Kepler: áreas iguais são descritas em tempos iguais.

Satisfazendo a essa condição, somente no círculo a velocidade angular do raio vetor é constante; nas demais formas possíveis de órbitas, a velocidade angular do raio vetor é variável, pois variável é o próprio raio vetor.

Como no caso do círculo não há dificuldade, examinaremos as outras formas de órbitas, principalmente a da elipse e depois generalizaremos.

Chama-se período P o tempo necessário ao corpo móvel para descrever uma volta na órbita.

Chama-se movimento médio m à relação $2\pi / P$,

$$\text{ou } m = \frac{2\pi}{P} \quad (1)$$

Sendo t uma grandeza de tempo qualquer, inferior a P , ao produto mt chama-se anomalia média M .

$$M = mt \quad (2)$$

Por intermédio da equação de Kepler

$$M = u - e \sin u \quad (3),$$

passamos, da anomalia média M , para a anomalia excêntrica u , Fig. 1. Essa equação é resolvida por aproximações sucessivas.

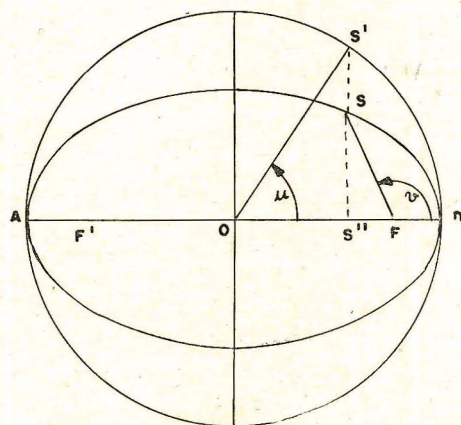


Fig. 1

Conhecida a anomalia excêntrica u , passamos para a anomalia verdadeira v , Fig. 1, por intermédio da fórmula:

$$\tan \frac{v}{2} = \sqrt{\frac{1+e}{1-e}} \tan \frac{u}{2} \quad (4)$$

Anomalia verdadeira v é o ângulo que, tendo o vértice no foco, mede o ângulo $\pi F'S$, entre o eixo maior e o raio vetor r .

É necessário que seja conhecido o momento T , em que o corpo móvel passa o periastro π .

Periastro é o ponto π da órbita, em que a distância ao foco F é mínima.

Já conhecidos: e , a , P e T , podemos, em um momento dado t , determinar a posição do corpo móvel

na órbita. Porém, uma órbita pode ter qualquer atitude em relação a um plano de referência. Assim, será necessário saber o ângulo de inclinação i , Fig. 2,

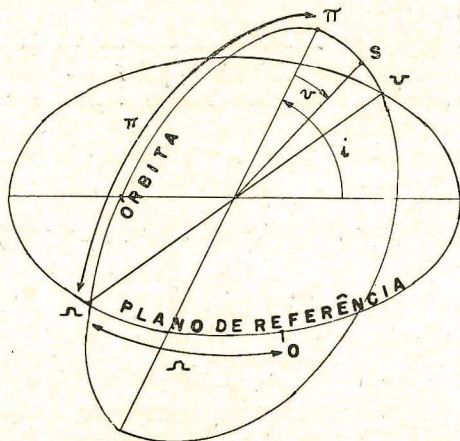


Fig. 2

do plano da órbita com o plano de referência, bem como o ângulo $\Omega F \pi$, simbolizado pela letra grega π , entre o nodo Ω e o periastro, sendo o nodo Ω um dos pontos da intersecção do plano da órbita com o plano de referência, finalmente, o arco $O \Omega$, simbolizado pela letra grega Ω , contado sobre o plano de referência, entre um ponto origem O e o nodo Ω .

Como há dois nodos, ascendente Ω e descendente ϖ , considera-se nodo ascendente Ω aquele em que o corpo móvel, percorrendo sua órbita, passa da parte sul do plano de referência para a parte norte.

Quando o corpo primário é o Sol, o plano de referência é o da eclíptica; sendo o corpo primário a Terra, o plano de referência será o do Equador.

A grandeza do ângulo de inclinação i caracteriza, também, o sentido do movimento do corpo móvel sobre a órbita; quando o movimento é direto, o valor de i é menor que 90° ; quando é retrógrado, i é maior que 90° .

Temos, então os elementos da órbita:

$$e, a, T, i, \pi, \Omega, P$$

que definem perfeitamente a posição do corpo móvel em determinado momento.

Conhecidos os elementos da órbita, duas perguntas podem ser formuladas:

1.º Qual a posição do corpo móvel em um momento t dado, relacionado à Terra?

2.º Em que momento t o corpo móvel, satisfazendo a determinadas condições, será visível?

Naturalmente a segunda pergunta é a de maior interesse; por isso, estabeleçamos essas condições.

Só é possível ver-se alguma coisa que nos envie luz, seja essa luz emitida, seja refletida.

Como o corpo móvel, caso do satélite artificial, não tem luz própria, só será visível quando refletir luz e essa luz refletida será a do Sol.

Portanto, 1.ª condição, para que o satélite seja visível: é preciso que esteja iluminado pelo Sol.

Durante o dia, embora existam estrêlas no céu, elas não são visíveis, porque os seus brilhos são relativamente fracos, não havendo contraste com o céu iluminado.

Portanto, 2.ª condição, para vermos o satélite: é necessário que o céu do observador esteja escuro, isto é, em um momento da noite entre o pôr e o nascer do Sol.

Da Fig. 3, verificamos que, satisfazendo às duas condições acima, o observador pode estar em qual-

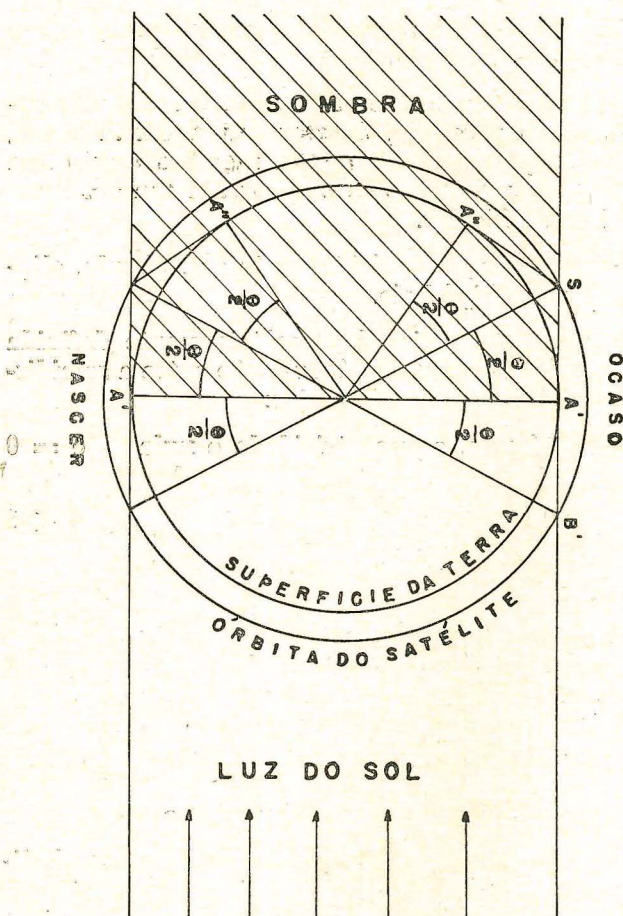


Fig. 3

quer ponto do arco $A' A''$ e ver o satélite até S, ponto em que penetrará na sombra da Terra.

O ângulo $A'' O A'$ mede o tempo máximo, após o pôr do Sol, em que será possível ver o satélite.

Os ângulos iguais $A'' O S$ e $S O A'$ medem o maior arco de círculo que pode haver entre o observador e o satélite.

O valor de $S O A'$ é facilmente determinado, pois $O A'$ é o raio ρ da Terra, no lugar considerado, e pode ser encontrado diretamente no Anuário do Observatório Nacional, tendo como argumento a latitude φ do observador.

O segmento $\overline{OS}$ é o raio vetor r do satélite, calculado pela fórmula

$$r = a(1 - e \cos u) \quad (5)$$

da qual sabemos os elementos necessários. $\overline{SA'}$ é tangente à superfície da Terra no ponto A' , portanto perpendicular à $\overline{OA'}$. Temos, assim, $\triangle SOA'$, um triângulo retângulo, do qual queremos saber o ângulo $\widehat{SOA'} = \frac{\theta}{2}$

$$\cos \frac{\theta}{2} = \frac{\rho}{r} \quad (6)$$

Como $\frac{\theta}{2}$ é o valor de um arco de círculo máximo, determinemos o valor angular sobre o paralelo de latitude φ , do observador, do comprimento desse círculo máximo. A grandeza desse arco sobre o paralelo considerado será a diferença de longitude $\Delta\lambda$, limite entre as longitudes do observador e a da intersecção do satélite com o paralelo do observador.

$$\operatorname{tg} \Delta\lambda = \operatorname{tg} \frac{\theta}{2} \sec \varphi \quad (7)$$

Portanto, a primeira duração de visibilidade do satélite será desde o pôr do Sol até $\frac{\theta}{15}$ horas depois do pôr do Sol; a segunda duração de visibilidade será desde $\frac{\theta}{15}$ horas antes do nascer do Sol até o nascer do Sol, contanto que a diferença entre a longitude do observador e a longitude do ponto em que o satélite atravessa o paralelo do observador seja inferior à $\Delta\lambda$.

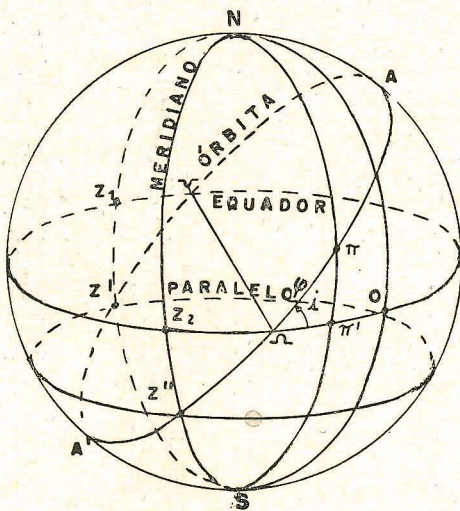


Fig. 4

Da Fig. 4, tiramos os valores das anomalias verdadeiras v_1, v_2 , respectivamente do ponto Z' quando o satélite vai para o sul e do ponto Z'' quando o satélite vai para o norte.

Sobre o plano da órbita, temos:

$$v_1 = 180 - \widehat{\Omega\pi} + \widehat{vZ'}$$

$$v_2 = 360 - \widehat{\pi\Omega} - \widehat{\Omega Z''} \quad \text{mas} \quad \widehat{\Omega Z''} = \widehat{vZ'},$$

portanto:

$$v_1 = 180 - \widehat{\Omega\pi} + \widehat{\Omega Z''}$$

Determinemos os valores dos arcos $\Omega Z''$, e ΩZ_2 , todos elementos de triângulos esféricos retângulos, dos quais são conhecidos um ângulo agudo i e um lado.

$$\operatorname{sen} \widehat{\Omega Z''} = \frac{\operatorname{sen} \varphi'}{\operatorname{sen} i} \quad (8)$$

$$\operatorname{sen} \widehat{\Omega Z_2} = \operatorname{tg} \varphi' \cotg i \quad (9)$$

φ' é a latitude geocêntrica do observador, extraída do Anuário do Observatório Nacional, tendo como argumento a latitude geográfica φ .

Com os valores de v_1 e v_2 antes determinados, calculamos os valores das respectivas anomalias ex-cêntricas u .

$$\operatorname{tg} \frac{u}{2} = \frac{\operatorname{tg} \frac{v}{2}}{\sqrt{\frac{1+e}{1-e}}} \quad (4)$$

Conhecidos os valores de u_1 e u_2 , determinar os valores das anomalias médias M_1 e M_2 .

$$M = u - e \operatorname{sen} u \quad (3)$$

$$\text{Sendo } m = \frac{2\pi}{P} \quad (1), \text{ teremos:}$$

$$t_1 = \frac{M_1}{m} \quad \text{e} \quad t_2 = \frac{M_2}{m}$$

Podemos, então, calcular:

— os momentos $T + t_1$ e $T + t_2$

— os valores dos raios vetores r_1 e r_2

$$r = a(1 - e \cos u)$$

— os valores de $\frac{\theta_1}{2}$ e $\frac{\theta_2}{2}$

$$\cos \frac{\theta}{2} = \frac{\rho}{r} \quad (6)$$

— as durações de visibilidade $\frac{\theta_1}{15}$ e $\frac{\theta_2}{15}$ horas

— o valor de $\Delta\lambda$ $\operatorname{tg} \Delta\lambda = \operatorname{tg} \frac{\theta}{2} \sec \varphi \quad (7)$

— as longitudes λ_1 e λ_2 das duas vezes, em cada revolução, em que o satélite corta o paralelo do observador. Para maior facilidade de interpretação, convém contar a longitude em um só sentido, o direto,

variando de 0° a 360° , e, por um momento, imobilizemos a Terra quanto ao movimento de rotação.

A longitude no primeiro momento será, Fig. 4:

$$\lambda'_1 = \hat{\Omega} + 180 + \widehat{\Omega Z}_2$$

A longitude no segundo momento será:

$$\lambda'_2 = \hat{\Omega} + 360 - \widehat{\Omega Z}_2$$

Porém, durante os tempos t_1 e t_2 (minutos de tempo), a Terra girou, respectivamente, $\frac{t_1}{4}$ e $\frac{t_2}{4}$ graus, que devem ser introduzidos em λ'_1 e λ'_2 ou:

$$\lambda_1 = 180 + \hat{\Omega} + \widehat{\Omega Z}_2 - \frac{t_1}{4}$$

$$\lambda_2 = 360 + \hat{\Omega} - \widehat{\Omega Z}_2 - \frac{t_2}{4}$$

Se a diferença entre a longitude do observador e uma das longitudes λ_1 ou λ_2 for menor do que $\Delta\lambda$, anteriormente calculada, e o momento estiver contido em uma das durações de visibilidade, o satélite será visível; caso contrário, verifica-se na volta ou voltas imediatas.

Determinados os dois primeiros momentos $T + t_1$ e $T + t_2$, bem como as respectivas longitudes, é muito fácil calcular os momentos e as longitudes nas voltas imediatas; basta a cada momento adicionar um período P e a cada longitude adicionar $\frac{P}{4}$ graus (P em minutos de tempo).

Nas considerações feitas, não entramos com a precessão que naturalmente existirá, porém como a precessão é conhecida, dado o seu valor, geralmente, por dia, determina-se o seu valor por período P e introduz-se na rotação da Terra, bem como a variação de período será neste introduzida.

Para fixar idéias, construamos a efeméride de um satélite hipotético, do qual são conhecidos os elementos da órbita:

$$e = 0,0193 \quad a = 7785 \text{ km} \quad T = 1960, \text{ Dez, } 24 \text{ } 12^{\text{h}}, 23 \text{ TU} \quad i = 50^\circ$$

$$P = 114,1^{\text{m}} = 1,9 \text{ horas}$$

$$\pi = 38^\circ \quad \Omega = 296^\circ \quad \varphi = 23^\circ \text{S} \quad \varphi' = 22^\circ 51' 30'' \quad \lambda_0 = 317^\circ$$

Calculamos:

$$\widehat{\Omega Z}'' = 30^\circ 27' \quad \widehat{\Omega Z}_2 = 20^\circ 42' \quad \rho = 6367 \text{ km}$$

$$v_1 = 172^\circ 27' \quad v_2 = 291^\circ 33'$$

$$u_1 = 172^\circ 36' \quad u_2 = 291^\circ 11'$$

$$M_1 = 172^\circ 28' \quad M_2 = 290^\circ 47'$$

$$T + t_1 = 1960, \text{ Dez, } 24 \text{ } 13^{\text{h}}, 13 \quad T + t_2 = 1960, \text{ Dez, } 24 \text{ } 13^{\text{h}}, 17$$

$$r_1 = 7934 \text{ km} \quad r_2 = 7925 \text{ km}$$

$$\frac{\Theta_1}{2} = 36^\circ 38'$$

$$\frac{\Theta_2}{2} = 36^\circ 32'$$

$$\frac{\Theta_1}{15} = 4^{\text{h}} 53^{\text{m}} = 4,883 \quad \frac{\Theta_2}{15} = 4^{\text{h}} 52^{\text{m}} = 4,866$$

$$\Delta\lambda_1 = 39^\circ 11' = 39,183 \quad \Delta\lambda_2 = 39^\circ 04' = 39,066$$

$$\lambda_1 = 123^\circ 03' = 123,005 \quad \lambda_2 = 252^\circ 18' = 252,30$$

$$\frac{P}{4} = 28,52 \text{ pôr do Sol em } 24 \text{ } 21^{\text{h}} 38^{\text{m}}, \text{ nascer do Sol em } 25 \text{ } 8^{\text{h}} 13^{\text{m}}$$

Efeméride do satélite

Durações de visibilidade em Z'

21, ^h 633 às 2, ^h 516	e	3, ^h 233 às 8, ^h 166
24 13, ^h 13 TU	317° — 123,°05 = 193,°95	
15,03	94,53	222,47
16,93	66,01	250,99
18,83	37,49	279,51
20,78	8,97	308,03
22,63	340,45	-23,45
25 0,53	311,93	5,07
2,43	283,41	33,59
4,33	254,89	62,11
6,26	226,37	90,63
8,16	197,85	119,15
10,06	169,33	147,67

Durações de visibilidade em Z''

21, ^h 633 às 2, ^h 499	e	3, ^h 250 às 8, ^h 166
24 13, ^h 76	317° — 252,°30 = 64,°70	
15,66	223,78	93,22
17,56	195,26	121,74
19,46	166,74	150,26
21,36	138,22	178,78
23,26	109,70	207,30
25 1,16	81,18	235,82
3,06	52,66	264,34
4,96	24,14	292,86
6,86	355,62	-38,62
8,76	327,10	-10,10
10,66	298,58	18,42

Da efeméride acima calculada, verifica-se que, no dia 24, a passagem das 22, ^h63 é visível, pois o momento da passagem está dentro da duração de visibi-

lidade e a diferença entre as longitudes do observador e a do ponto em que o satélite corta o paralelo do observador é inferior ao limite de diferença de longitude $\Delta \lambda$; portanto, está dentro do horizonte visível. Pelas mesmas razões, as passagens do dia 25 às 0,^h53 e 2,^h43 são visíveis, indo o satélite para o sul; ainda no dia 25 às 6,^h86 o satélite é visível, indo para o norte.

Nas passagens imediatas das 8,^h76 e 10,^h66, embora ocorram dentro do horizonte visível, o satélite não é mais visível, pois as diferenças de longitudes -10,^o10 e 18,^o42, apesar de inferiores à diferença de longitude-limite, estão fora da duração de visibilidade, isto é, o céu do observador já está iluminado.

Os sinais + e - das diferenças de longitude indicam, respectivamente, que a passagem será a W ou a E.

Podemos, ainda, construir o gráfico da Fig. 6 que, além de materializar o fenômeno, ainda fornece o momento em que o satélite aparece no horizonte e a sua direção, isto é, o azimuth.

Suponhamos um plano tangente à Terra, no ponto em que está o observador. Nesse plano, todo círculo máximo se projetará segundo um segmento de reta e o paralelo do observador segundo uma curva de fácil construção por pontos calculados. Um círculo concêntrico ao observador, de raio $\frac{\Theta_1}{2}$ ou $\frac{\Theta_2}{2}$, será representado por um círculo e limitará os res-

pectivos horizontes visíveis, e qualquer raio determinará o azimuth dessa direção.

Na Figura 5, os círculos máximos NE'SE, NP'QPS e E'P'OE representam, respectivamente, o

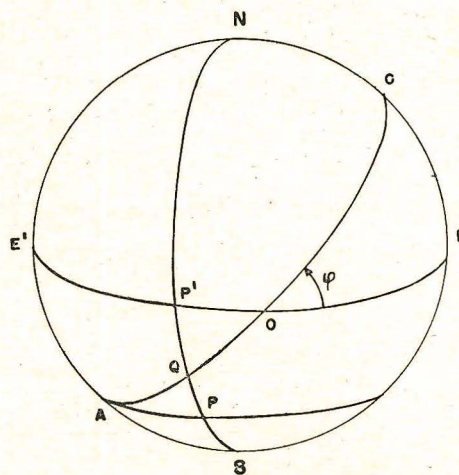


Fig. 5

meridiano do observador, um meridiano qualquer e o equador; o círculo máximo AQOC, contendo o observador, é perpendicular ao meridiano do observador e o círculo APS é o paralelo φ .

No gráfico, Fig. 6, o meridiano do observador é representado pelo diâmetro vertical N S e o círculo máximo AQOC, Fig. 5, é representado pelo diâmetro horizontal (pontilhado), Fig. 6, e o paralelo φ , pelo arco de curva W E.

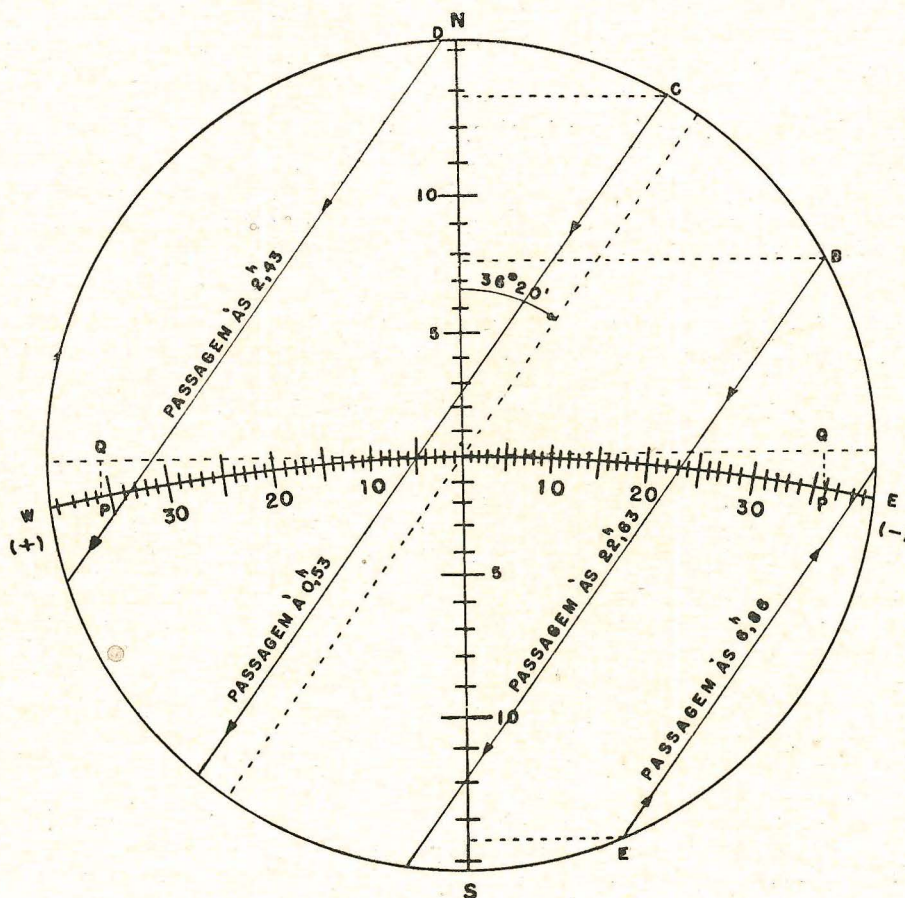


Fig. 6

Para construir esse arco de curva, calculam-se as diferenças $\widehat{QP} = \varphi - \widehat{P'Q}$, sendo $\widehat{P'Q}$ calculável por $\text{tg } \widehat{P'Q} = \text{sen } n \text{ tg } \varphi$
 $\widehat{QP} = l \text{ tg } \widehat{QP}$, onde n varia de $(90^\circ - \frac{\theta}{2})$ a 90°

As diferenças $\widehat{AQ}$ calculam-se por $\text{tg } \widehat{QO} = \text{tg } \widehat{P'O} \sec \varphi$, mas $90^\circ - \widehat{QO} = \widehat{AQ}$ e $\widehat{AQ} = l \text{ tg } \widehat{AQ}$.

O raio do círculo de visibilidade será

$r = l \text{ tg } \frac{\theta}{2}$, sendo l uma grandeza convenientemente escolhida, para que o gráfico tenha um tamanho cômodo; $l = 10 \text{ cm}$, satisfaz.

A trajetória aparente do satélite, representada no gráfico por um segmento de reta, será a resultante V_r da composição das velocidades angulares de rotação da Terra V_t e a do satélite V_s , e fará com o diâmetro vertical um ângulo $(90^\circ - i')$, calculável por $i' + B = 180 - i$ e

$$\text{tg } \frac{i' - B}{2} = \frac{V_s - V_t}{V_s + V_t} \cotg \frac{i}{2}$$

V_r , V_t e V_s são expressos em graus por minutos.

O valor da velocidade resultante V_r é calculável por:

$$V_r = \frac{V_s \text{ sen } i}{\text{sen } i'}$$

A graduação do diâmetro vertical é expressa em tempo $\bar{t}$

$\bar{t} = l \text{ tg } (t V_r \text{ sen } i')$, sendo t um número inteiro, variando de 1 a $\frac{\theta}{2 V_r}$.

Querendo completar o gráfico com curvas de altura h , basta traçar circunferências de círculo com raios $R = \frac{\theta}{2} \cos h$, sendo $\frac{\theta}{2}$ o raio do círculo de visibilidade, anteriormente calculado (h varia de 0° a 90° ; calculando de 5° em 5° é suficiente).

Construído o gráfico, lançamos as passagens visíveis, tiradas da efeméride calculada. Para isso, tracemos o diâmetro, em linha interrompida, formando com a linha NS um ângulo de $90^\circ - i' = 36^\circ 20'$.

Paralelas a essa linha interrompida, tracemos as semi-retas contendo os pontos do paralelo relativos aos valores $-23,^\circ 45'$; $5,^\circ 70'$; $33,^\circ 59'$ e $-38,^\circ 63'$ que são as passagens visíveis, sendo as três primeiras quando o satélite ia para o sul e a última quando voltava para o norte.

Na primeira, o satélite aparece no horizonte visível em B, tendo um azimute de 63° . Do ponto B tracemos uma perpendicular a NS e lê-se $7 \frac{3}{4}$. Isto significa que o satélite aparece na linha do horizonte $7 \frac{3}{4}$ minutos antes da hora prevista na efeméride, o que é natural, pois calculamos o momento para sua passagem pelo paralelo; assim, o satélite aparece no horizonte às $(22^h 63^m = 22^h 38^m)$ ou

$$22^h 38^m - 7 \frac{3}{4}^m = 22^h 1/4^m.$$

Do mesmo modo determinam-se os momentos das outras passagens:

2.^a passagem: Az = 31°

$$(0^h 53^m = 0^h 32^m)$$

$$0^h 32^m - 12 \frac{3}{4}^m = 0^h 29 \frac{1}{4}^m$$

3.^a passagem: Az = 358°

$$(2^h 43^m = 2^h 26^m)$$

$$2^h 26^m - 14 \frac{1}{4}^m = 2^h 21 \frac{3}{4}^m$$

4.^a passagem: Az = 158°

$$(6^h 86^m = 6^h 52^m)$$

$$6^h 52^m - 13 \frac{1}{2}^m = 6^h 38 \frac{1}{2}^m$$

Asas ou algemas - (Conclusão da pág. 22)

Não surpreendeu a Nação o gesto libertário dos seus soldados, pois sempre lhe alentaram o coração as lições de civismo e grandeza d'alma que os singularizam na irrequieta vida latino-americana, onde a luta pelo poder torna comuns os pronunciamentos caudilhescos que tanto ferem o sentido orgânico das instituições militares e tanto afrontam a consciência democrática das Américas.

—oOo—

Finalmente, endereço-vos, prezados leitores, a seguinte Mensagem de Natal:

Quando os sinos soam alegremente, evocando a Estrêla da Esperança e o Berço da Redenção, o sacrário que palpita em todo peito humano abre-se em recorda-

ções — as mais doces e as mais puras que se podem guardar afetivamente, porque filhas daqueles primeiros cuidados e daquelas primeiras preces com que, dia e noite, o Amor Materno se desvela em rasgar ao fruto estremecido perspectivas róseas e fulgurantes como as mais belas manhãs da primavera.

Desperte em cada um de nós esse infante saudoso, que os embalos da vida apenas adormecem, e saia a folgar com as outras crianças, dançando, cantando, sorrindo diante da gruta tradicional, que simboliza o mais tosco estábulo de Belém, onde o Filho de Deus desabrochou para, não obstante as divinas sugestões de esplendor e deslumbramento, começar a salvação do gênero humano pela mais pura exaltação da família.

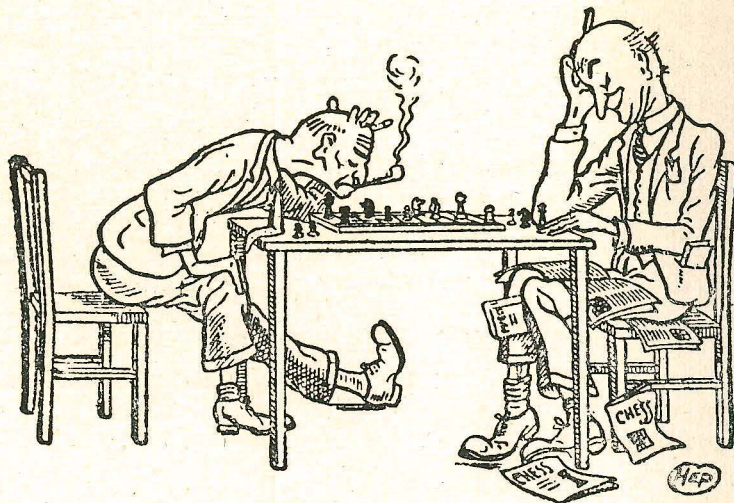
Encanta-me desejar a meus irmãos um Natal assim — a um só tempo álcere e singelo, em que cada um se reveja entre as crianças e com elas se confunda docemente, para com elas saudar, nos auspícios e nas inspirações que sempre se irradiam do Presépio, a inefável presença da verdadeira felicidade cristã.

Há flores que mais parecem caídas do Céu que nascidas na Terra.

Durante o Natal, flores assim possam chegar às mãos das crianças como presentes de uma revoada de querubins — presentes incomparavelmente mais úteis à sua formação espiritual que os de certa lenda pagã e grotesca — cada vez mais empregada em profanar e proscrever o mais belo ensino de comunhão cristã.

XADREZ

Brig Ar Eng OSWALDO BALLOUSSIER



Em prosseguimento ao tema considerado no número anterior, começamos, hoje, estudando as:

c) Colunas abertas

Na posição: Brancas — T1CD, T2BD, C2R, R2BR, P2CR, P2TR, P3BR, P4R, P4BD, P4CD e P5TD. Pretas: R1CD, T1D, P2CD, P3TD, P4CR e P5TR; a coluna da dama chama-se coluna aberta porque, nela, não há peões brancos nem pretos. É evidente que, em uma coluna assim, as tôrres alcançam sua eficácia máxima.

As pretas, com julgamento correto da posição, colocaram suas tôrres nessa coluna. Dobraram-nas na coluna da dama.

A finalidade da segunda tôrre é dupla:

1.^a — Impedir que uma tôrre branca entre, também, na coluna da dama, porque, se as pretas tivessem sua segunda tôrre em 1TR, as brancas poderiam jogar R1R e continuar com T1D ou T2D. Isso acabaria com a superioridade das pretas na coluna da dama.

2.^a — Além dessa função importante desempenhada pela segunda tôrre, ela serve, ainda, como apoio, tão logo a primeira penetre na posição inimiga. A grande vantagem das tôrres numa coluna aberta é a de proporcionar pontos de apoio na posição do adversário que lhe permitem atacar os peões pelos flancos ou pela retaguarda, porque, em virtude do seu modo de

avancar, só podem oferecer uma resistência mínima aos ataques dessa natureza.

2 — Tanto quanto possível, conseguir liberdade de intervir em uma ou outra ala.

Quem quiser ficar capacitado a empregar suas peças, quando e se necessário, em ambas as alas deverá constituir um centro forte. Deverá ter, à sua disposição, as casas centrais, para nelas poder colocar peças que possam atuar, simultaneamente, nas duas alas. Elas permitem, também, uma comunicação rápida entre as alas. A fim de ser aumentado o domínio do centro, as duas medidas seguintes são da maior importância:

a) dirigir as peças e os peões para o centro (centralização);

b) ocupar as casas centrais (4D, 4R, 5D e 5R) com peças ou peões.

a) Centralização

O princípio geral de serem dirigidas, de onde fôr possível, as peças para o centro é um elemento importante no plano de condução da partida. De modo geral, lances como C3TR devem ser coordenados; falando, ainda de modo geral, C3BR e C3BD são preferíveis a C2R ou C2D. Na casa C3BR, um cavalo domina duas casas centrais (4D e 5R); em 2R, apenas uma; e em 3T, nenhuma.

Naturalmente, devem ser evitados qualquer exagêro ou rigidez, pois podem ocorrer circunstâncias

que exijam a descentralização. Por exemplo, na defesa holandesa, depois de 1 — P4D, P4BR, é comum e correto jogar-se: 2 — P4BD, P3R; 3 — P3CR, B5C +; 4 — B2D, BxB +; 5 — DxB, C3BR; 6 — C3BD, 0-0 e, em seguida, 7 — C3T, com a intenção de levá-lo à importante casa 4BR. Porém, excetuados este e outros poucos casos excepcionais (como ataques prematuros ao peão em 2BR), o princípio da centralização é seguido em quase tôdas as aberturas. Vejamos dois exemplos:

1) Abertura escocesa: 1 — P4R, P4R; 2 — C3BR, C3BD; 3 — P4D, PxB; 4 — CxP, C3B; 5 — CD3B, B5C (este lance tem um efeito centralizador: o bispo "prega" o cavalo branco que está dirigido para o centro); 6 — CxC, PCxC; 7 — B3D, P4D; 8 — PxB, PxB; 9 — 0-0, 0-0; 10 — B5CR, P3B.

2) Defesa siciliana: 1 — P4R, P4BD (o peão em 4BD tem o centro como objetivo); 2 — C3BR, C3BD; 3 — P4D, PxB; 4 — CxP, C3B; 5 — C3B, P3D; 6 — P3CR (em 2CR o bispo está dirigido para o centro), P3R; 7 — B2C, 8 — 0-0, B2D (ainda centralização); 9 — B3R, 0-0.

Nestes exemplos, podemos ver, claramente, o papel proeminente desempenhado pelo centro. Quase todos os bons lances podem revelar alguma conexão com o centro, como, por exemplo, os lances 8 — 0-0 e 9 — 0-0 na defesa siciliana. Estes lances são necessários

para dar oportunidade a todas as peças de participarem da luta.

b) Ocupação das casas centrais.

O propósito da centralização é o aumento do domínio das casas centrais que pode ser conseguido, entre outras maneiras, pela ocupação dessas casas. Os exemplos anteriores mostraram-no. Considerada a luta dêsse ponto-de-vista, chegamos às seguintes considerações:

Primeiro exemplo (abertura escoceza):

Depois de 4 — CxP, as brancas têm um peão em 4R e um cavalo em 4D. As pretas não têm nada no centro.

Depois de 6 — CRxP as brancas têm um peão no centro, em 4R, e as pretas não têm nada.

Depois de 8 — PxP, as brancas não têm nada no centro e as pretas têm um peão em 4D.

Segundo exemplo (defesa siciliana)

Depois de 4 — CxP, as brancas têm um peão em 4R e um cavalo em 4D. As brancas nada.

Depois de 9 — 0-0, as pretas não têm nada no centro. Neste exemplo, contudo, a luta pelo centro ainda não terminou; as pretas têm dois peões em 3D e 3R prontos para avançar no momento oportuno, avanço que, geralmente, só ocorre em uma etapa posterior da partida.

O exame dêsses exemplos dá origem a duas perguntas:

I — Que deve ser preferido? A ocupação das casas centrais por peões ou por peças?

II — Deve o centro ser ocupado tão rapidamente quanto possível ou o momento da ocupação não traz consequências prejudiciais?

Passemos a respondê-las.

I — **Peças ou peões no centro?**

— A ocupação das casas centrais por peças tem, algumas vezes, o inconveniente de poderem ser desalojadas pelo adversário que, assim, ganha tempos. Por exemplo, depois de 1 — C3BR, C3BR, não seria aconselhável levar o cavalo a 5R, já que as pretas podem expulsá-lo, imediatamente, com 3 —

P3D; 3 — C3BR, P4R ganhando, dêsse modo, nada menos que dois tempos.

Já no exemplo seguinte, as coisas são diferentes: 1 — P4R, P3R; 2 — P4D, P4D; 3 — P5R, P4BD; 4 — PxP, C2D; 5 — C3BR, CxPB; 6 — C4D, pois este cavalo está muito bem colocado; domina várias casas importantes dentro da posição inimiga e em torno dela (6 R, 6BD, 5 BR e 5CD), e não pode ser desalojado, com facilidade, pelas pretas. Pode acontecer, também, que a peça colocada numa casa central seja corrida, imediatamente, mas de forma tal que a posição adversária fique debilitada.

Contudo, apesar de vantagens que algumas vezes possam resultar de uma posição central, na maioria dos casos é preferível a ocupação do centro com peões. A isso se chama: “formação de um centro de peões”. Este centro concorre para aumentar o domínio das importantes casas centrais, permitindo um movimento rápido e fácil das forças de uma ala para a outra.

Mais ainda, um centro de peões proporciona pontos de apoio para as peças: se as brancas tiverem um peão em 4R, poderão colocar um cavalo em 5D ou 5BR.

O centro de peões facilita, também, de modo apreciável, a ação dos bispos.

A melhor posição de peões, para as brancas, é 4D e 4R, formação ideal. Ao escolher essa formação, deve sempre ser tido em mente que o adversário pode atacar este centro, já que os peões não se defendem mutuamente. Mas essa formação é poderosa, pois domina nada menos do que quatro casas importantes: 5 BD, 5D, 5R e 5BR.

As posições mais sólidas para as brancas são 3D — 4R ou 3R — 4D, mas a liberdade de ação é inferior à proporcionada pela formação ideal. Uma formação mais passiva para as brancas é 3D — 3R. Mais cedo ou mais tarde esta formação deverá transformar-se numa daquelas duas, o que nos leva a outra pergunta: Que é melhor? A ocupação imediata ou a ocupação diferida do centro?

Responderemos no próximo número.

AVALIE SUA FORÇA ENXADRÍSTICA

A partida de hoje é sobre o controle do centro. Você jogará com as pretas em consulta com Alexandre Kotov, contra Mangini que já foi campeão brasileiro e carioca várias vezes. A partida foi jogada em Mar Del Plata, em 1957. Veja as explicações do número 9, pegue seu cartão e comece:

1 — P4R, P4BD;

2 — C3BR, P3D;

3 — P4D, PxP;

4 — CxP, C3BR;

5 — B3D, C3B;

6 — P3BD

*

6 —, P4R;

3 pontos por este lance, com o qual as pretas respondem à passiva abertura das brancas, avançando os dois peões centrais. Nada para 6 —, CxC; 7 — PxP que dá às brancas dois peões centrais na formação ideal; nada, também, para: 6 —, P4D; 7 — CxC, PxP; 8 — P5R que fazem as pretas recuar. 1 ponto.

6 — ..., P3R ou 6 —, P3CR.

7 — C2B

*

7 — ..., P4D;

2 pontos. Outros lances permitirão, às brancas, construir um centro forte com P4BD.

8 — PxP

*

8 —, CxP;

1 ponto. Nada para 8 —, DxP; 9 — 0-0 e a dama preta será corrida com P4BD.

9 — 0-0....

*

9 —, B3R;

1 ponto para este lance ou 9 —, B3D. Nada para 9 — ..., B2R que é desnecessariamente passivo na posição.

10 — D3B

10 — ..., B3D;

1 ponto.

11 — C3R ...

*

11 — ..., CxC;

2 pontos. É o lance mais indicado, já que, se o cavalo preto ataca do recua, o cavalo branco pode ocupar a forte casa 5BR e se 11 — C5B, 12 — B4R, e o cavalo preto não poderá manter, por muito tempo, sua posição avançada.

12 — BxC ...

*

12 — ..., 0-0;

1 ponto.

13 — C2D

*

13 — ..., P4B;

3 pontos. Com este lance, as pretas tomam, definitivamente, a iniciativa. Outras possibilidades são mais passivas e permitem, às brancas, melhorar sua posição com B5BR ou C4R.

14 — B4BD

*

14 — ..., D2R

2 pontos. Este lance é, evidentemente, melhor que 14 — ..., BxB; as pretas permitem a troca, mas ao preço de um constante aumento de atividade de suas peças restantes.

15 — BxB+

*

15 — ..., DxB;

1 ponto.

16 — P4CD ...

*

16 — ..., P5R;

3 pontos. 16 ..., P5B não é tão bom, já que depois de 17 — B5B as brancas podem ocupar uma casa 4R com o cavalo e o ataque das pretas naufraga na posição. Uma alternativa forte para as pretas é o início do ataque com 16 — ..., T3B (2 pontos) para levá-la a 3CR. Já 16 — ..., TD1R não é tão claro, porque depois de 17 — P5C

as pretas têm que sacrificar seu PTD e sacrifícios de peões devem ser feitos, somente, quando não há outros meios de progredir.

17 — D2R

*

17 — ..., D4R;

3 pontos. Não só ameaça mate, mas, também, o peão do BD; este duplo ataque leva as peças brancas a casas piores. Muitos jogadores continuariam com 17 — ..., P5B (nenhum ponto), porém a massa central de peões não pode ser tornada efetiva rapidamente: 18 — B5B, BxB; 19 — PxB, TR1R; 20 — TR1R, P6R; 21 — PxB, PxB; 22 — C1B e o PR preto fica, subitamente, fraco.

18 — D4B+

*

18 — ..., R1T;

1 ponto.

19 — P3C

*

19 — ..., TD1B;

2 pontos. Agora, as brancas não só têm uma posição fraca de rei, mas também seu PBD está sob ataque pesado. A ameaça principal é 20 — ..., CxP. Uma possibilidade interessante é: 19 — ..., P5B, porém, depois de 20 — BxPB, TxB; 21 — PxB, DxPBR; 22 — TR1D, DxPT+; 23 — R1B, P6R; 24 — C4R, o ataque das pretas não se mostra bastante suficiente. Quando, como acontece aqui, a vantagem é do tipo permanente (peões e casas fracas do adversário), o condutor do ataque pode dar-se ao requinte de fortalecer a posição ao máximo, antes de iniciar o assalto final.

20 — TR1D ...

*

20 — ..., D3B;

4 pontos. O último lance das brancas encerra uma cilada: se 20 — ..., CxP; 21 — PxC, TxD; 22 — CxT seguido de CxB, e as brancas ficam com material suficiente pela dama. Com o lance do texto, as pretas ameaçam.

C — 4R — 6D.

21 — D3C ...

21 — ..., B4R;

2 pontos. Mais evidente do que C4R (1 ponto), permitindo, às brancas, complicar a situação com 22 — B4D ou BxP. Agora o fraco PBD branco está fixado como alvo.

22 — C4B ...

*

22 — ..., P5B

4 pontos. 2 pontos para 22 — ..., BxPB que, também, assegura o ganho (23 — T6D, BxT; 24 — TxD, BxT; 25 — C6D, T2BD). O lance do texto, contudo, é muito mais fino porque, se 23 — BxPB, BxB; 24 — PxB, DxPBR seguido de P4CD e C4R; as pretas têm um ataque decisivo, enquanto que, se 23 — CxB, PxB.

23 — B5B ...

*

23 — ..., P6R;

4 pontos. Novamente mais forte que 23 — ..., BxP ou TR1R (1 ponto cada). A estratégia das pretas segue o padrão usado por Alekhine em algumas de suas vitórias mais sensacionais. As forças do adversário são levadas à defesa de uma fraqueza numa ala, permitindo ao atacante fazer uma entrada decisiva na outra ala.

24 — BxT ...

(Se 24 — PxPR, PxPC com ganho fácil, da mesma forma que 24 — PxB, DxP ou 24 — CxB, PxB+).

*

24 — ..., PxB+;

3 pontos. 24 — ..., TxB (3 pontos, também), da mesma forma, muito bom lance, mas não 24 — ..., PxPC (nenhum ponto), por causa de 25 — PBxPC!

25 — R2C ...

(ou 25 — RxP, PxB cheque duplo)

*

25 — ..., TxB;

2 pontos. Desconte dois pontos se jogou 25 — ..., PxB; 26 — B5B, porque não há mate à vista. Não marque ponto algum para 25 — ..., P6B+; 26 — RxP.

26 — T3D ...

*

26 — ..., PxP;

2 pontos. Se, agora, 27 — PxP, P8B (D) +.

27 — C2D

*

27 — ..., PxP;

1 ponto.

28 — C1B

*

28 — ..., DC3+;

2 pontos.

As brancas abandonam porque depois de 29 — T3C, BxT; 30 — CxB, P8B (D) +; 31 — TxD, TxT; 32 — RxT, DxC, e a partida está acabada.

DÊ O LANCE MAIS FORTE

Soluções do número anterior:

7.º diagrama (para fracos): jogando 1 — D4C! as brancas ameaçam mate no lance seguinte. Assim, as pretas são forçadas a jogar 1 — ..., P3C (P3C também não modifica a situação) e a resposta 2 — C6T+ dá o ganho da dama preta e da partida.

8.º diagrama (para médios): as brancas vencem por meio de um ataque em raio X, dirigido contra o P2TD, conduzido do seguinte modo: 1 — D7T+! D2R (forçado); 2 — B8B!; 3 — TxD+, R1R; 4 — TxT, RxB, com peça a mais e fácil ganho para as brancas.

Hoje, apresentamos os seguintes diagramas:

9.º diagrama (para fracos):

Branças: T1TD, D1D, T1R, R1CR, P2TD, P2CD, P2BD, P2BR, P2CR, P2TR e C4R.

Pretas: T1TD, B1BD, T1TR, P2TD, P2CD, P2BD, R2R, P2BR, P2CR, P2TR, D3TD e P5D.

10.º diagrama (para médios):

Branças: T1TD, R1R, R1BR, T1TR, P2TD, D2BD, P2BR, P2CR, P3R, C3BR, P4D, P4TR e C5D.

Pretas: T1TD, B1BD, T1BR, R1CR, P2TD, P2CD, C2D, P2BR, P2CR, P2TR, P3R, D4TD, B4CR e P5CD.



O foguete "Zeus" no instante do seu lançamento

Bôdas de Prata da "Rota do Tocantins"

A 14 de novembro de 1935, partia do Campo dos Afonsos um pequeno avião do Correio Aéreo Militar, tripulado pelo saudoso Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, nesta época Major — uma grande figura de aviador e historiador — e pelo Sargento-Mecânico Soriano Bastos de Oliveira, especialista da confiança do Major Lysias, para experimentar a ligação aérea das cidades do Rio de Janeiro e Fortaleza, pelo vale do rio Tocantins.

Antes dêsse vôo, o próprio Major Lysias Rodrigues percorreu a rota por terra, viajando de trem, barca e caminhão, fazendo anotações necessárias à realização do perigoso vôo, pois a região era completamente desconhecida e não havia nem rádio, nem estações meteorológicas e nem mesmo campos de pouso que os auxiliassem.

Feitos os estudos prepararam-se para a partida. No próprio dia 14, pouco depois da decolagem, sofreram uma pane, antes de atingir o Estado de Minas Gerais. O Maj Lysias fez um pouso de emergência às margens de um rio. Corrigido o defeito pelo mecânico Soriano, dali mesmo decolaram, e a viagem prosseguiu com o cuidado devido, tendo sido alcançado o objetivo sem maiores problemas.

A segunda viagem nesta rota do CAM foi realizada pelos mesmos tripulantes. Desta vez, mais à vontade um pouco e com os pontos principais assinalados nos mapas precários.

Novamente, ocorre uma pane. Desta vez, porém, curiosa, como que feita para pôr à prova a vontade e a disciplina daqueles militares. Quando o avião decolou de uma das escalas, bateu com a roda numa casa de cupim. O Maj Lysias percebeu, de dentro da cabina, que a roda ficara presa, com a pancada. Uma vez no ar, viu que duas alternativas se apresentavam: voltar para São Paulo e tentar o pouso arriscado num campo onde

ALOÍSIO QUADROS

havia bastante recursos, ou cumprir a ordem de "chegar a Fortaleza" e, então, prosseguir para a escala seguinte, mais no interior. Prevaleceu o espírito do homem soldado, e o avião rumou para sua gloriosa missão.

Na iminência de um grave acidente ao pousar, ocorre ao corajoso Sargento Soriano fazer uma tentativa: consertar — no ar, em pleno vôo — aquela roda defeituosa. Não visou apenas a defender-se do risco do acidente, pois muito maior perigo correria agora andando qual um acrobata pelas asas do avião, a 800 metros de altura... Apenas pensou em salvar o material da Escola de Aviação e cumprir a missão que lhe fora confiada.

Rápido, desamarra-se e sai da carlinga. Com sangue-frio, agarra-se aos tirantes da asa do avião e,

com o vento a fustigar-lhe o rosto, num grande esforço alcança a roda presa. Faz uma ginástica arriscadíssima e, com o pé, liberta a roda. Emprega todas as suas forças e concentra sua atenção para o retorno à cabina. O piloto, apreensivo e vigilante, pela sorte do colega, manobra o aparelho com o maior cuidado. Soriano, suado e exausto, lentamente entra no avião, que aterriza sem maiores dificuldades. Ambos os tripulantes demonstraram elevado espírito de disciplina militar e inequívoca prova de consciência profissional.

Até março de 1947, Soriano Bastos de Oliveira permaneceu na Força Aérea Brasileira, ingressando, então, na Panair do Brasil, onde ainda hoje é Mecânico de Vôo de aviões "Constellation". Possui mais de 15 mil horas de vôo, é piloto de turismo brevetado em 1936, viajou pela Europa e Oriente Próximo, percorreu todas as rotas do Correio Aéreo Militar, é poliglota, estudioso, de caráter modesto — sempre preferindo falar dos comandantes e colegas desaparecidos, é avô várias vezes, e amigo e admirador do Bispo Dom Alano du Noday. Porém, seu maior e justo orgulho é possuir a Medalha de Cavaleiro da Ordem do Mérito Aeronáutico, condecoração que pela primeira vez foi concedida a uma praça-de-pré.

ORGANIZAÇÃO DE ENTIDADES...

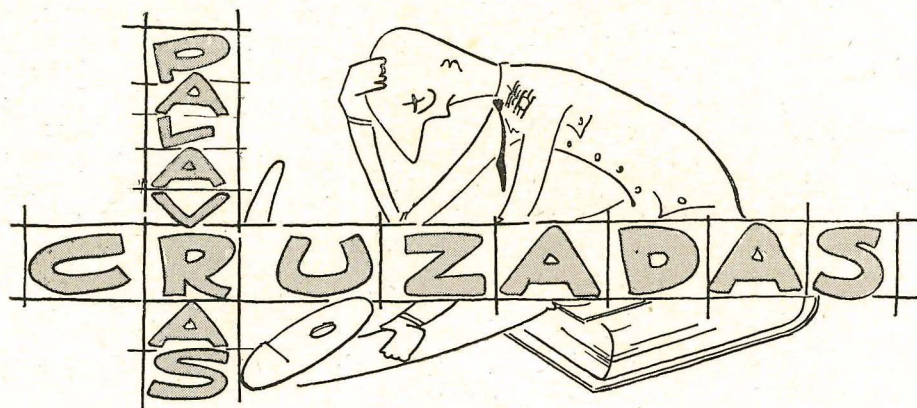
(Conclusão da pág. 21)

sição, nesse local escolhido, e que deverá estar isolado com a ajuda de escoteiros locais e polícia, iniciamos uma demonstração pública de vôo circular controlado. Nessa demonstração, deverá voar pelo menos um aparelho de acrobacias. Além disso, quanto mais vôos houver, melhor. Devemos apenas cuidar de que o público não espere muito entre um vôo e outro, para não cansar. Notem que é boa técnica, no local onde se vai iniciar aeromodelismo, permitir o vôo de principiantes na demonstração pública, pois serve de estímulo àqueles que desistiram diante de seus aviões quebrados ou motores teimosos em "pegar". Assim, esses verão que as dificuldades não são privilégio seu.

Depois da exposição e demonstração, os candidatos começarão a aparecer com relativa frequência. Normalmente, daí por diante desaparecem as dificuldades, e compete apenas ao organizador saber incentivá-los ao máximo, a fim de que dentro de cerca de um ano de trabalho o aeromodelismo local esteja capaz de progredir sozinho, e teremos, pois, "missão cumprida".

Quando êsse trabalho é feito em capital de estado, temos que cuidar da organização da Federação Estadual.

Quando no estado que estamos organizando não há Federação Estadual, e, por motivos de importância, na cidade em que estamos agindo não deve haver sede desse órgão maior, deveremos, então, filiar o clube diretamente à Confederação Brasileira de Aeromodelismo.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 1

Horizontais: 1 — Rol; 3 — Paris; 7 — Oral; 9 — Mi; 10 — Vi; 12 — Ericas; 14 — Enase; 16 — Aca; 17 — Loros; 18 — Ru; — 19 — Ado; 20 — Imola; 23 — Do; 24 — Caobas; 25 — Orcas; 27 — Adi; 28 — Roma; 29 — Azar.

Verticais: 1 — Revelador; 2 — Lo; 3 — Paresias; 4 — Ali; — 5 Imaculada; 6 — Sisa; 8 — Reso; 11 — Inodoro; 13 — Carobas; 15 — Aro; 21 — Mo; 22 — Asir; 24 — Caa; 26 — CM.

PROBLEMA N.º 2

Dicionário adotado: Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa — Hildebrando Lima e Gustavo Barroso — 9.ª Edição.

HORIZONTAIS

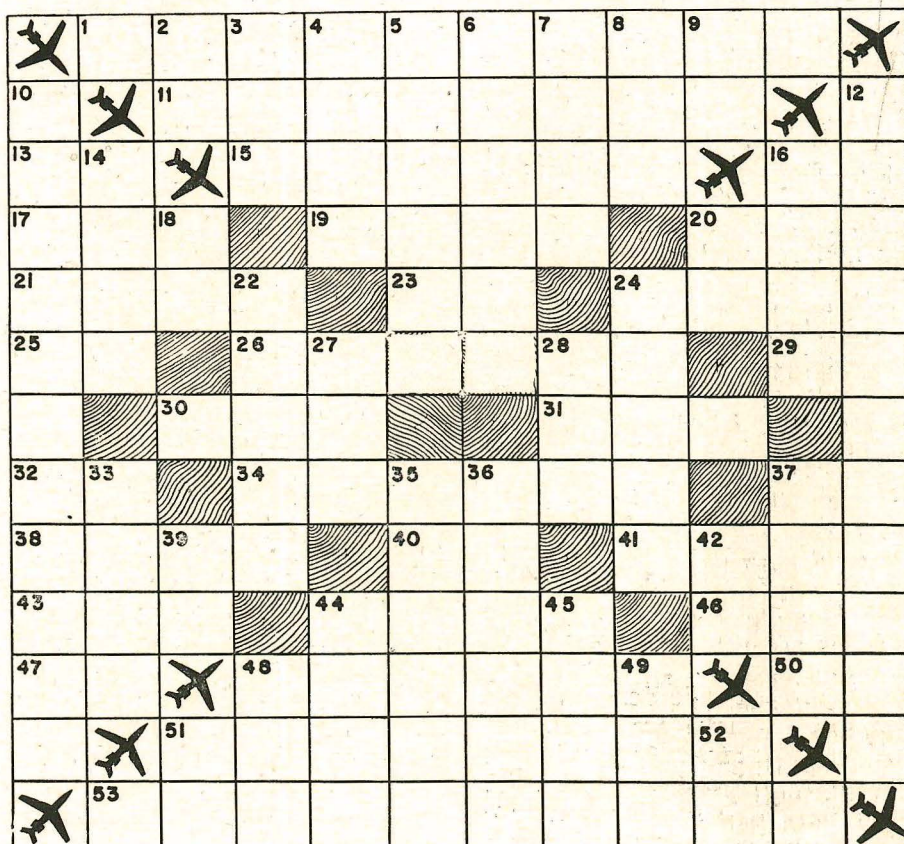
- 1 — Diz-se dos cogumelos que crescem sobre a madeira ou nas árvores
- 11 — Ave da família do Cotin-gídeos
- 13 — Imperador da China, na Idade Média
- 15 — Túnica de algodão, entretecida de penas
- 16 — Medida itinerária chinesa, equivalente a cerca de 576 metros
- 17 — Amuleto dos prêtos malês
- 19 — Diz-se da raça asiática do norte do Japão
- 20 — Átomo, radical ou molécula carregada elétrica-mente
- 21 — Ave pernalta da ordem dos Biconiformes

- 23 — Carlos Gomes
- 24 — De preço excedente ao valor real
- 25 — Interjeição. Exprime espanto, resposta ou apêlo do nome (Nordeste do Brasil)
- 26 — Da escola filosófica de Eléia (Grécia)
- 29 — Antes de Cristo
- 30 — Peça que entalha no contracadaste do navio
- 31 — Cada uma das seis divisões de cada antiga tribo ateniense

- 32 — O Poder Pontifício
- 34 — Espécie de formiga
- 37 — Estar-se na iminência de caso grave (fig.)
- 38 — Peça de madeira, em ângulo, sobre cujo vértice assenta a viga-mestra
- 40 — Nota musical (inv.)
- 41 — Hável, idôneo
- 43 — Exercício, moda
- 44 — Cai em culpa
- 46 — Hora do ofício divino (inv.)
- 47 — Designação geral dos anuros pequenos
- 48 — Ligada para ação
- 50 — Nota musical (antiga)
- 51 — Árvore da família das Moráceas
- 53 — Doce feito com ovos e farinha de trigo

VERTICAIS

- 2 — Correr, vogar
- 3 — Prólogo de qualquer composição dramática, destinado a captar a benevolência do auditório



- | | | |
|--|---|---|
| 4 — Língua índica falada em Orixá | 16 — Lura | 36 — Designação coletiva dos israelitas |
| 5 — Trejeito, careta | 18 — Espécie de vinho do Marne | 37 — Apertou com laçada |
| 6 — Peixe amazônico | 20 — Exclamação de asco, desprezo ou pouco caso | 39 — Ponto de inserção das folhas no caule |
| 7 — Bicho de paus podres | 22 — Comunidade fechada, de cunho radical | 42 — Termo onomatopaico para exprimir o baque de um corpo |
| 8 — Primeira grande divisão dos tempos geológicos | 24 — Podia estar dentro | 44 — Gavinhas |
| 9 — Régua-tê | 27 — Discurso laudatório | 45 — Transfire para outro dia |
| 10 — Gênero de reptis gigantes-
cos fósseis da Época Secundária | 28 — Corda com que uma embarcação reboca outra | 48 — Nome de uma árvore da ilha de São Tomé |
| 12 — Grande quadrúpede da ordem dos Ungulados | 33 — Cenotáfio | 49 — Nome próprio masculino |
| 14 — Riachinho que desemboca no oceano | 35 — Nome de um arbusto da família das Euforbiáceas | 51 — Postura |
| | | 52 — Semelhança |



Douglas C-124 Globemaster na Região do Pólo Norte.

NOTÍCIAS DA AERONÁUTICA

ALTERAÇÕES NO SERVIÇO DE TRÁFEGO AÉREO

Tendo em vista compromissos internacionais assumidos pelo Governo do nosso País, como participante da Organização de Aviação Civil Internacional, o titular da pasta da Aeronáutica baixou uma portaria determinando alterações nas normas e recomendações internacionais sobre os serviços de tráfego aéreo, e estabelecendo que espaço aéreo controlado, compreendendo área de controle, zona de controle e zona de aeródromo, é o de dimensões horizontais e verticais definidas pela autoridade competente, dentro do qual é proporcionado serviço de controle de tráfego aéreo a todos os vôos IFR ao tráfego de aeródromo. Por esse ato, o Ministro atribuiu à Diretoria de Rotas Aéreas, com a colaboração da CERNAL, o encargo de facilitar a divulgação dos textos das modificações processadas, traduzindo-os, se necessário, e promover sua implementação, inclusive, se convier, no âmbito doméstico.

□ • □

MISSÕES DE MISERICÓRDIA

Novas missões de misericórdia foram prestadas pelo Serviço de Busca e Salvamento da FAB. Segundo relatórios apresentados, foi transportado do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro um sargento da Marinha ferido, que recebeu assistência médica no C-45 n.º 2 864 e foi internado no Hospital Central da Marinha; no avião SA-16 n.º 6 535, foi transportada do Amazonas para Belém, a fim de se submeter a imediata inter-

venção cirúrgica na Santa Casa da Capital Paraense, u'a menor que apresentava o apêndice supurado.

Não dispondo a Santa Casa de Vitória de meios para atender ao ex-combatente Carilino Machado Pedreira, gravemente acidentado, o Serviço de Busca e Salvamento da FAB, por intermédio do seu avião-ambulância SA-16 n.º 6 532, providenciou a sua remoção, com assistência médica, para o Rio de Janeiro.

Pelo Albatroz 6 538, foi transportado, de Brasília para o Rio de Janeiro, o cidadão Nabor Alves Lima, acidentado na coluna vertebral, ficando internado no Hospital Souza Aguiar.

O Serviço de Evacuação Aero-médica da 5.ª Zona Aérea prestou mais uma missão de misericórdia, transportando em seu avião-ambulância do tipo C-45, de Bagé a Porto Alegre, a fim de ser internada no Hospital de São Pedro, a Srta. Norma Barcelos, que necessitava de hospitalização.

□ • □

REGULAMENTO DE TOQUES E MARCHAS

Uma comissão Interministerial foi incumbida de elaborar o regulamento de Toques e Marchas das três Forças Armadas. Para integrar essa Comissão, o Ministro da Aeronáutica colocou à disposição do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, sem prejuízo de suas atribuições, o Maj Av José de Ribamar Souza Mendonça, do Estado-Maior da Aeronáutica, e o SO Manuel Bezerra de Menezes, mestre da banda de música da Escola de Aeronáutica.

LOCAL DEFINITIVO DO AEROPORTO DE BRASÍLIA

Tendo em vista a necessidade da escolha definitiva do local em que deverá ser construído o Aeroporto Internacional de Brasília, o Ministro da Aeronáutica incumbiu dessa providência uma Comissão integrada por oficiais-generais-engenheiros. De acordo com o expediente assinado, essa Comissão ficou constituída pelos: Ten Brig Ivan Carpenter Ferreira, ex-diretor de Engenharia; Diretor-Geral de Rotas Aéreas; e Diretor-Geral de Aeronáutica Civil. Sob a presidência do primeiro, essa Comissão estudará e coordenará as providências quanto à localização da área que melhor atenda às necessidades do tráfego aéreo, podendo, para esse fim, utilizar os assessôres que julgar convenientes.

□ • □

ORGANIZAÇÕES SUPRIDORAS DA FAB

Em Aviso dirigido à FAB, o Ministro da Aeronáutica determinou às Organizações Centrais Supridoras do Ministério da Aeronáutica, e que são as Diretorias do Material, de Intendência, de Rotas Aéreas, de Engenharia e de Saúde. De acordo com esse ato, as requisições de suprimento serão sempre com base nas especificações estabelecidas na classificação de material e as aquisições no exterior somente por intermédio da Diretoria do Material.

□ • □

MOVIMENTAÇÃO DE OFICIAIS SUPERIORES

O titular da Pasta da Aeronáutica assinou atos de movimenta-

ção de oficiais superiores: classificando no QG da 5.^a Zona Aérea o Cel I Aer Oscar Ayres de Souza; passando a adido à Diretoria do Material o Maj I Aer Antonio Manoel Tojá Couto, do Pq de Aer do Recife; passando a adido ao Instituto de Pesquisas, Seleção e Contrôlo, o Ten Cel Med Dr. Arthur Borges Dias, da Diretoria de Saúde; mandando servir no QG da 4.^a Zona Aérea o Ten Cel I Aer Benigno de Alcântara, todos como se efetivos fôssem; retificando a classificação do Cel Med Dr. Lucillo Velasquez Urrutigaray para a Diretoria de Saúde; transferindo desta Diretoria para o Hospital Central da Aeronáutica o Cel Med Dr. Odalto de Barros Smith.

□ • □

CRIADA A PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA

Atendendo a uma proposta do Comandante da Guarnição da Aeronáutica de Brasília, o Ministro criou e mandou ativar a Prefeitura de Aeronáutica da nova Capital, que ficará subordinada disciplinarmente àquele Comando. Os bens imóveis que deverão ficar a cargo da Prefeitura de Brasília serão os imóveis destinados às residências de militares da FAB, bem como os inerentes à administração da Prefeitura, localizados em Brasília.

Enquanto não tiver autonomia administrativa, a PAB funcionará com os meios em pessoal e material que lhe forem fornecidos pelo Gabinete Ministerial e pelo Comando da Guarnição. Exercerá a função de prefeito um capitão ou major.

□ • □

2 071 HORAS DE VÔO SEM ACIDENTE

O Ministro dirigiu ao Chefe do Estado-Maior uma Ordem do Dia, enaltecendo os que concorreram para elevar o nome da corporação, no exterior. Nesse expediente, explica o Ministro que, tendo em vista a recente incorporação à FAB de aviões quadrimotores do tipo C-54, o 6.^o Grupo de Aviação transferiu ao 2.^o Grupo de Transportes a missão de manter o "Cor-

reio de Suez", que funcionava sob sua responsabilidade desde março de 1957. Na referida Ordem do Dia, assim se expressou o Ministro: "Na oportunidade quero congratular-me com todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito daquela missão, levando a céus estrangeiros o nome glorioso da FAB, numa demonstração concreta do alto grau de capacidade técnico-profissional dos integrantes do 6.^o G Av que, lutando, muitas vezes, contra as dificuldades decorrentes do parco material de que dispõe, realizou aquela unidade aérea 24 viagens, com um total de 2 071 horas de voo, transportou 50 856 quilogramas de carga e malas postais, sob as mais adversas condições meteorológicas, sem qualquer acidente ou incidente. Augurando votos para que o 6.^o G Av continue norteado pelo mesmo lema de bem servir à FAB e ao Brasil, nas tarefas que se lhe confiarem, autorizo ao Comandante da 2.^a Zona Aérea, ao Comandante da Base Aérea do Recife e ao Comandante do 6.^o G Av fazerem constar, nominalmente, o presente louvor, nos assentamentos de todos aqueles que se fizeram merecedores."

□ • □

PARA CANCELAMENTO DE PUNIÇÕES

Solucionando uma consulta formulada pela Diretoria do Pessoal, sobre a contagem de anos de efetivo serviço, para fins de cancelamento de punições, o Ministro da Aeronáutica declarou que os 10 anos de efetivo serviço a que se refere o n.^o 3 do artigo 75 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica devem ser contados, somando-se, quando fôr o caso, os períodos fracionários, sejam quantas forem as interrupções, obedecendo à definição dos Estatutos dos Militares.

□ • □

AGRACIADOS COM O MÉRITO SANTOS DUMONT

Por decretos do Presidente da República, na pasta da Aeronáutica foram concedidas as medalhas de prata de Mérito Santos Dumont aos: majores-generais Juan Trive-

li R. e Carlos Siles B.; coronel Isaac Zapater V.; tenentes-coronéis da reserva Armando Revoredo e Blaz Romero Ramos, este último do Exército e os primeiros da Força Aérea Peruana, e ao Sr. Federico Hilbck S., Presidente da Corporação Peruana de Aeroportos e Aviação Comercial; e ao major-aviador Joseph D. Cooper, da Força Aérea Americana.

□ • □

UM BRASILEIRO O "HOMEM MAIS VELOZ"

O Coronel-Médico Dr. John Paul Stapp, da USAF, considerado o "Homem mais veloz sobre a Terra" esteve em Brasília, para conhecer a nova Capital do País.

Soubemos, então, que esse recordista mundial é brasileiro, natural da Bahia, nascido em 1910 e filho do professor Stapp, missionário Batista, diretor do Colégio Egídio, de Salvador. Na Força Aérea Americana, foi responsável pelas experiências que tiveram por finalidade estudar os efeitos das grandes acelerações e desacelerações sobre o organismo humano. Para tanto, realizou o Cel Stapp, entre outras coisas, 39 provas de aceleração e desaceleração em trenó com propulsão a foguetes, atingindo à incrível velocidade de 1 015 quilômetros por hora. Essas experiências, que se efetuaram no Novo México, EE.UU., relacionam-se com os problemas da ejeção dos pilotos de aviões a jato, bem como com as acelerações a que estarão sujeitos os astronautas ao serem lançados no espaço. Numa das experiências a que se submeteu o Cel Stapp, tão violenta foi a desaceleração sofrida, que ficou cego por alguns minutos, em virtude da luxação de seus globos oculares (os olhos foram projetados para fora das órbitas), e em estado de choque.

□ • □

CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS NA FAB

De acordo com as diretrizes baixadas, o titular da pasta da Aeronáutica determinou o funcionamento de um Curso de Relações Públicas da Aeronáutica (CRP Aer), em 1961, diretamente subor-

dinado à Diretoria do Ensino, e que tem por finalidade a formação do pessoal credenciado para exercer a função de Relações Públicas na FAB. Terá a duração de quatro semanas. Ao término do Curso, serão emitidos conceitos sobre os alunos, sendo considerados aptos os que atingirem o nível desejado.

O Estado-Maior ficou incumbido de propor, até o dia 15 de novembro, as medidas necessárias.

□ • □

INSTALAÇÕES PARA A FAB EM BRASÍLIA

Estiveram no Gabinete do Ministro, em Brasília, despachando com o titular da pasta da Aeronáutica, o Presidente da Comissão de Transferência dos Órgãos do Ministério para a nova Capital, o Comandante do CAT-TER e o Diretor de Engenharia.

O Presidente da Comissão de Transferência dos Órgãos do Ministério informou aos jornalistas credenciados que tratará de apressar a conclusão das obras de construção do edifício-sede do Ministério, do anexo dêse prédio e das 92 casas para servidores civis do Ministério da Aeronáutica. Adiantou que as principais dificuldades foram contornadas, devendo ficar prontas em fins de novembro 50 moradias e, até o fim do ano, tanto o prédio do Ministério como seu anexo, onde serão instalados restaurantes, alojamento, reembolsável, ambulatório e garagem, com as 42 outras residências, no Setor Residencial Sul. Retirou-se do grupo de jornalistas dizendo que as transferências dos outros órgãos da Aeronáutica para a nova Capital só estão na dependência de moradias para o pessoal.

Junto à NOVACAP tratou, também, da demarcação das áreas a serem cedidas ao Ministério da Aeronáutica, para a instalação de sua Guarnição, aeroporto e outros importantes órgãos.

□ • □

MÉDIA SEIS — DISPENSA DE EXAME DO CADETE

O Presidente da República assinou e o Ministro da Aeronáutica referendou decreto modificando o

Regulamento da Escola de Aeronáutica para estabelecer: "Na matéria em que o cadete obtiver a média de fim de período igual ou superior a seis, será ele dispensado do exame do fim de período dessa matéria, se assim o desejar, sendo, nesse caso, computado, como grau final da matéria, a média de fim de período."

□ • □

LINHA BELÉM-BRASÍLIA

Levando em conta as imediatas necessidades do interesse público, interpretadas por diversos pedidos formulados por autoridades representativas, o Diretor de Aeronáutica Civil atendeu ao requerido pela VASP, autorizando a execução da linha aérea provisória Brasília-Anápolis-Ceres (facultativa)-Gurupi-Pôrto Nacional-Guará (facultativa)-Carolina-Estreito-Imperatriz-Belém, com a frequência de quatro viagens redondas, sendo previstas, em duas viagens (caráter facultativo), as escalas em Anápolis, Pôrto Nacional, Gurupi, Guará, Carolina, Estreito e Imperatriz. A autorização concedida será oportunamente submetida ao exame da Comissão de Estudos e Concessões de Linhas Aéreas (CECLA), prevalecendo os horários em caráter provisório.

□ • □

AEROPORTO INTERNACIONAL

O Ministro da Aeronáutica assinou expediente classificando na categoria de Aeroporto Internacional o aeroporto da cidade de Campinas, que adotou o nome de "Viracopos".

□ • □

LINHA CARGUEIRA

Pelo Diretor de Aeronáutica Civil, foi assinada Portaria autorizando, em caráter provisório, a execução da linha aérea cargueira Belém-S. Luiz-Belém para ser executada com frequência de três viagens redondas semanais, tendo em vista as imediatas necessidades de interesse público.

□ • □

FAB DOA AVIÕES A CIVIS

O Ministro da Aeronáutica delegou competência ao Diretor-Ge-

ral do Material da Aeronáutica para, como representante do Ministério, assinar, com a Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva S/A, contrato relativo à aquisição de 50 aviões "Paulistinha" do tipo 56-C, dotados de motor de 90 HP e já com 75% de nacionalização no seu fabrico.

De acordo com a campanha da atual administração da Aeronáutica, visando à recuperar e impulsionar as escolas de pilotagem civis, mais 30 acabam de ser beneficiadas recentemente pela FAB e que são: Aeroclubes do Brasil — no Estado da Guanabara; Lagoa Santa; Aerodesportiva de Belo Horizonte e Juiz de Fora; São Carlos; Escola de Aeronáutica de São Paulo; Presidente Prudente; São José dos Campos; Piracicaba; Araras; Marília; Rio Claro; Ribeirão Preto; Bauru; Caxias do Sul; São Leopoldo; Bento Gonçalves; Santa Maria; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; e Paraná.

□ • □

VANTAGENS DAS PENSÕES MILITARES

"A pensão militar será paga, mensalmente, aos beneficiários e corresponderá: a 20 vezes a contribuição, para os casos de falecimento do contribuinte; a 25 vezes, quando o falecimento se tenha verificado em consequência de acidente ocorrido em serviço ou moléstia nêle adquirida; e a 30 vezes, se a morte do contribuinte decorrer de ferimento recebido, de acidente ou moléstia adquirida, tanto em operações de guerra como na defesa ou na manutenção da ordem interna" — é o que estabelece o novo regulamento das pensões militares assinado pelo Presidente da República e referendado pelos ministros das Pastas Militares, da Justiça e da Fazenda. Essa pensão vem substituir o montepio e o "meio-soldo", é impenhorável e só responde pelas consignações autorizadas e pelas dívidas contraídas pelos beneficiários, já no gozo da pensão. Pode ser requerida a qualquer tempo, condicionada, porém, a percepção das prestações mensais à prescrição quinquenal. É permitida a acumulação de duas pensões militares e a de uma pensão militar com proventos de dis-

ponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil. Estabelece o regulamento, ainda, que a pensão militar será sempre atualizada pela tabela de vencimentos que estiver em vigor.

□ • □

OBSERVAÇÕES MÉDICAS NOS "BOEING 707"

O Major-Médico Dr. Oscar Petersen foi autorizado pelo Ministro da Aeronáutica a acompanhar alguns vôos em aviões do tipo "Boeing 707", na qualidade de observador médico, a fim de observar as condições de saúde das tripulações.

□ • □

CONGRATULAÇÕES COM A FAB

Expressiva mensagem de congratulações com a Aeronáutica Brasileira enviou ao Ministro da Aeronáutica o Major-General Raymond E. Bell, Chefe da Delegação Norte-Americana da Comissão Mi-

litar Mista Brasil-Estados Unidos, no seu nome pessoal e nos dos demais membros, na qual acentua: "Formulando votos pelo contínuo engrandecimento e maior glória da FAB; é com o maior júbilo que nos associamos aos sentimentos de alegria e justo orgulho com que a família aviatória brasileira comemora a Semana da Asa."

□ • □

PALAVRAS PROFERIDAS PELO BRIGADEIRO-DO-AER JOÃO ARELANO DOS PASSOS, COMANDANTE DA 5.ª ZONA AÉREA, NA CERIMÔNIA DA EXTINÇÃO DO FOGO SIMBÓLICO DE 7 DE SETEMBRO DE 1960

"Aqui estamos, no cumprimento de um dever cívico, para exaltar a Pátria, tal o pedido que se me faz, no momento em que se encerram as celebrações da independência, na primeira década de 60. Pela honra recebida, sejam de reconhecimento nossas palavras iniciais, na solenidade comovente, sobre a qual paira, como um nome tutelar, a figura dinâmica do Ge-

neral Darcy Vignoli. Por sua iniciativa, chegava a este local, a 1 de setembro de 1938, a primeira chama simbólica, acesa na catedral histórica de Viamão, que já foi a vossa capital.

Nenhuma solenidade da Semana da Pátria — principalmente esta de seu encerramento, que mais se nos fixará na memória — há-de ter lugar mais apropriado do que o solo do Rio Grande e hora mais significativa do que a de nossa independência.

Creio que uma forma adequada de exaltação é a da evocação do passado distante, que inspira e ensina. Caminhemos ao longo do tempo, até os dias mais próximos. Mostram-nos os quadros históricos a obra paciente de seus filhos, à sombra de nossa bandeira, que já ostentou a Cruz de Cristo; teve, depois, as quinas e os castelos, foi rodeada pela faixa azul de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino; teve as ramagens verdes da dominação castelhana e o monograma de ouro da ocupação holandesa; foi, depois, azul e branca, para mais tarde ostentar, no losango côr de ouro, o brasão de armas do Império; os homens da primeira República fizeram-na listrada, mas logo depois voltaram às côres da bandeira imperial, mudado apenas o símbolo monárquico pela representação do céu brasileiro.

Mas não importam suas côres atuais. Ela é a mesma, invencível e respeitada. Seus filhos a conduziram nas expedições do litoral, ao expulsar as invasões estrangeiras, ao consolidar a independência, no norte e na Cisplatina. Em suas dobras podem-se ver os nomes dos que tombaram nos Guararapes, no Passo do Rosário, em Tuiuti, Ito-roró, Campo Grande e Cêrro-Corá. Em nossos dias, tombaram em sua defesa, em Monte Castelo, Montese, Abetais, Monte Prano e Passo do Brenner, os brasileiros mais dignos de nossa geração, envolvendo, no halo da mesma glória, soldados, marinheiros e aviadores.

Essa, a evocação que queremos fazer do passado. Recordar, na noite engalanada, a memória daqueles que, à sombra do pavilhão brasileiro, construíram a nacionalidade e dos que morreram por sua sobrevivência. Para eles, voltemos



EXERCÍCIO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA — Realizado pela turma 260, grupo tricolor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. É simulada uma aterragem forçada em plena mata. (Na realidade o grupo é colocado lá por um helicóptero). O grupo procura então sobreviver com os próprios recursos, até ser localizado por um avião de busca e salvamento. Na foto um oficial arma uma barraca improvisada por um pára-quedas; o grupo fez no terreno um visível F, símbolo de pedido de alimentos que serão levados pelo avião de socorros. Oficiais participantes: Major Granja (Equador); capitães Lins, Alvim, Pereira Lima, Jorge Lima, Michinhevsky, Armando, Maeriz, Terra, Frick e Avelar, da FAB

o pensamento, procurando, em seu exemplo, o incentivo maior para bem servi-la.

Já agora evoquemos o presente, para fixar a realidade do momento que passa, decisivo para os destinos da nacionalidade. O Brasil, ainda na faixa do subdesenvolvimento, faz um esforço tremendo, que impõe à geração atual pesados sacrifícios, para, na busca da emancipação econômica, tornar-se de um país de economia de produtos primários em nação industrialmente poderosa. Para felicidade nossa, já não resta dúvida quanto à necessidade de promover o desenvolvimento industrial. Em verdade, a controvérsia hoje se situa em outros termos.

Igualmente, há consciência de que a caminhada é áspera e existem muitos tropeços a serem vencidos. Vivemos situação de imensas dificuldades. Na área internacional, com a divisão de trabalho aí estabelecida, que propiciou e mantém o quadro das economias dominantes e dominadas, impõe cuidadoso movimento aos países que zelam por sua soberania.

Entretanto, essas vicissitudes — as do plano externo, como as do plano interno — não devem gerar posições indignadas, omissões que a nada conduzem, antes agravam-nas. Temos de resolvê-las nós mesmos, com nosso trabalho e dedicação patrióticos. O que o momento está a reclamar é a séria consideração dos nossos problemas, o estudo acurado para o encontro de soluções definitivas, a decisão firme e sobretudo medidas visando a corrigir distorções e desigualdades de regiões e agrupamentos humanos, em especial os mais humildes. Feito isso, podemos encarar o futuro com confiança, seguros de que melhores dias estão reservados ao povo desta terra, a despeito das dificuldades da hora que passa, e que havemos de conservar as feições de povo cristão, que, desde tempos imemoriais, tem vivido à sombra da Cruz.

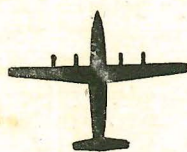
Vamos terminar com uma evocação ao futuro, antecipando o que hão de ouvir os que aqui hoje me dão a honra de sua atenção e nesta praça estiverem a ouvir o intérprete do dia 7 de setembro de 1969, a última Semana da Pátria

da década de 60. Eis o que hão de ouvir: "O Brasil, que se tornou uma nação poderosa, nestes últimos dez anos, continua a defender os mesmo princípios em relação aos povos menos desenvolvidos e à luz deles pauta sua conduta no plano internacional. Esta, meus senhores, a grande mensagem, que, ao resto do mundo, há de levar nossa estremecida Pátria, para maior glória sua."

□ • □

CAN NO INTERIOR DO PIAUÍ

O Correio Aéreo Nacional, que tão grandes serviços de utilidade pública tem prestado, acaba de estender a sua linha experimental, prefixo LPA/9, até Sertão Pau-pérrimo, no Piauí, com escalas em Teresina, Floriano, Picos, Raimundo Nonato e Corrente.



"GENIE" MB-1

Mais uma quantidade de foguetes "Genie" MB-1, dotados de ogivas nucleares, foi encomendada pelo Comando da Defesa Aérea dos Estados Unidos. Assim, a despesa destinada à produção destes foguetes, desde o início da realização do respectivo programa, atingiu a 100 milhões de dólares, segundo foi revelado pelo vice-presidente C. R. Able da Douglas Aircraft Company.

Agora, equipado também com ogivas nucleares, o "Genie", foguete do ar para o ar, poderá destruir aparelhos individuais ou esquadrilhas completas de bombardeiros e, uma vez lançado, não poderá ser desviado de sua trajetória em direção ao objetivo visado, como também não poderá ser destruído por qualquer ação da defesa contrária.

Segundo foi anunciado, os engenheiros da Douglas Aircraft Company esperam muito breve

equipar o míssil "Genie" MB-1 com um motor ainda mais poderoso, que já se acha em construção.

Como se sabe, o "Genie", míssil "ar-ar", é atualmente o principal armamento dos aviões de caça F-89J "Scorpion", F-101B "Voodoo" e dos F-106 "Delta Dart". É o mais poderoso míssil em seu gênero, pois poderá operar em todas as condições de tempo, estando sempre pronto para executar sua missão.

Esta a razão pela qual o Comando da Defesa Aérea dos Estados Unidos está emprestando todo o seu apoio à sua produção, tendo já encomendado uma nova quantidade deles, equipados, agora, também com ogivas nucleares.

MECANISMO DE SEPARAÇÃO DO SATÉLITE



A fotografia mostra a grande mola que separa do terceiro estágio a esfera do satélite ECO, da NASA. Engenheiros da Douglas, em Cabo Cañaveral, estão procedendo ao equilíbrio dinâmico do terceiro estágio, completo, e o habitáculo da carga útil do ECO, antes da fixação dos primeiro e segundo estágios. Os foguetes que aparecem são de estabilização.

EXPLICAÇÃO

SÔBRE COLABORAÇÕES

A **Revista de Aeronáutica** é publicada bimestralmente pelo **Clube de Aeronáutica**; o editor espera poder mantê-la nesse ritmo, a despeito das dificuldades de toda sorte que às vezes atrasam a publicação e a distribuição da revista.

Solicitamos aos nossos leitores que enviem suas publicações, pois a **Revista** é o porta-voz dos oficiais da Aeronáutica.

A **Revista** aceita colaborações em primeira mão sôbre: a AERONÁUTICA e as ciências correlatas, de caráter científico, técnico e opinativo; Cultura Geral; Cultura Militar; Aviação Civil; Literatura e Belas Artes; Esportes; Humorismo e Noticiário. A colaboração assinada é de responsabilidade integral dos seus autores, não refletindo, em qualquer hipótese, as opiniões da **Revista** ou do seu editor.

Pedimos aos nossos colaboradores que cooperem conosco, obedecendo às instruções abaixo, a fim de simplificar o nosso trabalho de edição e publicação:

- a) as páginas devem ser datilografadas em papel branco, de um só lado, com espaço duplo ou triplo e com margem de, pelo menos, 3 cm de cada um dos quatro lados;
- b) é preferível colocar os símbolos utilizados no texto

antes do início do documento;

- c) as iluminações devem ser bem nítidas, em fotografias ou desenhos, e, sempre que possível, com largura, no máximo de 9 cm; quando forem maiores, não devem ultrapassar 19 cm;
- d) as fórmulas e equações deverão ser escritas nitidamente, a fim de que não haja necessidade de interpretação por parte do pessoal da composição;
- e) alguma parte que possa ser omitida no texto, sem prejuízo para a boa compreensão do trabalho, deve ser marcada a lápis vermelho pelo autor; no caso de necessitarmos cancelar alguma parte do mesmo, para aproveitamento de papel — que nos é muito dispendioso — as partes marcadas serão as suprimidas;
- f) os trabalhos a serem usados como referência serão relacionados sempre no fim do artigo.

As colaborações deverão ser enviadas de modo que possam chegar à sede do Clube de Aeronáutica antes do dia 15 de cada mês, e no envelope deverá constar a indicação de que são destinadas à **Revista**.